



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANO**

**MESTRADO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA-LATINA/PPGICAL- FOZ DO
IGUAÇU**

**A INSERÇÃO DAS MULHERES ÁRABES NA COMUNIDADE NA FRONTEIRA DE
FOZ DO IGUAÇU**

**ESTUDO DE CASO ATRAVÉS DE PROJETO LINGUÍSTICO-CULTURAL DE
ENSINO APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS**

HAIDE ELIANE GOMES DA SILVA

Foz do Iguaçu
2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S586

Silva, Haide Eliane Gomes da.

A inserção das mulheres árabes na comunidade na fronteira de Foz do Iguaçu: estudo de caso através de projeto linguístico-cultural de ensino aprendizagem de Português / Haide Eliane Gomes da Silva. - Foz do Iguaçu, 2024.

111 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana Contemporânea. Foz do Iguaçu - PR, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Élen Cristiane Schneider.

1. Feminismo. 2. Mulheres - Identidade. 3. Diáspora árabe. 4. Mulheres - Integração. I. Schneider, Élen Cristiane. II. Título.

CDU 305-055.2(52:81)

Haide Eliane Gomes da Silva

**A INSERÇÃO DAS MULHERES ÁRABES NA COMUNIDADE NA FRONTEIRA DE
FOZ DO IGUAÇU
ESTUDO DE CASO ATRAVÉS DE UM PROJETO LINGUÍSTICO-CULTURAL DE
ENSINO APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana Contemporânea da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Integração Latino Americana na área de Cultura Colonialidade/decolonialidade e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Élen Cristiane Schneider

Foz do Iguaçu
2024

Haide Eliane Gomes da Silva

A INSERÇÃO DAS MULHERES ÁRABES NA COMUNIDADE NA FRONTEIRA DE
FOZ DO IGUAÇU
ESTUDO DE CASO ATRAVÉS DE UM PROJETO LINGUÍSTICO-CULTURAL DE
ENSINO APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS

Proposta de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana Contemporânea da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à elaboração da dissertação do Mestrado em Integração Latino Americana na área de Cultura Colonialidade/decolonialidade e Movimentos Sociais.

BANCA DE QUALIFICAÇÃO

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Élen Cristiane Schneider
UNILA

Prof.^a Dr.^a Ana Silvia Andreu da Fonseca
UNILA

Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses
UNILA

Prof.^a Dr.^a Valdecila Cruz Lima
USP

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Haide Eliane Gomes da Silva

Curso: MESTRADO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA/PPGICAL - Foz do Iguaçu

Tipo de Documento

- | | |
|------------------------|--|
| (.....) graduação | (.....) artigo |
| (.....) especialização | (.....) trabalho de conclusão de curso |
| (.....) mestrado | (.....) monografia |
| (.....) doutorado | (.....) dissertação |
| (.....) tese | (.....) CD/DVD – obras audiovisuais |

Título do trabalho acadêmico: A INSERÇÃO DAS MULHERES ÁRABES NA
COMUNIDADE NA FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU ESTUDO DE CASO
ATRAVÉS DE UM PROJETO LINGÜÍSTICO-CULTURAL DE ENSINO
APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS

Nome do orientador(a): Prof.^a Dr^a Élen Cristiane Schneider

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

- Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do curso que se dispuseram a transmitir seus conhecimentos, ideias, reflexões, textos e deram sugestões que modificaram minha maneira de pensar e conhecer o mundo.

Agradeço à Unila por proporcionar não apenas conhecimento, mas também amizades valiosas com pessoas incríveis e companheiras de luta, como Daiane Soares de Lima. Essa amizade, cultivada ao longo do tempo, tem sido uma fonte de apoio inestimável em momentos de tristeza e alegria, e permanece forte até hoje.

À minha querida amiga Ana Karina Dettoni, cujo apoio e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse realizar este mestrado. Sua constante motivação e encorajamento foram essenciais nessa jornada, e sou grata por sua amizade e apoio.

Em especial, expresso minha profunda gratidão à minha querida amiga, Evitani Rodrigues Winck, futura doutora, cujo apoio incondicional nos momentos difíceis e cujas palavras sempre sábias e reconfortantes me mostraram que tudo na vida possui um propósito. O conhecimento compartilhado por ela foi de inestimável importância para minha jornada acadêmica, e sou imensamente grata por tê-la como amiga e companheira nesta caminhada.

À minha irmã Lana e sobrinha Rafaella, por seus constantes encorajamento, compreensão e por estarem sempre ao meu lado, tornando esta jornada mais significativa e enriquecedora.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus pais, cujo amor incondicional, apoio e sacrifícios fizeram possível cada passo desta jornada acadêmica.

Ao meu filho Vitor, por ser minha maior fonte de inspiração e motivação, e por compreender os momentos em que precisei me dedicar aos estudos, que sempre me apoia, que é o meu Sul na minha vida.

Também não posso deixar de expressar minha sincera gratidão aos membros da banca examinadora, Prof.^a Dr^a Valdecila Cruz Lima, Prof.^a Dr^a Ana Silvia Andreu da Fonseca e Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses, cujo comprometimento com o feminismo, tanto nas esferas acadêmicas quanto na prática, trouxeram uma valiosa contribuição para este trabalho de pesquisa. A expertise e as perspectivas de ambos

enriqueceram significativamente minha compreensão, tornando esta experiência acadêmica ainda mais enriquecedora e significativa.

Sou imensamente grata à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Élen Cristiane Schneider, cujo compromisso com o feminismo e sua orientação atenta e inspiradora foram essenciais para o sucesso deste trabalho de mestrado. Sua dedicação e perspectiva crítica enriqueceram significativamente minha jornada acadêmica, e estou profundamente honrada por tê-la como mentora. Obrigada pela inspiração, pelo carinho, pelas conversas e pela paciência, muita paciência com essa iniciante no caminho acadêmico.

Por último, agradeço a UNILA pelo projeto maravilhoso de integração, pelos professores, pelas palestras e cursos de extensão. Graças a esta universidade todos esses agradecimentos foram possíveis.

Obrigada.

*“Uma criança, um professor, um livro e uma
caneta podem mudar o mundo”*

Malala Yousafzai

RESUMO

Esta dissertação investiga a inserção das mulheres árabes na comunidade de Foz do Iguaçu, analisando sua identidade e integração em um contexto fronteiriço. O estudo aborda o feminismo transnacional, árabe e decolonial, destacando as especificidades culturais e sociais que moldam a vida das mulheres árabes e conectando suas lutas a um movimento global por igualdade de gênero. No contexto árabe, o feminismo transnacional reconhece a influência das tradições islâmicas e normas patriarcais, exigindo negociações entre princípios religiosos e demandas por igualdade. A pesquisa examina os desafios enfrentados pelas mulheres árabes, como restrições à mobilidade, educação, emprego e participação política, e a importância do feminismo decolonial em dismantelar estruturas de poder colonial que marginalizam suas experiências. A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, é destacada como um marco significativo na unificação dos movimentos feministas globais, com o lema "direitos das mulheres são direitos humanos" simbolizando essa convergência. A dissertação insere-se no contexto da migração em Foz do Iguaçu, que historicamente tem atraído fluxos migratórios diversos, incluindo a significativa diáspora árabe. A chegada de migrantes árabes na região remonta ao início do século XX, e ao longo das décadas, tem desempenhado um papel vital no desenvolvimento socioeconômico local, ao mesmo tempo em que preserva suas tradições culturais e religiosas. A dissertação explora como as mulheres árabes, nesse contexto diaspórico, vivenciam suas identidades e enfrentam desafios de integração social e cultural, destacando a relevância de abordagens feministas e decoloniais para compreender suas experiências e promover sua inclusão na sociedade brasileira. A dissertação foca na comunidade árabe em Foz do Iguaçu, um importante ponto de migração para árabes no Brasil, onde as mulheres enfrentam a tarefa de integrar suas identidades culturais com a adaptação a um novo ambiente social e linguístico. Um projeto de ensino-aprendizagem de português foi realizado e analisado como uma ferramenta de inclusão social, proporcionando um espaço contra-hegemônico para fortalecimento coletivo. A pesquisa utiliza revisão bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas com migrantes e descendentes árabes para explorar a construção de identidade, transmissão cultural e visibilidade dessas mulheres. O estudo evidencia a relevância da presença das mulheres árabes na fronteira de Foz do Iguaçu, através de uma ótica teórica feminista, visualizando novas possibilidades para solidariedade, fortalecimento e transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo, identidade, diáspora, integração.

RESUMEN

Esta disertación investiga la inserción de las mujeres árabes en la comunidad de Foz do Iguaçu, analizando su identidad e integración en un contexto fronterizo. El estudio aborda el feminismo transnacional, árabe y decolonial, destacando las especificidades culturales y sociales que moldean las vidas de las mujeres árabes y conectando sus luchas con un movimiento global por la igualdad de género. En el contexto árabe, el feminismo transnacional reconoce la influencia de las tradiciones islámicas y las normas patriarcales, lo que requiere negociaciones entre los principios religiosos y las demandas de igualdad. La investigación examina los desafíos que enfrentan las mujeres árabes, como las restricciones a la movilidad, la educación, el empleo y la participación política, y la importancia del feminismo decolonial para dismantelar las estructuras de poder coloniales que marginan sus experiencias. La Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer, celebrada en Beijing en 1995, se destaca como un hito importante en la unificación de los movimientos feministas globales, y el lema "los derechos de las mujeres son derechos humanos" simboliza esta convergencia. La disertación se inserta en el contexto de la migración en Foz do Iguaçu, que históricamente ha atraído diversos flujos migratorios, incluida la importante diáspora árabe. La llegada de inmigrantes árabes a la región se remonta a principios del siglo XX y, a lo largo de las décadas, ha desempeñado un papel vital en el desarrollo socioeconómico local, preservando al mismo tiempo sus tradiciones culturales y religiosas. La disertación explora cómo las mujeres árabes, en este contexto diaspórico, experimentan sus identidades y enfrentan desafíos de integración social y cultural, destacando la relevancia de los enfoques feministas y descoloniales para comprender sus experiencias y promover su inclusión en la sociedad brasileña. La disertación se centra en la comunidad árabe en Foz do Iguaçu, un importante punto de migración para los árabes en Brasil, donde las mujeres enfrentan la tarea de integrar sus identidades culturales con la adaptación a un nuevo entorno social y lingüístico. Se llevó a cabo y analizó un proyecto de enseñanza-aprendizaje portugués como herramienta de inclusión social, proporcionando un espacio contrahegemónico para el fortalecimiento colectivo. La investigación utiliza una revisión de la literatura y entrevistas semiestructuradas con inmigrantes y descendientes árabes para explorar la construcción de identidad, transmisión cultural y visibilidad de estas mujeres. El estudio destaca la relevancia de la presencia de mujeres árabes en la frontera de Foz do Iguaçu, a través de una perspectiva teórica feminista, visualizando nuevas posibilidades de solidaridad, fortalecimiento y transformación social.

PALABRAS CLAVE: feminismo, identidad, diáspora, integración.

ABSTRACT

This dissertation investigates the insertion of Arab women in the Foz do Iguaçu community, analyzing their identity and integration in a border context. The study addresses transnational, Arab and decolonial feminism, highlighting the cultural and social specificities that shape the lives of Arab women and connecting their struggles to a global movement for gender equality. In the Arab context, transnational feminism recognizes the influence of Islamic traditions and patriarchal norms, requiring negotiations between religious principles and demands for equality. The research examines the challenges faced by Arab women, such as restrictions on mobility, education, employment and political participation, and the importance of decolonial feminism in dismantling colonial power structures that marginalize their experiences. The Fourth World Conference on Women, held in Beijing in 1995, is highlighted as a significant milestone in the unification of global feminist movements, with the motto "women's rights are human rights" symbolizing this convergence. The dissertation is inserted in the context of migration in Foz do Iguaçu, which has historically attracted diverse migratory flows, including the significant Arab diaspora. The arrival of Arab migrants in the region dates back to the beginning of the 20th century, and over the decades, it has played a vital role in local socioeconomic development, while preserving its cultural and religious traditions. The dissertation explores how Arab women, in this diasporic context, experience their identities and face challenges of social and cultural integration, highlighting the relevance of feminist and decolonial approaches to understanding their experiences and promoting their inclusion in Brazilian society. The dissertation focuses on the Arab community in Foz do Iguaçu, an important migration point for Arabs in Brazil, where women face the task of integrating their cultural identities with adapting to a new social and linguistic environment. A Portuguese teaching-learning project was carried out and analyzed as a tool for social inclusion, providing a counter-hegemonic space for collective strengthening. The research uses a literature review and semi-structured interviews with Arab migrants and descendants to explore the construction of identity, cultural transmission and visibility of these women. The study highlights the relevance of the presence of Arab women on the border of Foz do Iguaçu, through a feminist theoretical perspective, visualizing new possibilities for solidarity, strengthening and social transformation.

KEYWORDS: feminism, identity, diaspora, integration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FEMINISMO ÁRABE DE BEIJING À TRÍPLICE FRONTEIRA: CONVERGÊNCIA DO FEMINISMO TRANSNACIONAL, ÁRABE E DECOLONIAL	18
2.1 FEMINISMO TRANSNACIONAL: TEORIAS E PRÁTICAS	19
2.1.1 Análise da Declaração de Beijing no Contexto do Sul Global	31
2.1.2 Estudo da Plataforma de Beijing no Contexto do Sul Global	34
2.2 O FEMINISMO ÁRABE: CONTEXTOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	37
2.2.1 Hijab e Identidade	42
2.3 FEMINISMO DECOLONIAL: DESAFIANDO NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E RECUPERANDO IDENTIDADES	51
3 PESQUISA DE CAMPO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS MULHERES ÁRABES NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU	64
3.1 ORGANIZAÇÃO INICIAL DA PESQUISA DE CAMPO	66
3.2 RELATO ETNOGRÁFICO CURSO ENSINO APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS EM CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO À COMUNIDADE DE FOZ DO IGUAÇU	68
3.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	72
3.3.1 Codificação Das Entrevistas	74
3.4 ANÁLISE DAS CATEGORIAS	75
3.4.1 Experiência De Xenofobia	76
3.4.2 Percepção Da Mídia Sobre Os Árabes	80
3.4.3 Atitudes Em Relação À Sexualidade E Identidade De Gênero	83
3.4.4 Opiniões Sobre O Feminismo Árabe E Direitos Humanos	87
3.4.5 Atitudes Em Relação À Sexualidade E Identidade De Gênero.....	91
3.4.6 Conclusão Das Análises Das Categorias	93
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS	105
ANEXO A: Descrição Dos Módulos Do Curso	105
ANEXO B: Módulos Do Curso	107
ANEXO C: Roteiro De Entrevistas	109

1 INTRODUÇÃO

O feminismo árabe tem ganhado crescente atenção acadêmica e social, especialmente em contextos de diáspora onde mulheres árabes enfrentam desafios únicos na interseção entre suas identidades culturais, religiosas e de gênero. Esta dissertação investiga a inserção das mulheres árabes na comunidade de Foz do Iguaçu, analisando suas identidades e processos de integração em um contexto fronteiriço, considerando também o histórico da diáspora árabe na região.

Foz do Iguaçu, situada na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, é uma cidade marcada por uma rica diversidade cultural e histórica, amplamente influenciada pelos fluxos migratórios¹. A chegada de migrantes árabes desde o final do século XIX contribuiu significativamente para o desenvolvimento socioeconômico local, mas essa integração não foi isenta de desafios. As comunidades árabes enfrentaram questões como xenofobia, adaptação cultural e a necessidade de preservar elementos essenciais de suas identidades culturais.

Historicamente, as migrações árabes para Foz do Iguaçu² ocorreram devido a fatores como conflitos no Oriente Médio e a busca por melhores condições de vida. A cidade se tornou um destino atrativo devido à sua localização estratégica e às oportunidades econômicas emergentes, atraindo um número significativo de migrantes durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Compreender esse contexto migratório é crucial para analisar como as mulheres árabes vivenciam suas identidades e lutam por inclusão social na região.

Durante a pesquisa, foi observado que o feminismo árabe como movimento formal é praticamente inexistente na tríplice fronteira. Essa constatação direcionou o

¹ Lesser (2001, p. 92), falando da imigração árabe no Brasil diz: No século XIX, grandes números de imigrantes, tanto do Levante (Mashriq) como do Norte da África de línguas francesa e espanhola (Magreb), passaram a transformar o Brasil num dos centros do mahjar (literalmente, “países de emigração”, mas usado para significar a “diáspora” árabe). Ao contrário das levadas de imigrantes italianos, espanhóis e portugueses, tão ativamente buscadas pelos que tentavam mudar a composição social do Brasil, os sírios e libaneses vieram por conta própria, e sem alarde. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/75-imigracao-arabe.pdf> Acesso em: 16 de jun. de 2024.

² É em São Paulo, onde se concentra a maior comunidade árabe do Brasil. Até 1920 mais de 58 mil imigrantes da etnia haviam entrado no país, sendo que 40% deles se fixaram em São Paulo. Foz do Iguaçu conta com a 2ª maior colônia árabe do Brasil, tendo seus representantes chegado aqui por volta de 1950 e desde então contribuem muito com a formação do município, seja na área econômica, cultural e social. (Brasil, 2022). Fonte: <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/> Disponível em: <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/institucional/noticias/camara-parabeniza-2a-maior-colonia-arabe-do-pais-pelo-dia-25-de-marco> Acesso em: 12 de out. de 2023.

estudo para a exploração de outras formas de feminismo, como o feminismo transnacional, que enfatiza a solidariedade global e a crítica ao eurocentrismo, alinhando-se profundamente com os objetivos desta dissertação. A convergência entre o feminismo transnacional³ e o feminismo decolonial⁴ oferece uma lente abrangente para analisar as experiências das mulheres árabes na tríplice fronteira, respeitando suas especificidades culturais e religiosas enquanto se desafiam as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade.

Para conduzir a análise, foram estabelecidas categorias analíticas com base nas entrevistas realizadas. Essas categorias incluem: Frequência de Experiências de Xenofobia, Percepção da Mídia sobre Árabes, Atitudes em Relação à Sexualidade e Identidade de Gênero, Opiniões sobre o Feminismo Islâmico, Árabe e Direitos Humanos, e Atitudes em Relação à Homossexualidade e Direitos LGBTQ+. Essas categorias permitiram uma análise detalhada das entrevistas, fornecendo uma compreensão aprofundada das vivências dessas mulheres e de como as dinâmicas de poder, identidade e resistência se manifestam no contexto da tríplice fronteira.

Os objetivos desta dissertação são múltiplos: compreender como as mulheres árabes vivenciam suas identidades no contexto da diáspora; explorar como os princípios do feminismo transnacional são adaptados e aplicados às realidades dessas mulheres; e desvelar e desafiar as estruturas de poder que as marginalizam, tanto nas narrativas feministas hegemônicas quanto nas dinâmicas locais, por meio de uma abordagem decolonial. Este trabalho teve início num período desafiador, durante a pandemia de COVID-19, quando muitos de nós nos deparamos com

³ Entre as décadas de 1970 e 1980[i], a noção de *global sisterhood* – majoritariamente utilizada por mulheres de classe média, brancas e do Primeiro Mundo a fim de expressar a união feminina na luta contra o patriarcado e qualquer tipo de violência – estava inserida entre as principais características do chamado “feminismo global”. Entretanto, por não levar em conta as profundas diferenças de classe, raça, sexualidade e fronteiras existentes entre as mulheres – questões essas que se tornaram ainda mais evidentes com o início da globalização – desenvolvem-se os “feminismos transnacionais[ii]”. Estes visam superar algumas das limitações do feminismo global, politizando os problemas das mulheres para além das fronteiras nacionais e considerando a multiplicidade de feminismos existentes no mundo, bem como suas particularidades. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/feminismo-transnacional/>. Acesso em: 11 de jul. de 2024.

⁴ O Feminismo Decolonial, enunciado como tal, surge na primeira década do século XXI[iii] como um desdobramento dos estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), dos feminismos latino-americanos e feminismos pós-coloniais (BALLESTRIN, 2020). Essa abordagem propõe a análise e a denúncia das opressões sentidas principalmente por mulheres racializadas da América Latina a partir de uma crítica aos efeitos da colonialidade e do capitalismo (responsáveis por difundir globalmente formas interconectadas de exploração) sobre suas vidas (SEGATO, 2014; VERGÈS, 2020). Vale destacar que as “mulheres racializadas” são compreendidas nesse verbete como “mulheres não-brancas”, pretas e indígenas, cujas vivências são ignoradas pelo feminismo hegemônico. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/feminismo-decolonial/>. Acesso: 11 de jul. de 2024.

questões existenciais profundas. Foi nesse contexto que decidi revisitar um projeto que havia sido pausado: minha jornada de estudos, com um foco especial na comunidade específica das mulheres árabes na cidade de Foz do Iguaçu.

Minha conexão com as mulheres árabes surgiu através da convivência com famílias na Escola Libanesa Brasileira, onde inicialmente ensinei crianças e posteriormente tive a oportunidade de trabalhar como professora particular. Vivenciar o cotidiano dessas famílias patriarcais árabes me permitiu explorar uma ampla gama de perspectivas, desde aquelas mais conservadoras até as mais progressistas em relação à submissão das mulheres diante de um contexto patriarcal.

Durante duas décadas como professora particular dessas famílias, testemunhei momentos de prazer, conflito, indignação e frustração. Compreender a complexidade da cultura islâmica me fez questionar: como poderia contribuir de forma significativa? Inicialmente, meu objetivo era simplesmente "alfabetizar" essas mulheres em Português, não apenas para facilitar sua comunicação com a comunidade local, mas também para capacitá-las a expressar suas preferências e questionamentos de maneira que fossem ouvidas sem estigmas.

Adentrar no universo árabe não é tarefa simples. O primeiro passo deste trabalho foi encontrar maneiras de se aproximar de uma comunidade conservadora e patriarcal, com o objetivo de contribuir com novas reflexões sobre a formação de identidade dessas mulheres. O Brasil, sendo um país notoriamente misógino, oferece um terreno fértil para educadores e educadoras que buscam construir um ambiente onde o pensamento crítico e os valores sejam cultivados, promovendo uma maior compreensão das mulheres árabes.

Durante o mestrado, desenvolvi um interesse profundo em como abordar academicamente e na prática a identidade das mulheres árabes na comunidade de Foz do Iguaçu. Questões como xenofobia e discriminação surgiram como desafios diários para essas mulheres, moldando suas identidades e influenciando sua integração. Ao imergir nesse universo, percebi que o feminismo vai além da questão de gênero; ele abrange diversas vertentes que podem transformar o mundo, incluindo o reconhecimento dos direitos das mulheres de serem quem desejam ser, com liberdade de movimento, pensamento e escolha.

Reconhecendo os desafios enfrentados por mulheres em um país patriarcal, passei a analisar, compreender e defender os direitos das mulheres árabes como parte da minha própria jornada feminista. Essa legitimidade é reforçada pela percepção de que há uma consciência feminista emergente entre algumas mulheres árabes na tríplice fronteira, influenciada por diversas abordagens feministas. Tais influências contribuem para um movimento feminista global mais inclusivo e sensível às realidades dessas mulheres e outras marginalizadas

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa combina uma metodologia de pesquisa-ação, incluindo a implementação de um projeto linguístico-cultural de ensino-aprendizagem do português e a realização de entrevistas qualitativas. Esse projeto, intitulado "Curso Ensino Aprendizagem de Português em Contexto de Integração à Comunidade de Foz do Iguaçu", visa promover a integração de mulheres árabes migrantes na comunidade local, criando um espaço acolhedor e comunicativo para a expressão de suas experiências.

As participantes da pesquisa incluem mulheres nascidas no Líbano e, descendentes nascidas em Foz do Iguaçu, e uma paraguaia que se casou com um árabe e se converteu ao islamismo. A prática do uso do hijab variou entre as participantes, refletindo a pluralidade de suas identidades culturais e religiosas. Nem todas haviam realizado o curso de português oferecido pela UNILA; aquelas que participaram das entrevistas tinham diferentes níveis de proficiência no idioma, com algumas já possuindo um domínio avançado do português, enquanto outras ainda estavam em processo de aprendizado. Essas características foram fundamentais para compreender como fatores como origem, tempo de residência, educação e práticas culturais influenciam suas experiências de integração e identidade na tríplice fronteira.

Este trabalho, dividido em dois capítulos, aborda no primeiro o contexto histórico e sociocultural da diáspora árabe em Foz do Iguaçu, destacando como as migrações desde o final do século XIX moldaram a identidade e a integração dessas comunidades na região. O segundo capítulo foca na interseção entre o feminismo transnacional, o feminismo decolonial e a conscientização feminista árabe, examinando como essas abordagens teóricas podem apoiar as lutas dessas mulheres. A dissertação busca, assim, contribuir para a formulação de políticas

públicas que atendam de forma efetiva às necessidades dessas mulheres, promovendo igualdade, inclusão e respeito à diversidade cultural em Foz do Iguaçu.

As conclusões destacam a importância de continuar explorando essas interseções teóricas e práticas, sugerindo que futuras pesquisas poderiam expandir esse trabalho para incluir comparações com outras comunidades árabes na diáspora, tanto no Brasil quanto em outros países, fortalecendo o movimento feminista global e garantindo que ele permaneça receptivo e responsivo às vozes e experiências de todas as mulheres.

2 FEMINISMO ÁRABE DE BEIJING À TRÍPLICE FRONTEIRA: CONVERGÊNCIAS DO FEMINISMO TRANSNACIONAL, ÁRABE E DECOLONIAL

O presente capítulo tem como objetivo explorar um conceito essencial para a compreensão das lutas e desafios enfrentados pelas mulheres em contextos contemporâneos: os feminismos.

Este capítulo está organizado em três subtítulos principais, cada um abordando diferentes aspectos dos feminismos transnacional, árabe e decolonial.

O Feminismo Transnacional: Teorias e Práticas explora as teorias e práticas do feminismo transnacional, destacando a importância da solidariedade global e a crítica ao eurocentrismo.

Dentro deste subtítulo, desenvolvem-se duas análises específicas: Análise da Declaração de Beijing no Contexto do Sul Global, que examina a relevância e o impacto dessa declaração para as políticas de gênero no Sul Global, e a Análise da Plataforma de Beijing no Contexto do Sul Global, que avalia o papel dessa plataforma na promoção da igualdade de gênero e nos direitos das mulheres no Sul Global.

A Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, realizada em 1995, foi um marco significativo, promovendo a ideia de que os direitos das mulheres são direitos humanos. A conferência destacou a importância de uma abordagem global e interseccional para os direitos das mulheres, promovendo a solidariedade e a cooperação internacional.

O feminismo transnacional é caracterizado por uma diversidade de perspectivas, abordagens e objetivos, que refletem as experiências e necessidades variadas das mulheres em diferentes partes do mundo e em diferentes contextos sociais, culturais e políticos. Essa diversidade é uma força do movimento feminista, pois permite que ele aborde uma ampla gama de questões e desafios enfrentados pelas mulheres em suas vidas cotidianas.

O Feminismo Árabe: Contextos, Desafios e Estratégias de Resistência aborda os contextos históricos e contemporâneos do feminismo árabe, seus desafios únicos

e as estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres árabes para enfrentar essas adversidades.

E o Feminismo Decolonial: Desafiando Narrativas Hegemônicas e Recuperando Identidades. Este subtítulo discute o feminismo decolonial, enfatizando a importância de desafiar as narrativas hegemônicas e promover a recuperação de identidades marginalizadas, especialmente em contextos pós-coloniais.

Esses movimentos são destacados por suas abordagens críticas às estruturas de poder colonial e eurocêntrico, buscando reinterpretar a história e promover a justiça social a partir das perspectivas das comunidades marginalizadas.

Na região de Foz do Iguaçu, é fundamental respeitar as especificidades culturais e religiosas da comunidade árabe, reconhecendo a importância do gênero e da identidade cultural na articulação das lutas feministas locais. Ao analisar a diáspora de mulheres árabes nessa comunidade, busca-se compreender como a agenda feminista poderia influenciar suas vidas em uma sociedade que ainda é patriarcal.

A dissertação propõe-se a explorar o feminismo transnacional com um enfoque particular nas experiências das mulheres migrantes árabes na comunidade de Foz do Iguaçu. O estudo examina como essas mulheres equilibram suas identidades e direitos em um ambiente caracterizado pela diversidade cultural e pela globalização. Embora não haja um movimento formal de feminismo árabe na fronteira, a conscientização feminista entre algumas dessas mulheres reflete a complexidade de suas experiências e a diversidade de perspectivas dentro da diáspora árabe.

2.1 FEMINISMO TRANSNACIONAL: TEORIAS E PRÁTICAS

Este capítulo examina como esses movimentos feministas transnacional, árabe e decolonial se interligam, começando pela histórica Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing em 1995 e explorando as influências e trajetórias que levaram ao desenvolvimento do feminismo árabe na tríplice fronteira.

A globalização e o avanço da comunicação têm moldado significativamente os movimentos feministas ao redor do mundo. Neste contexto, o feminismo transnacional surge como uma abordagem crucial para entender as diversas e interconectadas lutas das mulheres.

O termo "feminismo transnacional" refere-se a um movimento que transcende as fronteiras nacionais para abordar questões de gênero de uma perspectiva global, reconhecendo as diferenças culturais, econômicas e políticas que afetam as mulheres de maneira única em diferentes partes do mundo. Segundo Kyrillos (2016, p. 67):

Quando se trata das lutas em prol dos direitos humanos das mulheres no cenário internacional, alguns marcos são inegáveis, em especial: as três conferências mundiais sobre direitos humanos das mulheres (do México em 1975, de Copenhague em 1980 e de Nairóbi em 1985) e a Conferência de Beijing de 1995, esta que se apresenta como o marco fundamental da inserção das lutas das mulheres pelo respeito de seus direitos humanos. (Kyrillos 2016, p.67).

A Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, realizada em 1995, marcou um ponto de inflexão no feminismo global, promovendo a ideia de que os direitos das mulheres são direitos humanos.

Esta conferência, precedida pelas importantes conferências de México (1975) e Copenhague (1980)⁵, foi um catalisador para o surgimento do feminismo transnacional, que visa unir mulheres de diferentes nações e culturas na luta por direitos comuns. Os direitos das mulheres foram formalmente incorporados aos direitos humanos em uma série de marcos internacionais, começando com a Conferência do México em 1975, onde foi discutida a necessidade da participação das mulheres na política, economia, cultura e sociedade.

Esse processo foi consolidado pela Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) em 1979, que estabeleceu que a integração e o desenvolvimento das mulheres são parte integral dos direitos humanos e que a igualdade de condições entre homens e mulheres é fundamental. Ao longo das décadas seguintes, conferências como a de

⁵Disponível

<https://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.603.pdf>

Acesso em: 28 de jun. de 2024.

Copenhague em 1980, Nairobi em 1985 e Cairo em 1994 continuaram a expandir e reafirmar esses princípios, abordando questões como igualdade de gênero, direitos reprodutivos, combate à violência e a desconstrução de estereótipos femininos, destacando a importância de políticas sociais para a redução da exclusão social e da pobreza.

Foi um marco para o feminismo transnacional, pois reuniu representantes de diversos países para discutir e promover a igualdade de gênero, resultando na Plataforma de Ação de Beijing, que estabeleceu objetivos claros para o empoderamento das mulheres e a eliminação das desigualdades de gênero.

A conferência destacou a importância de uma abordagem global e interseccional para os direitos das mulheres, promovendo a solidariedade e a cooperação internacional. Segundo Reynaldo (2016, p. 101):

No âmbito das Nações Unidas, em 1975 - declarado o Ano Internacional das Mulheres -, aconteceu no México a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres e foi dado início à Década das Mulheres da ONU. Foi, portanto, um ano importante para os feminismos transnacionais, que passaram a partir de então a se intensificar e expandir como nunca. Um ano que marcou o início de um processo transfronteiriço que se espalhou por todo o globo, por diferentes regiões. Este processo iniciado em 1975 atingiu seu ápice com a Conferência de Beijing em 1995 [...].(Reynaldo, 2016, p. 101).

A Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995, teve como principais objetivos a promoção da igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a garantia de que os direitos das mulheres fossem reconhecidos como direitos humanos fundamentais.

Entre os temas discutidos estavam a violência contra as mulheres, abordando todas as formas de violência, incluindo violência doméstica, tráfico de mulheres e exploração sexual; educação e treinamento, focando na necessidade de acesso igualitário à educação para meninas e mulheres; saúde das mulheres, incluindo saúde reprodutiva e sexual, acesso a serviços de saúde e políticas de bem-estar; participação política e tomada de decisões, incentivando a participação ativa das mulheres na política e em posições de liderança; e pobreza e desenvolvimento econômico, tratando da feminização da pobreza e promovendo estratégias econômicas que beneficiem as mulheres.

A Declaração de Beijing, composta por 38 parágrafos, reúne as principais posições e ações propostas na Conferência, refletindo as melhores práticas que as mulheres poderiam alcançar em termos de reconhecimento de direitos ao longo de décadas de reivindicações e negociações globais.

Sua Plataforma de Ação, com 362 parágrafos, recomenda ações em áreas críticas que representam os principais obstáculos ao avanço das mulheres. Um dos resultados mais significativos da conferência foi a adoção da Declaração e Plataforma de Ação⁶ de Beijing. Este documento estabeleceu um plano de ação abrangente e detalhado para promover os direitos das mulheres e alcançar a igualdade de gênero.

A Plataforma de Ação identificou 12 áreas críticas de preocupação, incluindo pobreza, educação, saúde, violência, conflitos armados, economia, poder e tomada de decisões, mecanismos institucionais, direitos humanos, mídia, meio ambiente e as meninas.

A Conferência de Beijing teve um impacto duradouro no movimento feminista global e nas políticas governamentais em muitos países. Ela ajudou a estabelecer uma agenda internacional para a igualdade de gênero e serviu como um ponto de referência para avaliações futuras dos progressos feitos em relação aos direitos das mulheres. A conferência também incentivou a formação de redes e parcerias entre organizações feministas em todo o mundo, fortalecendo a solidariedade transnacional, tornando mais concreta a globalização das lutas pelos direitos das mulheres.

Apesar de seu impacto positivo, a Conferência de Beijing também enfrentou críticas e desafios. Alguns participantes destacaram a falta de compromisso concreto de certos governos e a implementação desigual das recomendações da Plataforma de Ação. Além disso, questões culturais e políticas complexas às vezes

⁶ Nesta Declaração os Governos adotam e comprometem-se explicitamente a pôr em prática a Plataforma de Ação de Pequim de modo a garantir que a perspectiva de igualdade entre mulheres e homens será refletida em todas as suas políticas e programas, e apelam ao sistema das Nações Unidas, às instituições financeiras regionais e internacionais, às demais instituições regionais e internacionais relevantes e a todas as mulheres e homens, bem como às organizações não-governamentais, com pleno respeito pela sua autonomia, e a todos os setores da sociedade civil para que, em cooperação com os Governos, se empenhem plenamente e contribuam para a implementação da PAP. Disponível em: <https://plataformamulheres.org.pt/projectos/platacaopequim/> Acesso em: 30 de jun. de 2024.

dificultaram o avanço uniforme das metas estabelecidas. De acordo com Reynaldo (2016, p. 121-122):

Assim, ao contrário do que havia acontecido nas conferências anteriores, em que os interesses nacionais prevaleceram sobre os internacionais, e em que feministas do Norte e do Sul discordavam sobre o que precisavam e sobre o que tinham em comum, na Quarta Conferência Mundial houve uma convergência quanto a como melhorar as condições das mulheres sem ignorar as diferenças. Desta forma, o relacionamento entre integrantes dos movimentos de mulheres de base e feministas foi cimentado sob o lema 'direitos das mulheres são direitos humanos'. (Reynaldo, 2016, p. 121-122).

Nas conferências mundiais sobre as mulheres realizadas anteriormente, prevalecia uma tendência em que os interesses nacionais dos participantes sobrepunham as preocupações internacionais. Em particular, representantes governamentais e outros delegados focavam mais nas agendas e necessidades específicas de seus próprios países, frequentemente deixando de lado uma visão global e unificada dos direitos das mulheres.

Adicionalmente, havia uma divisão significativa entre as feministas do Norte, referindo-se aos países desenvolvidos, e as feministas do Sul, representando os países em desenvolvimento. As feministas do Norte geralmente concentravam suas reivindicações em questões como igualdade no local de trabalho, direitos reprodutivos e combate à violência doméstica.

Em contrapartida, as feministas do Sul frequentemente priorizavam desafios como a pobreza, o acesso à educação básica, saúde e desenvolvimento econômico, além de lidarem com os legados do colonialismo e do neocolonialismo.

Contudo, na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, ocorreu uma mudança significativa nessa dinâmica. As participantes conseguiram chegar a um consenso sobre como melhorar as condições das mulheres em escala global, sem ignorar as diferenças regionais e culturais.

Essa convergência foi um avanço significativo, pois reconheceu e respeitou as diversas realidades vividas pelas mulheres ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que buscava uma agenda comum. Conforme Reynaldo (2016, p. 125):

[...] especialmente as Conferências Internacionais dos anos 1990, com destaque para Beijing, incentivaram as mulheres do mundo todo, inclusive

do Sul, a intensificarem sua organização transnacional, mas também a desenvolverem políticas feministas regional e globalmente. Houve uma transnacionalização do movimento de mulheres latino-americanas que, embora já se reunissem regionalmente de forma regular com os Encuentros da década de 1980, ganharam com as conferências da ONU dos anos 1990 e as redes transfronteiriças lá formalizadas uma estrutura de ativistas locais e regionais especializadas na atuação transnacional. (Reynaldo, 2016, p. 125).

Um dos aspectos mais importantes da Quarta Conferência foi a consolidação das relações entre movimentos de mulheres de base⁷ e feministas. A conferência conseguiu unir esses diferentes níveis de ativismo, criando uma coesão maior e fortalecendo a colaboração entre diversas facetas do movimento feminista, promovendo uma agenda inclusiva e abrangente que reconhecia tanto as diferenças quanto às necessidades comuns das mulheres em todo o mundo.

O lema "direitos das mulheres são direitos humanos" serviu como um poderoso unificador, ajudando a cimentar o relacionamento entre diversas facetas do movimento feminista e solidificar uma plataforma comum para a ação futura. De acordo com Mohanty (2003) apud Reynaldo (2016, p. 130):

[...] são as meninas e mulheres ao redor do mundo, especialmente no Sul, que suportam o fardo da globalização em aspectos fundamentais, e por isso feminismos dentro e além das fronteiras são necessários para enfrentar as injustiças do capitalismo global. São elas as mais atingidas pela privatização dos serviços e desregulamentação de governos, o desmantelamento do estado de bem estar, a reestruturação do trabalho pago e não pago, a perseguição religiosa, a degradação do meio ambiente, guerras, fomes, violência doméstica, entre outros. Meninas e mulheres compõem a maioria de refugiados do mundo, chegando a quase 80% das pessoas deslocadas do Sul, na África, Ásia e América Latina. Além disso, 70% das pessoas mais pobres do mundo são meninas e mulheres e elas possuem menos de um centésimo das propriedades do mundo. (Mohanty 2003, apud Reynaldo 2016, p. 130).

Na virada do século XXI, os feminismos transnacionais se contrapõem às novas formas de opressão surgidas com a globalização hegemônica. Essa globalização é liderada por grandes potências econômicas e políticas, predominantemente de países ocidentais e corporações multinacionais, que

⁷ Movimentos de base referem-se a organizações locais e comunitárias que trabalham diretamente com mulheres em suas comunidades, abordando suas necessidades imediatas e específicas. disponível em: <https://www.unas.org.br/movimentos-de-base> Acesso em 29 de jun. de 2024.

promovem políticas neoliberais como a desregulamentação econômica, a privatização e o livre mercado. Essas políticas frequentemente resultam em maior desigualdade social e econômica.

Com a globalização hegemônica, surgem novas formas de opressão que afetam populações ao redor do mundo, transcendendo fronteiras nacionais. Isso inclui exploração laboral, degradação ambiental e outras injustiças sociais e econômicas. Em resposta a essas novas formas de opressão, os feminismos transnacionais se posicionam como parte da "globalização contra-hegemônica".

Este termo descreve movimentos sociais e políticos que se opõem às consequências negativas da globalização neoliberal. Outros nomes para este movimento incluem o "movimento pela justiça global", "movimento antiglobalização" e "globalização de baixo". Esses movimentos defendem uma globalização mais justa e equitativa, que respeite os direitos humanos e a justiça social.

Com a intensificação da globalização neoliberal, esses movimentos feministas encontram espaços de resistência onde podem se organizar e lutar contra as políticas neoliberais que prejudicam principalmente os subalternos globais. Essas pessoas subalternizadas referem-se às populações marginalizadas e oprimidas no sistema global, que sofrem as consequências mais severas da globalização hegemônica. Isso inclui trabalhadores explorados, comunidades indígenas, migrantes e, de forma predominante, as mulheres.

As políticas neoliberais geralmente resultam em desigualdade crescente, exploração laboral, deterioração dos serviços públicos e erosão dos direitos sociais e trabalhistas. Essas condições afetam desproporcionalmente as mulheres e outros grupos marginalizados, agravando a opressão já existente.

Assim, ao se contraporem às novas formas de opressão transnacionalizadas decorrentes da globalização hegemônica, os feminismos compõem a globalização contra-hegemônica, participando ativamente deste novo momento de ebulição da esfera transnacional. De acordo Tripp (2006) apud Reynaldo (2016, p. 137):

Mas enquanto os movimentos no Norte decaíram ou se tornaram complacentes ou limitados, países do Sul têm reivindicado boa parte da força das lutas feministas e por direitos das mulheres globalmente, enquanto continuam a definir suas próprias agendas. Portanto, embora as influências sempre tenham sido multidirecionais, o feminismo global é

atualmente um movimento mais centrado no Sul do que nunca. (Tripp 2006, apud Reynaldo 2016, p. 137).

No Sul tem sido amplamente observado o uso de coalizões e redes transnacionais, bem como tratados, plataformas e conferências internacionais para promover novas agendas de direitos das mulheres. A interação regional intensa na América Latina, África e Ásia em torno de questões específicas como tráfico de pessoas, reforma agrária, educação, paz, direitos reprodutivos, violência contra as mulheres e cotas eleitorais ajudou a definir essas preocupações e a desenvolver estratégias para abordá-las.

Na América Latina, nos anos 1990, foram observadas duas tendências contraditórias na região: a crescente democratização e a disseminação da globalização neoliberal. Isso levou as feministas ao realinhamento de seus movimentos, combinando o governo de esquerda, o surgimento de novas formas de organização entre afrodescendentes e indígenas e a emergência de redes multiescalonadas decorrentes de processos translocais de organização antineoliberal, como o Fórum Social Mundial. Segundo Alvarez (2014) apud Reynaldo (2016, p. 138):

Setores do feminismo formados por afrodescendentes, trabalhadoras rurais e urbanas, lésbicas, indígenas, críticos do feminismo hegemônico, institucionalizado e profissionalizado, e que eram anteriormente silenciados e marginalizados, têm criado contemporaneamente 'outros feminismos' que entrelaçam lutas locais, regionais e globais, reunindo mulheres jovens e feministas históricas para reivindicar por justiça social, racial e sexual. Assim, com a chegada do novo milênio o feminismo latino-americano se tornou mais plural e passou a ser caracterizado pelo que Alvarez chama de 'sidestreaming', espalhando-se horizontalmente por arenas sociais e culturais e comunidades étnicas, raciais e de classe, para além do próprio feminismo. (Alvarez 2014, apud Reynaldo 2016, p. 138).

No novo século, o feminismo latino-americano reconhecia crescentemente seus limites e reavaliava de forma crítica sua relação com a Agenda Global de Gênero e com o neoliberalismo multicultural. Muitas feministas, que anteriormente atuavam na esfera da ONU, redirecionaram seus esforços para influenciar movimentos de justiça global, especialmente o Fórum Social Mundial, que unificava muitos desses movimentos.

Naquele cenário dos movimentos antiglobalização e do Fórum Social Mundial, as pautas políticas dos feminismos latino-americanos foram revigoradas. Alianças com outros movimentos sociais foram fortalecidas, e novos movimentos feministas como a Marcha Mundial das Mulheres emergiram, baseados em uma crítica ao neoliberalismo e resgatando a "ação feminista de rua, criativa e subversiva."

Esses realinhamentos e novas formas de organização ampliaram o escopo das lutas feministas, promovendo uma maior inclusão e conectando as demandas locais a um movimento global mais amplo. Expande a noção de direitos humanos para incluir fatores como cor, raça, gênero, sexo, sexualidade, classe social, geração e idade, entre outros. Isso reflete um reconhecimento da necessidade de abordar a interseccionalidade nas lutas feministas.

Enquanto o feminismo transnacional também reconhece a interconexão global das opressões, ele se concentra na solidariedade e na cooperação entre mulheres e movimentos feministas em diferentes partes do mundo. Ele destaca como as questões feministas são universais, mas também culturalmente situadas, e busca construir alianças além das fronteiras nacionais para enfrentar questões como direitos reprodutivos, violência de gênero e discriminação. Segundo Reynaldo (2016, p. 155):

Há que se reconhecer que, com suas conferências, documentos e discursos, a ONU conferiu um impulso inicial essencial aos feminismos transfronteiriços, ajudou a reduzir as barreiras entre Norte e Sul, assegurou direitos formais às mulheres de todo o mundo e incorporou a questão de gênero na agenda internacional, oferecendo aos feminismos oportunidades e um espaço transnacional importantíssimos. (Reynaldo 2016, p. 155).

Com o tempo, houve uma significativa mudança de foco e protagonismo, à medida que feministas do Sul global passaram a desempenhar um papel cada vez mais proeminente. Essa transição foi impulsionada pela crescente conscientização sobre as especificidades e desafios enfrentados por mulheres em contextos não ocidentais, que muitas vezes são marginalizadas por estruturas patriarcais e coloniais. Assim, o feminismo transnacional mudou de uma agenda predominantemente Norte-Sul para abraçar uma perspectiva mais inclusiva e diversificada, incorporando vozes e preocupações das feministas do Sul global em sua luta por justiça e igualdade.

A Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995, representou um momento crucial na luta pela igualdade de gênero. Seus legados incluem a ampliação do reconhecimento global dos direitos das mulheres e a mobilização de esforços internacionais para abordar as disparidades de gênero. Ela continua a ser uma referência importante para ativistas e formuladores de políticas que trabalham para promover os direitos das mulheres e alcançar a igualdade de gênero em todo o mundo.

Paralelamente, o feminismo transnacional emerge como uma resposta às limitações do feminismo ocidental dominante, que muitas vezes negligenciava as experiências e perspectivas das mulheres fora do mundo ocidental, especialmente aquelas no Sul Global. Este movimento se desenvolveu no final do século XX e início do século XXI, em um contexto de globalização crescente e interconectividade.

As feministas de países não ocidentais e minorias étnicas dentro dos países ocidentais criticaram o feminismo hegemônico por ser predominantemente branco, de classe média e eurocêntrico. Elas argumentavam que as questões abordadas por essas feministas não representavam a diversidade de experiências das mulheres globalmente.

O feminismo transnacional enfatiza a necessidade de entender como o gênero interage com outras formas de opressão, como raça, classe, etnia, nacionalidade e religião, em uma escala global. Promove a criação de alianças entre feministas de diferentes partes do mundo, respeitando as especificidades culturais e contextuais, e desafia as formas contemporâneas de imperialismo e neocolonialismo que afetam as mulheres no Sul Global.

Ao resistir à universalização das experiências femininas, o feminismo transnacional busca soluções adaptadas às realidades locais.

De acordo com Said (1996, p. 214):

O próprio orientalismo, além do mais, foi uma província exclusivamente masculina; do mesmo modo que muitas corporações profissionais durante o período moderno. Ele via a si mesmo e ao seu tema de estudos com antolhos sexistas. Isso é especialmente evidente nos escritos de viajantes e romancistas: as mulheres costumam ser criaturas de uma fantasia masculina de poder. Elas exprimem uma sensualidade ilimitada, são mais ou menos estúpidas e, acima de tudo, desejosas. (Said 1996, p. 214).

No contexto do orientalismo, as representações das mulheres orientais frequentemente se encaixavam em estereótipos sexistas e fantasias masculinas de poder. Os viajantes e romancistas europeus frequentemente retratavam mulheres do Oriente como figuras de sensualidade exagerada, submissão e mistério. Elas eram frequentemente descritas como exóticas, misteriosas e desejáveis, mas ao mesmo tempo vistas como menos inteligentes ou menos capazes do que suas contrapartes europeias.

Essas representações serviam a vários propósitos dentro do discurso orientalista: reforçavam a ideia da superioridade moral e intelectual europeia, justificavam a exploração e a dominação política das terras orientais e também alimentavam fantasias eróticas e de conquista masculina. A figura da mulher oriental, portanto, não era apenas uma representação cultural, mas também uma construção ideológica que reforçava hierarquias de gênero e poder, dentro de um contexto mais amplo de colonialismo e dominação.

A obra de Edward Said, "Orientalismo" (2007), trouxe uma contribuição fundamental ao debate pós-colonial ao revelar como o Ocidente construiu uma visão estereotipada e exotizada do Oriente para justificar a dominação colonial e afirmar a superioridade cultural ocidental. Este conceito foi expandido para incluir o "Orientalismo de gênero", que retrata as mulheres orientais como oprimidas e passivas em contraste com as mulheres ocidentais, vistas como livres e emancipadas.

É importante notar que essas representações não refletiam necessariamente a realidade das mulheres orientais, mas sim as percepções distorcidas e muitas vezes fantasiosas dos observadores europeus. O orientalismo, portanto, não era apenas uma questão de distorção cultural, mas também uma forma de controle e subordinação que permeava várias dimensões da sociedade e do conhecimento europeu moderno.

Lila Abu-Lughod, em "Do Muslim Women Need Saving?" (2016), questiona como o feminismo pode evitar reforçar o discurso orientalista ao criticar as sociedades árabes e muçulmanas. Ela destaca que tanto feministas árabes e muçulmanas, ao denunciar injustiças em suas próprias sociedades, quanto feministas ocidentais, ao criticar o que percebem como "opressão da mulher

oriental", correm o risco de legitimar intervenções políticas e culturais ocidentais prejudiciais. Abu-Lughod sublinha a importância de uma abordagem sensível que considere as dinâmicas culturais complexas e evite a perpetuação de estereótipos.

Uma das mais interessantes lentes para a crítica ao Orientalismo de Gênero é o chamado Feminismo Transnacional, proposto por Abu-Lughod. Conforme Chaise (2016, p. 1028):

Neste, às interseccionalidades de sexo, raça, classe deve ser adicionado o reconhecimento das assimetrias globais e das hierarquias de poder entre países. Ainda, busca-se realizar a análise das causas da subordinação de gênero dentro de contexto cultural específico, ressaltando-se história, memória e ética e recusando-se uma compreensão universalista das pretensas necessidades "da mulher" - que leva a uma visão das mulheres do Terceiro Mundo como "vítimas a serem salvas" - e também o artifício do relativismo cultural, que engessa as possibilidades de crítica à realidade de opressão de gênero. (Chaise 2016, p. 1028).

A comunidade árabe de Foz do Iguaçu, localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, representa um microcosmo das interações globais e locais que o feminismo transnacional procura compreender. Nessa região marcada por intensos fluxos migratórios, existe um caldeirão de identidades culturais, incluindo um número significativo de mulheres árabes migrantes cujas experiências refletem os desafios e oportunidades gerados por essas interseções.

A análise dos impactos da migração, das políticas identitárias e das redes de solidariedade transnacional é crucial para entender como essas mulheres articulam suas demandas por justiça de gênero. Ele se posiciona não apenas contra formas específicas de opressão dentro das sociedades árabes, mas também dialoga com as dinâmicas globais de poder, colonialismo e patriarcado.

Para entender o feminismo transnacional sob a perspectiva do feminismo árabe, é essencial considerar como as experiências e lutas das mulheres árabes se entrelaçam com os movimentos feministas globais.

Os feminismos transnacionais oferecem um espaço crucial para as feministas árabes se conectarem com outros movimentos ao redor do mundo, compartilhando estratégias, desafios e conquistas. Por exemplo, questões como direitos reprodutivos, violência de gênero, participação política e justiça econômica são temas comuns tanto para feministas árabes quanto para suas colegas globalmente.

No entanto, o feminismo árabe traz suas próprias especificidades culturais, religiosas e históricas, o que molda suas prioridades e abordagens únicas.

Além disso, o feminismo transnacional permite às feministas árabes ampliarem sua voz e influência além das fronteiras nacionais, desafiando estereótipos e representações simplistas. Ele oferece uma plataforma para que articulem suas demandas por igualdade e justiça não apenas dentro de seus países, mas também em fóruns internacionais e organizações globais. Esse movimento fortalece as lutas locais ao conectá-las com o movimento global, enriquecendo-o com perspectivas diversificadas e contextualizadas.

O feminismo árabe, emergente entre essas mulheres, alinha-se aos princípios da Plataforma e Declaração de Beijing ao buscar justiça de gênero dentro de contextos específicos de diáspora e cultura. A interseção com o feminismo decolonial permite uma abordagem crítica que questiona narrativas hegemônicas e promove uma integração mais justa e igualitária para essas mulheres na sociedade local.

2.1.1 Análise da Declaração de Beijing no Contexto do Sul Global

A Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Beijing, China, de 4 a 15 de setembro de 1995, foi um evento marcante na história dos direitos das mulheres. Organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a conferência reuniu representantes de 189 países, além de milhares de ativistas e representantes de organizações não governamentais (ONGs). Esse encontro resultou na criação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, considerada um marco fundamental para o avanço dos direitos das mulheres, ao estabelecer uma agenda abrangente para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Esses princípios fundamentais, quando adaptados e aplicados de maneira sensível às especificidades locais, são altamente relevantes para as realidades e desafios enfrentados pelas mulheres no Sul Global. Ao integrar essas perspectivas

na dissertação, destaca-se a necessidade de uma abordagem holística e inclusiva para a promoção da justiça de gênero, com o feminismo transnacional fornecendo ferramentas analíticas para abordar o feminismo árabe em termos de contextos, desafios e estratégias de resistência.

A Declaração de Beijing reafirmou o compromisso global com a igualdade de gênero e a promoção dos direitos das mulheres, destacando a importância da participação plena e igualitária das mulheres em todas as esferas da vida. A declaração enfatizou a necessidade de eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres e garantiu que os direitos das mulheres são direitos humanos universais.

A Plataforma de Ação de Beijing identifica áreas críticas como educação, saúde, violência contra a mulher e participação política e econômica, propondo compromissos e ações concretas para eliminar a discriminação e promover a participação plena das mulheres em todas as esferas da vida.

Os tópicos da Plataforma de Ação de Beijing têm uma relevância especial para o Sul Global, onde as desigualdades de gênero são frequentemente exacerbadas por fatores como pobreza, conflito armado e acesso limitado a recursos e oportunidades.

A conferência destacou a necessidade de abordagens contextualmente sensíveis que reconheçam as diversas realidades enfrentadas pelas mulheres no Sul Global. A Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres foi notável pela significativa participação de feministas e ativistas do Sul Global.

Essas mulheres trouxeram para o debate internacional as questões específicas enfrentadas em seus países e regiões, contribuindo para uma visão mais inclusiva e representativa dos desafios e das soluções para a promoção da igualdade de gênero. Elas enfatizaram a importância de considerar as interseções de gênero com outras formas de opressão, como raça, classe e colonialismo.

A Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing continuam a ser documentos fundamentais para a promoção dos direitos das mulheres em todo o mundo. Eles fornecem uma estrutura abrangente para a ação global e local, reconhecendo as necessidades e desafios específicos das mulheres no Sul Global.

Ao destacar as experiências e perspectivas das mulheres em diferentes contextos, a conferência de Beijing contribuiu para um movimento feminista mais inclusivo e diversificado, comprometido com a justiça e a igualdade de gênero em todas as suas formas. Seus objetivos e ações estratégicas oferecem uma estrutura poderosa para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres.

A Declaração de Beijing reafirma os direitos das mulheres como direitos humanos universais e promove a igualdade de gênero em todas as esferas da vida. Esta análise examina como os princípios da Declaração de Beijing podem ser aplicados e adaptados às realidades das mulheres no Sul Global, destacando a convergência entre os objetivos globais e as necessidades locais.

A igualdade de gênero é um direito humano fundamental e, no Sul Global, essa afirmação guia políticas e ações que visam eliminar a discriminação de gênero. Promover a autonomia econômica, política e social das mulheres é vital para seu empoderamento. Garantir a participação plena e igualitária das mulheres na tomada de decisões políticas e econômicas é essencial para que as mesmas tenham voz ativa em todas as esferas da sociedade.

Eliminar a violência de gênero é uma prioridade, assim como implementar medidas legais e sociais para proteger as mulheres e oferecer suporte às vítimas é necessário para criar um ambiente seguro e equitativo.

As mulheres também têm direito à educação e à saúde, que são fundamentais para seu desenvolvimento e bem-estar. Promover políticas que garantam esses direitos no Sul Global é essencial para a igualdade de gênero. Além disso, proteger os direitos das meninas é crucial para seu desenvolvimento integral. Implementar programas que protejam suas vidas e garantam seu futuro é fundamental para criar uma base sólida para a próxima geração de mulheres.

A igualdade de gênero é um direito humano fundamental. No Sul Global, essa afirmação orienta políticas e ações que visam eliminar a discriminação de gênero. O empoderamento das mulheres é central. Promover a autonomia econômica, política e social das mulheres no Sul Global é vital.

Portanto, a participação plena e igualitária das mulheres é essencial. Garantir que as mulheres tenham voz ativa na tomada de decisões políticas e econômicas é crucial. A violência de gênero deve ser eliminada.

A implementação de medidas legais e sociais para proteger as mulheres e meninas e oferecer suporte às vítimas é necessário. Direito à educação e à saúde. Promover políticas que garantam esses direitos no Sul Global é essencial é fundamental. Adotar uma perspectiva transnacional é essencial para destacar as especificidades das experiências das mulheres árabes em Foz do Iguaçu, contribuindo para um diálogo mais amplo sobre a necessidade de um feminismo que transcenda fronteiras e respeite as diversidades.

Ao articular lutas locais com movimentos feministas globais, é possível criar estratégias mais inclusivas e eficazes, que respeitem e valorizem as diversas experiências das mulheres árabes, impulsionando um progresso real e duradouro na busca pela justiça de gênero. Em um mundo cada vez mais interconectado, entender e apoiar as lutas feministas em contextos variados é crucial para a promoção de uma justiça de gênero verdadeiramente global.

2.1.2. Estudo da Plataforma de Beijing no Contexto do Sul Global

O feminismo transnacional oferece uma estrutura teórica e prática que transcende fronteiras geográficas e culturais, abordando as desigualdades de gênero de forma global. A Plataforma de Ação de Beijing, com seus 12 tópicos, proporciona um guia essencial para a promoção dos direitos das mulheres em todo o mundo, incluindo o Sul Global.

Esta análise explora como esses tópicos se relacionam com as realidades e necessidades das mulheres no Sul Global, destacando a convergência entre as teorias feministas e as práticas de empoderamento das mulheres em contextos diversos.

A Plataforma de Ação de Beijing oferece uma estrutura poderosa para abordar as desigualdades de gênero no Sul Global. Seus tópicos são adaptáveis às

realidades locais e proporcionam diretrizes práticas para melhorar a vida das mulheres, promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. Ao implementar essas recomendações de maneira sensível às culturas locais, podemos promover um desenvolvimento mais justo e inclusivo para todas as mulheres.

No Sul Global, a pobreza afeta desproporcionalmente as mulheres, exacerbando as desigualdades de gênero. A saúde das mulheres é um direito humano essencial. A Plataforma de Beijing enfatiza a necessidade de políticas econômicas que visem a redução da pobreza entre as mulheres, promovendo acesso igualitário a recursos econômicos, como também ações para melhorar a saúde materna, e combater a mortalidade infantil adaptando essas intervenções às necessidades culturais e sociais específicas de cada comunidade.

A educação também é fundamental para eliminar as disparidades de gênero na educação e permitir o acesso igualitário a todos os níveis de ensino podem vir a transformar as vidas das mulheres, permitindo-lhes participar plenamente na sociedade. A violência de gênero é uma violação dos direitos humanos e um obstáculo ao desenvolvimento. As mulheres são frequentemente as mais afetadas por conflitos armados. No Sul Global, isso pode incluir a criação de abrigos, linhas de apoio e campanhas de conscientização que envolvam líderes comunitários e religiosos e também garantir que sejam ouvidas em processos de reconciliação e reconstrução pós-conflito.

Programas de capacitação profissional, igualdade salarial e apoio ao empreendedorismo feminino, auxiliam na independência econômica das mulheres, o que é vital para alcançar a igualdade de gênero e a participação equitativa no mercado de trabalho. A participação política das mulheres também é crucial para promover uma democracia e o desenvolvimento sustentável. A Plataforma de Beijing defende a inclusão das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão política, econômica e social. No Sul Global, é essencial promover a liderança feminina através de cotas de gênero, formação política e campanhas de sensibilização.

A Plataforma de Beijing recomenda a criação e o fortalecimento de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil que se dediquem aos direitos das mulheres. No Sul Global, isso pode incluir a formação de comitês de gênero e a incorporação de perspectivas de gênero em todas as políticas públicas. A proteção e

a promoção dos direitos humanos das mulheres são centrais para a Plataforma de Beijing. No Sul Global, é fundamental garantir que as mulheres tenham acesso à justiça e que seus direitos sejam respeitados em todas as esferas da vida.

Isso envolve reformas legais, educação sobre direitos humanos e o fortalecimento das redes de apoio às mulheres. Uma representação justa e equilibrada das mulheres na mídia é vital para desafiar estereótipos e promover a igualdade de gênero.

A Plataforma de Beijing encoraja a produção de conteúdos que empoderem as mulheres e reflitam suas diversas experiências. Projetos de mídia comunitária e capacitação de mulheres jornalistas podem ser estratégias eficazes para alcançar esses objetivos.

A sustentabilidade ambiental está intimamente ligada aos direitos das mulheres. A Plataforma destaca a importância de integrar as perspectivas de gênero nas políticas de desenvolvimento sustentável. As mulheres desempenham papéis-chave na gestão dos recursos naturais e na agricultura. Promover a participação dessas mulheres em iniciativas ambientais pode levar a soluções mais equitativas e sustentáveis.

A proteção e promoção dos direitos das meninas são essenciais para o desenvolvimento futuro. A Plataforma de Beijing chama a atenção para a necessidade de garantir que as meninas tenham acesso à educação, saúde e proteção contra abusos. No Sul Global, programas que combatam o casamento infantil, o trabalho infantil e que promovam a educação das meninas são fundamentais para garantir seu desenvolvimento integral.

A Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing oferecem uma base sólida para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres em todo o mundo, incluindo o Sul Global. Seus princípios fundamentais e áreas de ação são altamente relevantes para as realidades e desafios enfrentados pelas mulheres nas regiões menos favorecidas. Ao adaptar e aplicar esses princípios de maneira sensível às especificidades locais, podemos avançar significativamente na luta pela justiça de gênero global.

Ao integrar essas perspectivas na dissertação, reforça-se a relevância do feminismo transnacional e destaca-se a necessidade de uma abordagem holística e inclusiva para a promoção da justiça de gênero. O feminismo transnacional é crucial aqui, pois oferece uma estrutura que permite analisar as realidades locais de forma global, enriquecendo a compreensão das dinâmicas de gênero no Sul Global e fornecendo ferramentas analíticas para abordar o feminismo árabe em termos de contextos, desafios e estratégias de resistência.

2.2 O FEMINISMO ÁRABE: CONTEXTOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

O feminismo árabe, desde suas origens no final do século XIX e início do século XX até as lutas contemporâneas, têm buscado desafiar normas patriarcais e coloniais que limitam o poder e os direitos das mulheres. Este movimento emergiu em meio a transformações políticas, sociais e culturais significativas no mundo árabe, bem como nas lutas contra a dominação colonial europeia.

Explorar o feminismo árabe, portanto, envolve um diálogo sobre identidade, resistência e transformação social em um contexto culturalmente diverso e historicamente rico.

O feminismo árabe é um movimento que emerge da rica tapeçaria de culturas, religiões, línguas e histórias que compõem o mundo árabe. Ao contrário de uma narrativa homogênea, o feminismo árabe abrange uma ampla variedade de perspectivas e abordagens, refletindo a diversidade das sociedades árabes e a complexidade das questões enfrentadas pelas mulheres na região.

Para adentrar ao tema do feminismo árabe, é essencial considerar como esse movimento se desenvolveu dentro de um contexto regional complexo e multifacetado. Não é apenas uma resposta local às questões de gênero, mas também uma forma de engajamento com debates e práticas feministas em um contexto internacional mais amplo.

Ele é marcado por uma forte ênfase na autonomia feminina, na reivindicação de direitos políticos e sociais, e na resistência contra formas específicas de opressão que são únicas para a região árabe. Segundo Paradela (2015, p. 17-19):

Pero, sin duda, la figura más representativa de este primer feminismo árabe fue la egipcia Huda Shaarawi (1882-1947). De origen aristocrático, trabajó durante toda su vida en favor de la educación de las mujeres y de conseguir dotarlas de un marco organizativo y de una actuación pública que resultaron esenciales para el desarrollo del feminismo egipcio y árabe. (Paradela, 2015, p. 17-19).

Pioneiras como Huda Sha'arawi, no Egito, que fundou a União Feminista Egípcia em 1923, destacaram-se na defesa do direito das mulheres à educação e à participação na vida pública. A luta pela educação das mulheres era vista como crucial para a emancipação feminina e o progresso da sociedade.

A interação entre o feminismo árabe e o nacionalismo anti-colonial resultou em um movimento distintivo, no qual a libertação das mulheres era considerada parte integrante da libertação nacional. No entanto, questões culturais e religiosas, como o uso do véu (hijab), geraram debates intensos.

Enquanto algumas feministas defendiam a remoção do véu como um símbolo de opressão, outras sustentavam a liberdade de escolha das mulheres, considerando o véu uma parte importante de sua identidade cultural e religiosa.

Com o tempo, o feminismo árabe avançou, refletindo as realidades locais e as mudanças globais, como o surgimento do "feminismo islâmico" na década de 1970, que busca conciliar os princípios do feminismo com os ensinamentos do Islã, promovendo a igualdade de gênero através de interpretações religiosas progressistas. De acordo com Lima (2017, p. 13):

O feminismo islâmico surgiu como um movimento organizado a partir dos anos 80, em países muçulmanos e diásporas, que se associa o paradigma islâmico a uma atuação feminista que luta por reconhecimento dos direitos das mulheres e pelo fim de qualquer forma de dominação sexista e misógina. (Lima, 2017, p. 13).

Este movimento surge como uma resposta às interpretações patriarcais e opressivas do Islã que têm sido prevalentes em várias sociedades muçulmanas. Os ativistas e intelectuais do feminismo islâmico argumentam que o Islã, em sua essência, promove a igualdade entre os sexos e os direitos das mulheres, mas que esses princípios foram distorcidos ao longo do tempo por interpretações dominantes e tradicionais. Conforme Lima (2014, p. 675):

Os feminismos nas sociedades muçulmanas é uma das expressões da intersecção da modernidade com o Islã. Surgiram enquanto consciência “feminista” por volta dos anos de 1890, no Egito e na Turquia, em publicações com inspiração nos modos de vida seculares franceses e estadunidenses. Contudo, como movimento organizado e independente, que luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher e pelo fim de qualquer forma de dominação sexista e misógina, floresceu um pouco mais tarde, nos anos de 1920, no Egito, com a líder feminista Huda Sha’rawi (1879-1947), fundando, em 1923, a União das Feministas Egípcias (al-Ittihad al-Nisa’i al-Misri), e se consolidou por meio de Duriyya Shafiq (1908-1975), ao fundar, em 1948, a União das Filhas do Nilo (Ittihad Bint al-Nil).⁸ (Lima, 2014, p. 675).

O feminismo islâmico busca reinterpretar as fontes religiosas do Islã, como o Alcorão e a Sunnah, à luz dos princípios feministas, enfatizando a importância da justiça de gênero, da igualdade e da dignidade das mulheres. Ele se envolve em debates teológicos e acadêmicos sobre questões como casamento, divórcio, herança, educação e participação política das mulheres, procurando promover mudanças sociais e legais que garantam os direitos das mulheres dentro dos contextos islâmicos.

Este capítulo examina e analisa a abrangência do feminismo no contexto atual, considerando suas nuances e dinâmicas. Ao fazê-lo, buscaremos compreender como o feminismo se tornou um poderoso instrumento de transformação social e como as suas diferentes lutas têm impactado a vida das mulheres e a sociedade como um todo. Conforme Lima (2013, p. 1):

O feminismo islâmico no mundo árabe é uma vertente do movimento feminista que busca promover a igualdade de gênero dentro do contexto das sociedades muçulmanas. É uma força crescente nos últimos anos e vem enfrentado tanto apoio quanto críticas em diferentes partes do mundo. (Lima, 2013, p. 1).

No contexto atual, essa abordagem segue, de forma diversa e multifacetada, com diferentes correntes e movimentos feministas emergentes em diferentes culturas e realidades sociais, refletindo assim as particularidades e desafios específicos enfrentados pelas mulheres em suas comunidades. Para adentrar ao tema do feminismo árabe, é essencial considerar como esse movimento se desenvolveu dentro de um contexto regional complexo e multifacetado. Porém, deve-se esclarecer que na diáspora de Foz do Iguaçu, não existe um movimento

⁸ Fonte: Estudos Feministas, Florianópolis, 22(2): 304, 675 maio-agosto/2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Pkz877QxtTnmTCZSYjFbNBb/?format=pdf> Acesso em: 14 de mar. de 2023.

formal de feminismo árabe, e sim uma consciência feminista que está presente entre algumas mulheres da comunidade árabe local.

Esta consciência feminista não deve ser confundida com um movimento organizado, mas sim entendida como uma sensibilização e engajamento individual com questões de gênero. Essa conscientização reflete a complexidade das suas experiências e a diversidade de perspectivas dentro da diáspora árabe. As mulheres que desenvolvem essa consciência feminista em Foz do Iguaçu muitas vezes navegam entre suas tradições culturais e as influências externas, buscando justiça de gênero em suas próprias vidas e comunidades.

O feminismo árabe surge como um movimento profundamente enraizado em uma interseção complexa de tradições culturais, desafios contemporâneos e estratégias resilientes de resistência. Este movimento não é apenas uma resposta local às normas patriarcais arraigadas na região, mas também uma poderosa voz de defesa pelos direitos das mulheres em face de sistemas de opressão históricos e atuais.

O feminismo árabe não é monolítico; pelo contrário, é composto por diversas correntes que abordam questões específicas das realidades locais. Entre essas correntes, destacam-se: o Feminismo Secular. Segundo Badran (2009, p. 120-133), apud Lima (2012, p. 1-2):

O feminismo secular no Egito, compreende quatro fases: (1) o feminismo liberal radical, de 1920 a 1940, representado por feministas muçulmanas inspiradas nos modelos francês e estadunidense; (2) o feminismo populista, de 1940 a 1950, representado, em especial, por feministas de formação marxista; (3) o feminismo sexual, de 1950 a 1970, representado principalmente pela médica egípcia Nawal el Saadawi e (4) o feminismo ressurgente dos anos 80. (Badran, 2009, p. 120-133, apud Lima, 2012, p. 1-2).

Esta corrente defende a separação entre religião e Estado, argumentando que muitas das leis discriminatórias contra as mulheres têm raízes em interpretações conservadoras da religião. Feministas seculares buscam reformar leis civis, promover a educação e aumentar a participação política das mulheres.

A decadência generalizada e a colonização resultaram em um processo de despertar e abertura para o pensamento crítico, que não hesitou em adentrar na

fortaleza dos dogmas religiosos para questionar algumas de suas práticas arcaicas. O feminismo árabe, com sua diversidade e riqueza de perspectivas, continua a ser um movimento dinâmico e essencial na luta pela igualdade de gênero e justiça social.

Ao explorar suas raízes, desafios e conquistas, podemos apreciar melhor a complexidade do feminismo árabe e reconhecer as contribuições vitais das mulheres árabes na construção de sociedades mais justas e igualitárias. A solidariedade global e o apoio mútuo são fundamentais para fortalecer esse movimento e promover mudanças positivas no mundo árabe e além. Em consonância com Sibai (2016, p.117-118):

Observamos, así, que en el ámbito de los discursos sobre el feminismo islámico existe un caos conceptual y terminológico -en ocasiones intencional- que rodea toda la cuestión. Es habitual encontrar en numerosas y variadas obras el empleo del concepto feminismo islámico para hacer referencia a cualquier tipo de manifestación femenina en los países musulmanes. Sin embargo, el concepto cobra aquí una dimensión limitadamente geográfica, en donde se relaciona dicho espacio con la existencia de unas formas de movilización que supuesta y necesariamente son diferentes de los movimientos feministas en Occidente y que, dependiendo del trabajo en el que se emplee, o todo ese "feminismo islámico" en bloque es contra-hegemónico y resistente o, por el contrario, está alienado e inconscientemente su lucha va en contra de los derechos de las mujeres. (Sibai 2016, p.117-118).

Sibai destaca a confusão e a inconsistência na forma como o termo "feminismo islâmico" é usado e compreendido. Ela aponta para a falta de clareza conceitual e terminológica que muitas vezes envolve discussões sobre esse tema, onde diferentes atores interpretam e aplicam o termo de maneiras diversas.

Além disso, Sibai a tendência de algumas pessoas em associar automaticamente o feminismo islâmico a uma resistência ou oposição aos padrões ocidentais, sem considerar a diversidade de perspectivas dentro desse movimento e as diferentes formas como ele se manifesta em contextos muçulmanos ao redor do mundo.

É fundamental uma abordagem mais cuidadosa e contextualizada ao discutir o feminismo islâmico, reconhecendo a complexidade e a diversidade de experiências dentro desse movimento e evitando generalizações simplistas que podem obscurecer sua verdadeira natureza e objetivos.

O "Feminismo no Mundo Árabe" nos conduz por um panorama abrangente do feminismo como uma perspectiva que atravessa fronteiras culturais e geográficas.

Investigaremos como o feminismo tem sido moldado e vivenciado no contexto árabe, considerando as particularidades culturais e históricas que influenciam suas abordagens e demandas.

2.2.1 Hijab e identidade

De acordo com Sibai (2006, p. 179), o feminismo árabe e o feminismo islâmico são movimentos distintos que, embora possam compartilhar algumas preocupações, não são a mesma coisa. Uma feminista árabe não necessariamente segue a religião islâmica, e uma feminista islâmica não necessariamente é árabe.

O feminismo árabe emerge como um movimento diversificado e multifacetado, que busca a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres dentro de contextos culturais e religiosos específicos. Este movimento desafia leis discriminatórias e luta por representação política e econômica, ao mesmo tempo que procura redefinir os direitos e o papel das mulheres à luz de suas identidades culturais e religiosas.

No contexto da tríplice fronteira, essa distinção entre feminismo árabe e feminismo islâmico torna-se ainda mais relevante, considerando a diversidade das comunidades árabes e suas práticas culturais locais.

Como argumenta Moita Lopes (2002; 2006), as identidades sociais são fragmentadas e construídas através de práticas discursivas em relação ao outro, moldadas por critérios culturais, históricos e institucionais. Em outras palavras, as identidades são formadas por meio da linguagem e das interações em diferentes contextos sociais, resultando em uma multiplicidade de narrativas e significados. Assim, as identidades das mulheres árabes na tríplice fronteira são complexas e multifacetadas, refletindo tanto a preservação de tradições culturais quanto a resistência a normas hegemônicas.

Essa complexidade identitária se manifesta de forma visível no uso do véu (hijab), que, segundo Francirosy C. B. Ferreira (2013), é uma maneira pela qual as mulheres expressam publicamente sua religião e identidade como parte de um grupo étnico específico. O véu, para muitas mulheres árabes na região, não é

apenas um símbolo religioso, mas também um marcador de identidade cultural e uma forma de resistência à homogeneização cultural.

Dessa forma, o feminismo árabe na tríplice fronteira envolve uma reinterpretação das lutas feministas à luz das realidades locais, buscando redefinir os direitos e o papel das mulheres sem perder de vista suas identidades culturais e religiosas. Portanto, o uso do termo "feminismo árabe" nesta pesquisa visa capturar essa complexidade e fornecer uma análise que respeite e valorize as experiências das mulheres árabes no contexto específico da tríplice fronteira.

Essa abordagem é essencial para compreender as nuances de suas lutas por igualdade e autonomia, diferenciando-as de outras correntes feministas que podem não abordar adequadamente suas particularidades culturais e históricas.

De acordo com Francirosy C. B. Ferreira (2013 v. 43, p. 183-198):

O uso da vestimenta islâmica deve ser analisado na perspectiva do empoderamento, da identidade e da religiosidade de mulheres muçulmanas. Isto não implica na separação desses conceitos, mas sim de um adensamento de perspectivas que ora misturam-se ou se separam dependendo dos sujeitos e interlocutores em questão. (Francirosy C. B. Ferreira, 2013, V. 43, p. 183-198).

O hijab, além de sua dimensão religiosa, assume significados e importâncias diversas, moldados por contextos sociais, históricos e culturais específicos. Como discutido por Francirosy C. B. Ferreira (2013), o conceito de "deslocamento simbólico" ajuda a compreender essa multiplicidade de significados. O hijab pode refletir a complexidade das identidades das mulheres árabes, expressando não apenas sua fé e devoção, mas também afirmando sua identidade cultural em um ambiente transnacional. De acordo com Lima (2013, p.124):

Diferentemente, o feminismo islâmico entende que o véu islâmico, hoje, pode ter múltiplas facetas, podendo ser um instrumento de dominação e opressão (se, usado por famílias rigidamente patriarcais, ortodoxas e islamistas) e quando esse é o caso, o feminismo islâmico conchama às mulheres a se rebelarem contra essa dominação. Entretanto, o movimento lembra que essa indumentária pode ser também identitária, se usada por uma escolha individual ou sem pressões externas. É possível notar uma diversidade de cores, de moda e de modernização nessas vestimentas quando usadas como símbolo identitário-cultural, diferentemente de como é usada como símbolo de piedade e modéstia. (Lima,2013, p.124).

O hijab pode ser visto como um símbolo de identidade religiosa em algumas comunidades, enquanto em outras, pode representar uma forma de resistência política ou uma maneira de afirmar a autonomia das mulheres. Esse símbolo adapta-se às mudanças e demandas da sociedade, desempenhando papéis variados em diferentes épocas e lugares, o que contribui para um entendimento mais profundo da complexidade do hijab nas diversas culturas onde é reconhecido.

O feminismo islâmico busca reinterpretar as fontes religiosas do Islã, como o Alcorão e a Sunnah, à luz dos princípios feministas, enfatizando a importância da justiça de gênero, da igualdade e da dignidade das mulheres.

Conforme Lima (2014, p. 675):

Os feminismos nas sociedades muçulmanas é uma das expressões da intersecção da modernidade com o Islã. Surgiram enquanto consciência “feminista” por volta dos anos de 1890, no Egito e na Turquia, em publicações com inspiração nos modos de vida seculares franceses e estadunidenses. Contudo, como movimento organizado e independente, que luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher e pelo fim de qualquer forma de dominação sexista e misógina, floresceu um pouco mais tarde, nos anos de 1920, no Egito, com a líder feminista Huda Sha’rawi (1879-1947), fundando, em 1923, a União das Feministas Egípcias (al-Ittihad al-Nisa’i al-Misri), e se consolidou por meio de Duriyya Shafiq (1908-1975), ao fundar, em 1948, a União das Filhas do Nilo (Ittihad Bint al-Nil). (Lima, 2014, p. 675).

Ao diferenciar o movimento do feminismo árabe da consciência feminista de algumas mulheres da diáspora árabe em Foz do Iguaçu, esclarecem-se melhor as dinâmicas locais e globais que influenciam suas vidas. Enquanto o movimento feminista árabe se caracteriza por uma estrutura mais formal, a consciência feminista entre as mulheres da diáspora na tríplice fronteira reflete uma percepção individual e coletiva das desigualdades de gênero, moldada por suas experiências migratórias e interculturais. Essa distinção enriquece a compreensão das diversas formas de resistência e adaptação que emergem em contextos transnacionais, evitando a imposição de teorias externas e valorizando as realidades locais.

Na tríplice fronteira, as mulheres árabes enfrentam o desafio adicional de navegar por múltiplos sistemas culturais e legais, enquanto se esforçam para redefinir os papéis de gênero dentro de suas comunidades. A convergência com o feminismo transnacional permite que essas mulheres articulem suas demandas

específicas dentro de um contexto mais amplo de lutas por justiça social e igualdade de gênero. Esse enfoque promove uma compreensão mais inclusiva das opressões enfrentadas pelas mulheres árabes, integrando suas lutas ao movimento feminista global.

Dentro dessa dinâmica, o feminismo decolonial emerge como uma perspectiva crucial para entender e enfrentar as opressões específicas que as mulheres árabes vivenciam. Ele desafia narrativas hegemônicas e eurocêntricas, oferecendo uma crítica radical às estruturas de poder colonial que continuam a influenciar as relações de gênero e a opressão das mulheres. O feminismo decolonial enfatiza a importância de recuperar e valorizar as histórias, culturas e conhecimentos locais, muitas vezes silenciados pelos discursos dominantes.

O desenvolvimento das ideias do feminismo islâmico foi promovido por acadêmicos, intelectuais, ativistas e líderes religiosos ao longo das décadas, com o objetivo de promover a igualdade de gênero dentro do contexto islâmico.

De acordo com Lima (2017, p.89), “A narrativa e a prática do feminismo islâmico⁹ se desenvolvem sob a busca pela justiça e pela emancipação das mulheres, expostas por meio de releituras das fontes sagradas islâmicas, numa perspectiva feminista.” Este movimento, impulsionado por uma busca por justiça social, reinterpreta o papel das mulheres na sociedade à luz dos ensinamentos do Islã.

Conforme Lima (2017, p. 17):

Para o feminismo islâmico com relação às questões de gênero, o Islã herdou toda a sorte de uma linguagem patriarcal presente nessas culturas, tribos ou comunidades conquistadas, que por terem uma mesma linhagem patriarcal, traziam um arcabouço comum de narrativas de dominação sobre a população de mulheres. (Lima, 2017, p. 17).

A reislamização, muitas vezes uma resposta a mudanças sociais, políticas e culturais, como a globalização e a secularização, reflete um desejo de preservar a identidade cultural e religiosa em face dessas mudanças.

⁹ Fonte: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.fg2013.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382029761_ARQUIVO_formul_ariofazendogenero10_2_-comunicacao-cilalima.pdf Acesso em: 17 de jan. de 2023.

Segundo Demant (2004, p.247):

Trata-se de um processo impulsionado principalmente por fundamentalistas, cuja participação na política interna e o seu crescente controle sobre a sociedade civil de países muçulmanos vem um "alargamento da base social do islamismo. (Demant, 2004, p.247).

Após a década de 1990, o feminismo islâmico, foi influenciado pela convergência entre o feminismo secular¹⁰ e os movimentos de mulheres que buscavam uma reinterpretação do Islã. Este fenômeno se expandiu para várias diásporas muçulmanas, destacando a complexidade e os desafios enfrentados pelas mulheres em suas lutas por igualdade de gênero e justiça social.

É essencial desafiar as visões coloniais e apoiar o direito das mulheres árabes de definirem suas próprias identidades e lutas, reconhecendo a complexidade e a diversidade de suas experiências.

Segundo a perspectiva de Abu-Lughod (2012, p.10):

Nós podemos querer a justiça para as mulheres, mas podemos aceitar que pode haver ideias diferentes sobre a justiça e que mulheres diferentes podem querer, ou escolher, futuros diferentes daqueles que vislumbramos como sendo melhores? Nós precisamos considerar que eles possam ser trazidos para a individualidade, por assim dizer, em uma diferente. (Abu-Lughod, 2012, p.10).

Isso inclui reconhecer o direito das mulheres de escolherem ser mães como uma manifestação de afeto e dedicação à família, assim como o direito de buscarem realização em outras esferas da vida. A luta pelo direito de definir suas próprias identidades não se limita a desafiar as visões coloniais e patriarcais, mas também envolve garantir que as mulheres árabes tenham liberdade para escolher seus caminhos, sejam eles focados na maternidade, na carreira, na educação, ou na política. O objetivo é criar um espaço inclusivo onde todas as mulheres possam tomar decisões autônomas e refletidas, sem serem limitadas por expectativas externas.

A Primavera Árabe foi um catalisador significativo para os direitos das mulheres, destacando a importância do ativismo feminino em lutas políticas e sociais. A complexidade do feminismo é evidente em suas diversas vertentes, como

¹⁰ O "feminismo secular", que começou no Egito em 1923, tem um histórico muito longo de luta não só lá, mas em muitos países muçulmanos. Ele se preocupa com a estrutura social e política de cada país, inserção local e regional, leva em conta os problemas internos, adaptando o feminismo ao país e suas leis específicas. Fonte: Jornal do Campus – USP. Disponível em: <https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2017/10/o-feminismo-islamico-e-suas-particularidades/> Acesso em: 12 de jan. de 2023.

o feminismo transnacional, islâmico, árabe e decolonial, que oferecem perspectivas críticas sobre questões de gênero, religião e colonialismo. Essas abordagens contribuem para um movimento feminista global mais inclusivo e sensível às realidades das mulheres árabes e de outras mulheres marginalizadas.

Conforme Lima (2017), o feminismo islâmico tem uma influência significativa nas manifestações de mulheres árabes que lutam por seus direitos. Essas mulheres reinterpretam as escrituras sagradas e adaptam o feminismo islâmico às suas realidades, enfrentando desafios como a xenofobia e a islamofobia, ampliadas pela Guerra ao Terror. Mesmo que o feminismo árabe e o islâmico sejam distintos, ambos enfrentam preconceitos sociais devido à xenofobia e à islamofobia, respectivamente.

Segundo (MARQUES, 2010, p. 1), as principais representantes do movimento feminista islâmico são Fátima Mernissi, Lila Abu-Lughod, Amina Wadud, Asma Barlas e Leila Ahmed, cujo o objetivo destas autoras é discutir “a liberdade feminina, trazendo uma releitura dos textos sagrados sob a perspectiva feminina” .

Reconhecer as nuances e desafios do feminismo árabe e islâmico é crucial para uma compreensão abrangente e eficaz do movimento. Essas dinâmicas são influenciadas por experiências de xenofobia e islamofobia, amplificadas pelo contexto global.

Em consonância com Lima (2017, p.73):

Esse contexto se formou em meio a um visível aumento na inserção de mulheres em movimentos islamistas e às dificuldades dos feminismos seculares de se inserirem em meios populares e/ou em comunidades étnicas. (Lima, 2017, p.73).

O feminismo árabe não é monolítico; é composto por diversas correntes que abordam questões específicas das realidades locais. O feminismo secular, por exemplo, tem uma longa história no Egito, com fases que vão do feminismo liberal radical ao feminismo sexual, representado por figuras como Nawal el Saadawi, até o feminismo ressurgente dos anos 80. Entre essas correntes, destacam-se o feminismo secular. Segundo Badran (2009, p. 120-133), citado por Lima (2012, p. 1-2):

O feminismo secular no Egito, compreende quatro fases: (1) o feminismo liberal radical, de 1920 a 1940, representado por feministas muçulmanas

inspiradas nos modelos francês e estadunidense; (2) o feminismo populista, de 1940 a 1950, representado, em especial, por feministas de formação marxista; (3) o feminismo sexual, de 1950 a 1970, representado principalmente pela médica egípcia Nawal el Saadawi e (4) o feminismo ressurgente dos anos 80. (Badran, 2009, p. 120-133, citado por Lima, 2012, p. 1-2).

Esta corrente defende a separação entre religião e Estado, argumentando que muitas das leis discriminatórias contra as mulheres têm raízes em interpretações conservadoras da religião. Feministas seculares buscam reformar leis civis, promover a educação e aumentar a participação política das mulheres.

O reconhecimento das nuances e desafios do contexto atual do feminismo é crucial para uma compreensão abrangente e eficaz do movimento. Além disso, é importante reconhecer que o feminismo árabe e o feminismo islâmico são interseccionados por experiências de xenofobia às nações árabes e de islamofobia, respectivamente. Esses fenômenos são difundidos internacionalmente pelo contexto da chamada Guerra ao Terror, o que demonstra a complexidade e os desafios enfrentados pelas mulheres árabes em suas lutas por igualdade de gênero e justiça social. Segundo Golley (2004, p.522, apud Souza et al 2021, p. 177):

Apesar da crítica local de que o feminismo é uma nova colonização, dada a origem ocidental e liberal do movimento, o feminismo das mulheres árabes tampouco é reconhecido e validado no Ocidente. Por isso, Golley contrapõe tanto as visões orientalistas quanto as visões anti-colonialistas das representações das mulheres árabes, que seria uma subrepresentação da subrepresentação da cultura árabe. Ela aponta que as práticas sociais atreladas à religião não são independentes dos contextos socioeconômicos e políticos e que, enquanto atividade humana, estão sujeitas a mudanças. (Golley 2004, p.522, apud Souza et al 2021, p. 177).

Essa perspectiva enfatiza a necessidade de uma visão mais holística e dinâmica sobre o papel das mulheres em diferentes sociedades, reconhecendo que suas experiências são moldadas por interações complexas entre fatores culturais, sociais, econômicos e políticos. De acordo com Mill e Harriet (1898, 2001, p. 150-151):

Quando consideramos o mal evidente causado à metade da raça humana por terem sido desqualificadas – primeiro na perda do tipo de prazer pessoal mais inspirador e elevado, e em seguida, o desgaste, a decepção e a profunda insatisfação com a vida, que são, com tanta frequência, os substitutos deste; sente-se que, dentre todas as lições que os homens necessitam para continuar a luta contra as inevitáveis imperfeições terrenas, não há lição que eles mais necessitem do que não acrescentar, por conta de sua inveja e preconceito, mais restrições às mulheres, além dos males que a natureza já as inflige. (Mill e Harriet 1898, 2001, p. 150-151).

Quando as mulheres são privadas de igualdade, respeito e consideração em várias esferas da vida, isso pode incluir um acesso limitado à educação e ao mercado de trabalho, que ocasiona salários mais baixos para o mesmo trabalho realizado por homens, restrições na participação política e na tomada de decisões, bem como violência de gênero e opressão cultural.

A perda para o mundo é grave porque resulta em uma sociedade desigual e injusta, onde talentos e potencialmente milhões de mulheres são afetadas. A exclusão das mulheres do pleno desenvolvimento de suas habilidades e conhecimentos significa que a sociedade perde a contribuição valiosa que elas poderiam oferecer em todas as áreas, desde a ciência e a política até a economia e a cultura.

Além disso, a desigualdade de gênero tem emoções negativas para o bem-estar e o desenvolvimento humano, pois, mulheres privadas de igualdade são mais propensas a enfrentar pobreza, falta de autonomia, problemas de saúde e menor qualidade de vida.

A negação da igualdade também perpetua estereótipos de gênero e normas sociais prejudiciais, limitando as possibilidades de ambos os gêneros. Isso cria uma sociedade desequilibrada e desigual, onde homens e mulheres não podem realizar todo o seu potencial e contribuir livremente para o progresso da humanidade.

O feminismo islâmico é uma vertente do movimento feminista que é uma força crescente nos últimos anos e vem enfrentado tanto apoio quanto críticas em diferentes partes do mundo.

Fatima Mernissi (1940-2015), foi uma das primeiras estudiosas a abordar a questão de gênero no mundo muçulmano, escritora e ativista pelos direitos das mulheres, e, é conhecida por sua abordagem crítica ao Islã e às normas patriarcais. Sua análise concentra-se na reinterpretação das fontes islâmicas tradicionais, como o Alcorão e os *hadiths*, para encontrar interpretações mais igualitárias em relação às mulheres. De acordo com Lima (2017, p.35) foi Mernissi:

[...] que ofereceu um modelo de leitura em que há uma estrutura favorável à presença das mulheres nos espaços políticos e públicos, quando destaca, nas suas releituras das fontes religiosas, o papel autônomo das mulheres do profeta e suas interferências na realidade política, opondo-se à interpretação tradicional, que valoriza os aspectos de submissão dessas mulheres. (Lima, 2017, p.35).

Mernissi, segundo Lima (2017), destaca a importância de resgatar a história das mulheres árabes, mostrando suas contribuições ao longo do tempo, examina a instituição do harém¹¹ e questiona as tendências ocidentais sobre esse espaço privado, buscando uma compreensão mais profunda de suas complexidades. Seu trabalho contribuiu para debates sobre a igualdade de gênero e os direitos das mulheres no mundo muçulmano.

Ela é amplamente reconhecida por seu trabalho pioneiro na exploração das questões de gênero e do papel das mulheres na sociedade islâmica, bem como por suas contribuições significativas para os estudos feministas.

De acordo com as palavras de Mernissi (1996, p.79):

O mundo não estava interessado em ser justo para com as mulheres. As regras foram feitas de forma a prejudicá-las dessa ou daquela maneira. Por exemplo, tanto os homens como as mulheres trabalhavam do alvorecer até altas horas da noite. Só que os homens ganhavam dinheiro, e as mulheres, não. (Mernissi 1996, p.79).

Essa dinâmica de poder pode afetar a capacidade das mulheres de alcançarem plena igualdade e autonomia em suas vidas, destacando a necessidade de desafiar essas estruturas patriarcais e buscar uma maior equidade de gênero na sociedade. Segundo Badran, (2009, p. 323-338):

[...] uma transformação que avança no interior do islã. Chamo-a "transformação", e não "reforma", pois não se trata de reformar as alegações e práticas patriarcais que se infiltraram no islã; trata-se, mais do que isto, de transformar o que se acredita ser o "islã" através de um realinhamento entre ele e a mensagem corânica, no que tange à igualdade de gênero e à justiça social... Transformação que procura trazer à tona o sentido profundo da mensagem corânica em sua percepção e eloquência. (Badran, 2009, p. 323-338).

Mas por que muitas sociedades de origem árabe veem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária como algo que ofende o Islã e, portanto, não deve ser seguida? Em vez disso, elas retornam às regulamentações tradicionais do comportamento das mulheres árabes, tanto socialmente como individualmente.

É importante esclarecer que não é correto generalizar ou assumir que todas as sociedades de origem árabe aprendem uma visão específica em relação à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Há diversidade de opiniões e visões dentro dessas sociedades, assim como em qualquer outra parte do mundo.

¹¹ A palavra **Harém** deriva da palavra árabe "haram", que significa "lugar proibido; sacrossanto", que por sua vez vem da palavra "ḥarīm", que é um lugar inviolável para os membros femininos da família, proibido aos homens. Os haréns são compostos por esposas e, muitas vezes, por escravas sexuais conhecidas como concubinas. Disponível em: <https://www.infoescola.com/curiosidades/harem>
Acesso em: 18 de jul. de 2024.

A interpretação conservadora do Islã, entendido aqui como uma parte inseparável da identidade cultural e religiosa dessas mulheres. Essas interpretações podem enfatizar a obediência às normas patriarcais em detrimento de uma abordagem mais igualitária. De acordo com Lima (2017, p.63-64):

[...] O significado central do termo gênero é sua oposição ao termo sexo, no sentido de ultrapassar o seu limite biológico. Essas feministas entendiam que o termo sexo se refere especificamente à diferença biológica entre homem e mulher e que o termo gênero abarca também os aspectos culturais e históricos, numa simbiose com o biológico, o que podem resultar nos conceitos dicotômicos feminino/masculino. (Lima 2017, p.63-64).

Em algumas sociedades, as normas culturais e sociais são fortemente arraigadas em papéis de gênero tradicionais, que podem ser perpetuadas ao longo das gerações. Mudar essas normas pode ser visto como uma ameaça à ordem social estabelecida e à coesão cultural.

Algumas pessoas podem temer que a adoção de mudanças sociais e igualitárias, especialmente no que diz respeito às mulheres, leve à perda de identidade cultural e religiosa. Eles podem ver a preservação de normas tradicionais como uma forma de proteger seus valores e tradições.

2.3 FEMINISMO DECOLONIAL: DESAFIANDO NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E RECUPERANDO IDENTIDADES

A intersecção analítica entre feminismo árabe, feminismo transnacional e feminismo decolonial revela um panorama complexo e multifacetado de lutas e resistências. No contexto da Tríplice Fronteira, essas correntes feministas se entrelaçam e podem nos fornecer elementos analíticos que se fortalecem mutuamente, criando uma investigação robusta, que desafia as normas patriarcais e coloniais que persistem na sociedade contemporânea.

O feminismo transnacional, com sua ênfase na solidariedade global e na troca de experiências entre diferentes culturas, oferece ferramentas analíticas vitais para entender os desafios enfrentados pelas mulheres árabes na diáspora de Foz do Iguaçu. Embora não exista um movimento formal de feminismo árabe na região, as

teorias feministas transnacionais, árabes e decoloniais fornecem um quadro teórico para investigar e compreender suas realidades.

Ao explorar as interseções entre feminismo árabe e feminismo transnacional, podemos utilizar essas perspectivas para analisar como as mulheres árabes na fronteira enfrentam e resistem às opressões locais. Essas teorias ajudam a destacar a importância da diversidade e da inclusão nas lutas por igualdade de gênero, sem afirmar a existência de um movimento feminista organizado na região.

As visões coloniais em relação ao feminismo têm sido complexas ao longo da história. Isso leva a mudanças no status social das mulheres, colocando-as em uma posição de subordinação em relação aos homens e reforçando as desigualdades e perpetuando estereótipos de gênero, impondo expectativas rígidas sobre o comportamento e o papel das mulheres na sociedade.

Segundo Sibai (2017, p.115):

En 1999 Haideh Moghissi, junto con Shahrzad Mojab y Hammed Shahidian, rechazaron la idea de un feminismo islámico en tanto oxímoron, es decir, debido a que está "compuesto por términos contradictorios y antitéticos". Dicha categorización del feminismo islámico debe insertarse en el contexto de las luchas sociales, políticas, discursivas e ideológicas producidas en el seno de la República Islámica de Irán, sin las cuales no podemos entender su idiosincrasia. (Sibai 2017, p.115).

Esses autores rejeitaram a ideia de um "feminismo islâmico" porque consideraram-na um oxímoro¹². A argumentação deles é que o conceito de feminismo islâmico não faz sentido porque o feminismo geralmente é associado à luta pela igualdade de gênero e à emancipação das mulheres, enquanto o Islã, em muitos casos, é visto como uma religião que pode restringir os direitos das mulheres. Portanto, eles argumentam que a ideia de um feminismo islâmico é paradoxal.

Além disso, sugere que essa rejeição deve ser entendida dentro do contexto específico das lutas sociais, políticas, discursivas e ideológicas que ocorrem dentro da República Islâmica do Irã. Essas lutas moldam a compreensão e a interpretação do feminismo e do Islã naquele contexto particular, e sem considerar essas dinâmicas locais, não é possível entender completamente a questão do feminismo islâmico e por que Moghissi, Mojab e Shahidian rejeitaram essa ideia.

¹² Um oxímoro é uma figura de linguagem que combina termos contraditórios ou antitéticos, como "feminismo" e "islâmico", que representam conceitos que podem parecer opostos ou incompatíveis à primeira vista. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/oximoro> Acesso em 18 de mar. de 2024.

De acordo com Ramírez (2008, p. 115 apud Sibai 2016, p. 62):

Con feminismos del Tercer mundo me refiero a la crítica desde ' otros movimientos de mujeres no blancas, al feminismo blanco europeo y norteamericano, que se incluye en lo que se ha llamado la tercera ola de feminismo, como el feminismo negro o feminismo chicano, o el propio feminismo árabe. Y sin embargo, no es lo mismo el feminismo chicano que el feminismo negro, que los feminismos indios o que el feminismo árabe. Los niveles de elaboración, de militancia, de relación entre el activismo y la literatura son bien diferentes.(Ramírez 2008, p. 115 apud Sibai 2016, p. 62).

O termo "feminismos do Terceiro Mundo" refere-se às críticas provenientes de movimentos de mulheres não brancas em relação ao feminismo predominante na Europa e América do Norte, frequentemente associado à terceira onda do feminismo. Esses movimentos incluem o feminismo negro, o feminismo chicano e o próprio feminismo árabe, entre outros.

Embora compartilhem a crítica ao feminismo branco predominante, cada um desses feminismos em países em desenvolvimento tem suas próprias características distintas. Por exemplo, o feminismo chicano difere do feminismo negro, bem como dos feminismos indiano ou árabe, em termos de nível de desenvolvimento, grau de ativismo e a relação entre o ativismo e a literatura. Essa diversidade entre os feminismos do Terceiro Mundo reflete as diferentes realidades sociopolíticas, culturais e históricas das comunidades que representam.

O feminismo decolonial, por sua vez, fornece uma lente crítica para questionar as narrativas hegemônicas e recuperar identidades marginalizadas. Esta abordagem é crucial para reavaliar e reestruturar a luta pela justiça social e igualdade de gênero na diáspora árabe. Ao valorizar a história, a cultura e o conhecimento dos povos oprimidos, o feminismo decolonial promove uma verdadeira emancipação que transcende fronteiras geográficas e culturais.

Neste capítulo, exploraremos como as ferramentas analíticas das três correntes feministas - transnacional, árabe e decolonial - podem ser aplicadas para entender a realidade das mulheres árabes em Foz do Iguaçu.

Nos anos 1960, emergiu um novo tipo de feminismo decolonial focado nas desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres devido ao processo de colonização europeia. Este movimento destaca a importância de considerar as consequências do colonialismo, racismo, homofobia e capitalismo, evitando que o

feminismo seja exclusivamente eurocêntrico e negligencie as demandas das mulheres não brancas.

Essas perspectivas são especialmente relevantes para analisar as experiências das mulheres árabes na diáspora, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada de suas lutas. Ao discutir o feminismo árabe, é crucial destacar exemplos de ativistas e acadêmicos que desempenharam papéis significativos nesse movimento. No contexto da América do Sul, autores como Aníbal Quijano (1928-2018) e Maria Lugones (1944-2020).

Aníbal Quijano contribuiu para uma compreensão mais profunda da colonialidade do poder e suas implicações para as mulheres colonizadas. Complementando essa perspectiva, Maria Lugones introduz a noção de "colonialidade de gênero", ampliando o conceito de Quijano para incluir a maneira como a colonização reconfigurou e impôs novas relações de gênero nas sociedades colonizadas.

Lugones argumenta que a colonialidade não apenas explorou economicamente os povos colonizados, mas também transformou profundamente suas estruturas sociais e de gênero, subjugando as mulheres indígenas e africanas ao impor uma lógica patriarcal e heterossexual europeia.

Esse entendimento revela a interseção crucial entre raça, gênero e colonialidade, evidenciando como as mulheres de cor enfrentam múltiplas camadas de opressão que são tanto raciais quanto de gênero.

Essa análise de Lugones sobre a colonialidade de gênero ressoa com as ideias de Frantz Fanon, que em suas obras "Os Condenados da Terra" e "Pele Negra, Máscaras Brancas" explora as dinâmicas psicológicas e sociais do colonialismo, destacando como a opressão colonial desumaniza e fragmenta a identidade dos colonizados.

Fanon aprofunda nossa compreensão sobre a resistência, mostrando como o processo de descolonização envolve uma luta não apenas política, mas também psicológica e cultural. Ao integrar as perspectivas de Lugones e Fanon, podemos perceber como as hierarquias impostas pelo colonialismo se entrelaçam com questões de gênero, oferecendo um panorama mais completo das lutas feministas transnacionais e decoloniais.

Esses insights são fundamentais para compreender como as mulheres árabes na fronteira de Foz do Iguaçu, por exemplo, lidam por identidades múltiplas e resistem às opressões interseccionais, criando espaços de solidariedade e fortalecimento coletivo.

Frantz Fanon (1925-1961) e a ativista Françoise Vergès oferecem insights valiosos sobre as interseções entre colonialismo, gênero e resistência.

Ao incorporar essa análise ao estudo das convergências do feminismo transnacional, árabe e decolonial, podemos entender melhor como essas diversas correntes feministas se articulam na luta contra as hierarquias globais e na busca por justiça social para todas as mulheres.

Esses autores, com suas perspectivas críticas e compromisso com a justiça social, ampliam nossa compreensão do feminismo, trazendo à tona as vozes e experiências das mulheres marginalizadas na América Latina.

A ativista Françoise Vergès, critica o feminismo liberal, que serve aos interesses coloniais e capitalistas. Ela argumenta que esse tipo de feminismo, ao invés de emancipar todas as mulheres, perpetua um modelo de opressão que beneficia apenas um grupo específico, principalmente mulheres brancas e de classe alta.

Este feminismo liberal adapta os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve aos seus interesses. A esse feminismo liberal, ela chamou de "feminismo civilizatório"¹³, pois as políticas imperialistas perpetuam um modelo de opressão não apenas entre homens e mulheres, mas também entre diferentes grupos sociais. De acordo com Vergès (2020, p. 11):

[...] Chamo esse feminismo de civilizatório porque ele adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses. (Vergès, 2020, p. 11).

Este tipo de feminismo, segundo Vergès, se apropria das lutas pelos direitos das mulheres para justificar intervenções políticas e econômicas em países periféricos, perpetuando a opressão em vez de combatê-la, que beneficia

¹³ "Feminismo civilizatório", que na verdade é uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas. Fonte: Um feminismo decolonial / Françoise Vergès. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/03/Um-feminismo-decolonial.pdf> Acesso: 14 de fev. de 2024.

principalmente as mulheres brancas e de classe alta, enquanto marginaliza as mulheres racializadas e de classe trabalhadora.

O feminismo decolonial surge como um movimento que busca reavaliar a perspectiva eurocêntrica que foi imposta ao mundo. Ele critica não apenas o feminismo civilizatório, mas também outras abordagens que se concentram apenas nas demandas das mulheres brancas e burguesas, como igualdade de direitos, participação igualitária no mercado de trabalho e liberdade sexual, negligenciando as desigualdades enfrentadas por diferentes grupos de mulheres e ignorando as consequências sociais da escravidão e do capitalismo para aqueles que continuam a sofrer com os efeitos da colonização.

Sibai também oferece uma crítica importante sobre como a falta de consideração das questões de sexo, gênero e sujeito nas análises feministas pode invisibilizar e silenciar as cosmovisões e epistemologias de outras culturas. Ela complementa a crítica de Vergès, destacando como a imposição de uma visão eurocêntrica universalizada resulta em racismo cultural e epistemológico. Segundo Sibai (2016, p.71):

Las consecuencias de no considerar al sexo, al género y a la noción de sujeto (que asumen como construcción social concreta y culturalmente localizada) invisibilizan y/o silencian inevitablemente las cosmovisiones y epistemologías de otras culturas y civilizaciones en cuanto a estos conceptos, por lo que redundan entonces en el racismo cultural y epistemológico y en la colonialidad. La cuestión entonces va más allá y no radica sólo en asumir o no un sujeto, sino en comprender plenamente qué entendemos por sujeto, qué es todo lo que se asume cuando se utiliza de entrada esta noción y cuál es la cosmovisión y la ideología que lo acompañan y, por lo tanto, partir de una plena consciencia de nuestro lenguaje, que sin duda nos libera de la violencia de la imposición de cómo saber, ser, existir o sentir de la cárcel epistemológico-existencial y los conceptos y las nociones particulares, concretos y etnocentros que violenta contra el resto del mundo en su imposición de universales. (Sibai, 2016, p.71).

Essa crítica de Sibai se alinha com as ideias de Vergès ao sublinhar como a falta de consideração das diferenças culturais e de gênero resulta em formas de opressão que são mantidas através da imposição de uma visão de mundo eurocêntrica e colonial.

Ambas autoras defendem a necessidade de uma abordagem feminista que seja sensível às especificidades culturais e históricas, reconhecendo e valorizando as epistemologias e cosmovisões das culturas não ocidentais.

Para que a iniciativa colonial europeia fosse vantajosa para os povos europeus, a imposição política e econômica veio acompanhada de uma mentalidade eurocêntrica que desconsiderava as diferenças culturais. Esse processo resultou não apenas na privação da liberdade dos povos colonizados, mas também na erradicação de suas culturas, tradições e religiões. Além disso, foram submetidos a trabalho forçado, violência física, estupro e a destruição de estruturas familiares.

Nesse contexto de opressão colonial, as Epistemologias do Sul, oriundas das lutas das mulheres em várias regiões colonizadas, ganham destaque. Elas fortalecem o feminismo decolonial, que busca recuperar os saberes que foram silenciados em diferentes campos, incluindo o social, cultural, científico, técnico e filosófico.

As Epistemologias do Sul representam uma abordagem teórica e epistemológica que surge das lutas das mulheres em várias regiões colonizadas. Essas epistemologias oferecem uma perspectiva única que desafia as narrativas dominantes eurocêntricas, buscando recuperar os saberes historicamente marginalizados e silenciados.

Ao destacar as experiências e conhecimentos dos povos colonizados, as Epistemologias do Sul contribuem para uma compreensão mais holística e inclusiva das questões enfrentadas por esses povos. Elas ampliam o escopo do conhecimento, reconhecendo a diversidade de perspectivas e experiências e promovendo uma abordagem mais justa e equitativa para a análise e resolução dos desafios sociais, políticos e culturais.

O feminismo decolonial se destaca como uma resistência ao domínio cultural imposto pelo colonialismo, buscando uma visão mais inclusiva e autêntica do mundo e de suas complexidades. Segundo Vergès (2020, p.28):

Um dos fatos marcantes do início deste século XXI, que vem se afirmando há alguns anos, é o movimento de feministas de política decolonial no mundo. Essa corrente desenvolveu uma multiplicidade de práticas, experiências e teorias. As mais motivadoras e originais são aquelas provenientes de movimentos ligados à terra que abordam as questões de modo transversal e interseccional. Esse movimento, de feministas de política decolonial, não surpreendentemente provoca uma reação violenta nos heteropatriarcados, nas feministas do Norte e nos governos. Foi no Sul global que ele se desenvolveu, reativando a memória das lutas feministas precedentes, nunca perdidas porque nunca foram abandonadas, apesar dos terríveis ataques sofridos. (Vergès, 2020, p.28).

Uma perspectiva feminista que negligencia o processo de dominação cultural e econômica de um povo sobre o outro acaba por reforçar ideologias

segregacionistas. Portanto, o feminismo decolonial, conforme enfatizado por Vergès (2020, p.13-14), é essencialmente:

[...] antirracista, anti-imperialista e anticapitalista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica. (Vergès, 2020, p.13-14).

É imprescindível reconhecer que a busca pela igualdade de gênero está intrinsecamente ligada às interseções com questões de classe, raça e perspectivas filosóficas e culturais. Além disso, é essencial considerar as particularidades históricas e geográficas de cada grupo de mulheres, assim como as necessidades específicas das mulheres homossexuais e transgêneras.

É importante ressaltar que não há uma verdade única que abarque todas as demandas, pois cada grupo possui suas próprias vivências, características e necessidades, diferentemente do que pregava o colonialismo. O conceito de decolonialidade reforça essa compreensão.

A descolonização busca a libertação ou superação das estruturas do colonialismo, enquanto a decolonialidade visa transcender a colonialidade, que ainda influencia nas estruturas de poder vigentes. Isso implica na substituição do modelo eurocêntrico de conhecimento por um diálogo mais amplo sobre economia, cultura e política, sem a dominação e opressão presentes até hoje.

Lugones, uma das principais teóricas do feminismo decolonial, enfatiza a necessidade de considerar a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade para compreender plenamente as experiências das mulheres de cor.

Sua crítica ao feminismo hegemônico destaca como esse movimento, muitas vezes centrado nas experiências de mulheres brancas e de classe média, falha em abordar as complexas opressões enfrentadas pelas mulheres racializadas e economicamente marginalizadas. De acordo com Lugones (2008, p.73), a colonialidade do poder é:

La interseccionalidad entre raza, clase, género y sexualidad con el objetivo de entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color, es decir, mujeres no blancas víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género. (Lugones, 2008, p.73).

Lugones argumenta que a colonialidade do poder está inseparavelmente ligada à colonialidade do gênero, criando formas de opressão que são específicas às mulheres de cor. Esta interseccionalidade é essencial para desenvolver análises feministas que não só reconheçam, mas também combatam essas múltiplas camadas de opressão. Ao ignorar a interseccionalidade, o feminismo hegemônico perpetua uma visão limitada e incompleta das lutas das mulheres.

Essa reflexão nos leva a considerar a importância das análises críticas que emergem das experiências das mulheres de cor, especialmente aquelas que enfrentam as consequências da colonialidade. De acordo com Lugones (2010, p.4):

Investigo a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens com relação às violências que, sistematicamente, as mulheres de cor sofrem: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criam análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero. (Lugones, 2010, p.4).

Mulheres não brancas, frequentemente vítimas da colonialidade do poder e, ao mesmo tempo, da colonialidade do gênero, enfrentam formas complexas e interligadas de opressão. Essas mulheres, muitas vezes, desenvolvem análises críticas do feminismo hegemônico, que tende a ignorar a interseccionalidade das relações de raça, classe, sexualidade e gênero.

A compreensão das interseções entre raça, classe, gênero e sexualidade é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento e para promover uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres.

A colonização deixou como principal legado a continuidade de um paradigma criado pelos colonizadores, que perpetua o patriarcado europeu ao limitar o papel da mulher ao ambiente doméstico. Esse sistema de opressão se espalhou mesmo em lugares onde antes não era predominante.

Reconhecer a verdadeira história das mulheres na cultura islâmica é essencial para desafiar e rejeitar as distorções que levaram à subjugação e limitação das mulheres através da segregação e do véu. Restaurar a visão de mulheres fortes, ativas e valentes que se desenvolvem para o tecido social e político é fundamental para promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres a participarem plenamente de uma sociedade contemporânea.

Este movimento surge como uma resposta às interpretações patriarcais e opressivas do Islã que têm sido prevalentes em várias sociedades muçulmanas. Os ativistas e intelectuais do feminismo islâmico argumentam que o Islã, em sua essência, promove a igualdade entre os sexos e os direitos das mulheres, mas que esses princípios foram distorcidos ao longo do tempo por interpretações dominantes e tradicionais. De acordo com Sibai (2016, p. 78):

El colonizado que reproduce los términos del colonizador, a pesar de replantearlos en clave local, en el simple hecho de limitar sus formas de enunciación a los conceptos y discursos impuestos en el sistema-mundo para poder ser reconocido como sujeto de enunciación, reproduce ciertos mecanismos que actúan como herramientas de codificación compleja de las diversas epistemologías y tradiciones del mundo en las jerarquías y estructuras de poder en el sistema-mundo moderno/colonial, emplazando sistemáticamente a la epistemología y tradición occidentales en la cumbre de estas jerarquías. (Sibai, 2016, p. 78)

Apesar das pessoas que foram colonizadas tentarem se apropriar desses discursos para expressar sua própria identidade e resistência, elas acabam reproduzindo as estruturas de poder impostas pelo colonizador, o que mantém a supremacia da epistemologia e da tradição ocidentais. Isso sugere que a verdadeira resistência não está na simples reinterpretação dos discursos coloniais, mas sim na busca por formas de expressão e conhecimento que desafiem fundamentalmente essas estruturas de poder.

Além disso, é crucial entender a distinção entre descolonização e decolonialidade para abordar adequadamente as estratégias de resistência e emancipação.

Esse movimento é vital para criar uma emancipação verdadeira e duradoura, que reconheça e respeite a diversidade e a pluralidade das experiências e identidades dos povos anteriormente colonizados. Segundo Walsh (2009, p. 14-15):

Ao suprimir o “s” e gravar “decolonial” está se fazendo uma distinção entre uma decolonialidade empenhada em “reverter o colonial” (“descolonial”) para “um caminho de luta contínua no qual podemos identificar, visibilizar e incentivar “lugares” de exterioridade e construções alternativas (“decolonial”). (Walsh, 2009, p. 14-15).

A diferença entre descolonizar e decolonizar está na profundidade e no alcance das ações propostas. Enquanto a descolonização se refere principalmente ao processo histórico de reversão do colonialismo, a decolonialidade vai além, englobando uma luta contínua para identificar, visibilizar e incentivar lugares de exterioridade e construções alternativas.

Portanto, a decolonialidade implica em uma crítica profunda e uma reestruturação das relações de poder e conhecimento que ainda hoje perpetuam a lógica colonial. A decolonialidade propõe a descolonização das mentes e das epistemologias, questionando e desafiando as estruturas de conhecimento e poder que foram estabelecidas durante o período colonial e que continuam a influenciar a sociedade contemporânea.

Diante do impacto profundo da descolonização, é crucial reconhecer que seu significado vai além da mera libertação política. Ela representa uma jornada em direção à reconstrução das estruturas sociais e individuais, com o objetivo de forjar sociedades genuinamente livres, justas e igualitárias.

A descolonização não se limita apenas a remover a influência direta do colonizador; ela abrange uma transformação fundamental em vários níveis. No aspecto cultural, envolve a valorização e a revitalização das tradições, línguas e práticas culturais dos povos colonizados, que muitas vezes foram suprimidas ou marginalizadas durante o período colonial. Isso inclui a reavaliação das narrativas históricas e a promoção de uma educação que reflita a verdadeira diversidade cultural. No campo econômico, a descolonização econômica envolve a quebra das estruturas de exploração e dependência econômica estabelecidas pelo colonialismo.

No nível psicológico, a descolonização também é um processo de libertação mental e emocional, onde os indivíduos e comunidades colonizadas se livram dos complexos de inferioridade e da internalização da opressão. É uma jornada de reafirmação da dignidade e da identidade própria.

Socialmente, a transformação das relações sociais que foram moldadas pelo colonialismo é essencial. Isso inclui a luta contra o racismo, a desigualdade de gênero e outras formas de discriminação, implicando na criação de uma sociedade inclusiva onde todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades e direitos.

Politicamente, além da independência formal, a descolonização envolve a construção de sistemas de governança que sejam representativos e responsivos às necessidades e aspirações dos povos anteriormente colonizados. Isso inclui a participação ativa na vida política e a autodeterminação plena.

Portanto, a descolonização é uma busca pela transformação fundamental, na qual os povos colonizados têm a oportunidade de reafirmar sua dignidade, reconhecer suas identidades culturais e históricas, e assumir o controle sobre seus próprios destinos. Ela requer uma abordagem holística que desafie e reconfigure todas as esferas da vida anteriormente moldadas pelo colonialismo.

A colonialidade do gênero, como parte integrante da colonialidade do poder, perpetua estereótipos e normas que reforçam a subordinação das mulheres, especialmente as mulheres não brancas. O patriarcado, enraizado nas estruturas coloniais, subjuga as mulheres e limita suas oportunidades, perpetuando assim a marginalização e a desigualdade.

Ao destacar a interseccionalidade das relações de raça, classe, sexualidade e gênero, elas desafiam a narrativa simplista do feminismo tradicional, que muitas vezes negligencia as experiências únicas e complexas das mulheres não brancas, incluindo as mulheres árabes.

Primeiramente, o feminismo árabe muitas vezes luta contra formas de opressão cultural e social que são impostas às mulheres dentro das comunidades muçulmanas. Assim como os colonizados são desumanizados e coagidos a adotar a cultura do colonizador, as mulheres muitas vezes são subjugadas e privadas de seus direitos dentro das sociedades islâmicas por meio de interpretações patriarcais da religião e das tradições culturais.

De acordo com Quijano (2005, p. 118), “os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais.” Segundo Quijano (2005, p. 118):

A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se

no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, 2005, p. 118).

A naturalização da inferioridade dos povos colonizados encontra ressonância na experiência das mulheres árabes, historicamente submetidas a narrativas que as colocam em uma posição de subordinação, muitas vezes justificada por interpretações culturais e religiosas.

Assim como a perspectiva eurocêntrica do conhecimento legitimou as relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados, as mulheres árabes enfrentaram uma dupla marginalização baseada tanto em sua raça quanto em seu gênero, resultando em uma classificação social que limita seu acesso a recursos e oportunidades.

Os movimentos feministas desafiam tanto as estruturas decoloniais quanto os sistemas patriarcais, reconhecendo a interseccionalidade entre diferentes formas de opressão, como gênero, raça, classe social, sexualidade e religião. Ao adotar uma abordagem inclusiva e interseccional, os movimentos feministas podem garantir que suas lutas abordam as experiências e necessidades de todas as mulheres, promovendo solidariedade e colaboração entre diferentes movimentos sociais.

É imperativo reconhecer que as lutas por justiça social, inclusão das mulheres árabes estão intrinsecamente ligadas às lutas mais amplas por descolonização, igualdade e justiça em todo o mundo. Essas lutas exigem uma abordagem colaborativa e solidária, que reconheça a diversidade de experiências e identidades das mulheres e busque criar sociedades mais justas, equitativas e inclusivas para todos os seus membros.

É essencial enfatizar como as ideias de Quijano sobre a naturalização da inferioridade dos povos colonizados ecoam na experiência das mulheres árabes. Historicamente submetidas a narrativas que as relegam a uma posição de subordinação, as mulheres árabes enfrentam uma dupla marginalização baseada em raça e gênero, o que limita seu acesso a recursos e oportunidades.

Esta abordagem não só resgata identidades historicamente marginalizadas, mas também oferece um caminho para construir sociedades mais justas e

inclusivas, onde todas as mulheres possam contribuir plenamente e viver com dignidade. Assim, ao unir os feminismos decoloniais, árabes e transnacionais, abre-se espaço para uma transformação social profunda e duradoura, onde as experiências das mulheres são valorizadas, celebradas e respeitadas em toda a sua diversidade.

Neste capítulo, foi examinada a aplicação do feminismo decolonial para compreender as realidades das mulheres árabes em Foz do Iguaçu. A desconstrução de narrativas hegemônicas e orientalistas permitiu uma análise crítica das representações culturais que influenciam a percepção dessas mulheres.

Ao valorizar as vozes locais e suas histórias pessoais, foi possível destacar como essas mulheres resistem e se adaptam às dinâmicas de poder coloniais e patriarcais, promovendo uma integração mais justa e igualitária na sociedade local. Em suma, as ferramentas analíticas dessas três correntes feministas são essenciais para entender a complexa e multifacetada realidade das mulheres árabes em Foz do Iguaçu. Elas nos permitem criticar as narrativas hegemônicas, recuperar identidades marginalizadas e analisar as dinâmicas de solidariedade global e troca de experiências culturais que moldam as vidas dessas mulheres na tríplice fronteira.

Esta abordagem crítica não apenas questiona as narrativas dominantes, mas também oferece um caminho para reconhecer e fortalecer as formas de resistência e empoderamento dentro da comunidade árabe na tríplice fronteira.

3 PESQUISA DE CAMPO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS MULHERES ÁRABES NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU

Esta dissertação investiga a inserção das mulheres árabes na comunidade de Foz do Iguaçu, analisando sua identidade e integração em um contexto fronteiriço. Para compreender plenamente as experiências dessas mulheres, é essencial considerar o histórico da diáspora árabe na região.

A nova territorialização das mulheres em Foz do Iguaçu não é isenta de conflitos, preconceitos e discriminação. Os migrantes, muitas vezes, encontram

apoio em redes familiares e comunitárias para atender suas necessidades básicas e garantir solidariedade e sociabilidade em um ambiente novo.

Este capítulo também destacará a percepção dessas mulheres sobre suas identidades e a conscientização feminista, mesmo que o feminismo não se manifeste de forma organizada na região.

Além disso, foram analisadas categorias específicas que emergiram das entrevistas, incluindo: Frequência de Experiências de Xenofobia, Percepção da Mídia sobre Árabes, Atitudes em Relação à Sexualidade e Identidade de Gênero, Opiniões sobre o Feminismo Islâmico, Árabe e Direitos Humanos, Atitudes em Relação à Homossexualidade e Direitos LGBTQ+.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) oferece cursos de língua adicional que servem como espaços contra-hegemônicos, proporcionando à comunidade de imigrantes uma oportunidade de aprender a língua local e, assim, superar as barreiras linguísticas que dificultam sua plena integração. Esses cursos não só melhoram as habilidades linguísticas, mas também promovem um senso de pertencimento e participação ativa na comunidade.

Neste contexto, a oferta desses cursos foi direcionada à comunidade de mulheres árabes na fronteira. As aulas foram projetadas para atender às necessidades específicas dessas mulheres, muitas das quais enfrentam desafios adicionais devido às barreiras culturais e religiosas. Os cursos ofereceram um ambiente inclusivo e acolhedor, onde as mulheres árabes puderam se sentir seguras para expressar suas culturas e tradições enquanto aprendiam a nova língua.

Além disso, a UNILA trabalha em parceria com diversas organizações locais para oferecer apoio adicional às mulheres árabes e à comunidade imigrante, incluindo serviços de orientação, assistência psicológica e oportunidades de desenvolvimento profissional. Essas iniciativas são fundamentais para promover uma integração mais completa e eficaz, ajudando as mulheres e a comunidade imigrante a se tornarem membros ativos e contribuintes da sociedade.

Através deste curso, as mulheres árabes na fronteira não apenas adquiriram habilidades linguísticas, mas também construíram redes de apoio e solidariedade,

fortalecendo sua capacidade de enfrentar os desafios da migração e se integrarem plenamente na vida comunitária em Foz do Iguaçu.

A análise foi baseada em dados coletados durante a pesquisa de campo, incluindo entrevistas e observações diretas (entre a aplicação do curso (3 meses), entrevistas (2 meses), análise das entrevistas, transcrição e escrita, decorreram-se 9 meses de trabalho de campo). Foram abordadas questões relacionadas ao papel dos cursos de língua portuguesa oferecidos pela UNILA, além de práticas comunitárias que facilitaram a adaptação dessas mulheres ao novo ambiente.

A imigração é um fenômeno global que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, e as mulheres migrantes desempenham um papel significativo nesse processo. Ao se deslocarem para novas regiões, essas mulheres enfrentam uma série de desafios, incluindo barreiras linguísticas que podem afetar sua capacidade de integração na comunidade receptora. Nesse contexto, cursos de língua adicional desempenham um papel crucial na integração das mulheres migrantes.

Foz do Iguaçu, uma cidade multicultural no sul do Brasil, atrai um grande número de migrantes devido à sua diversidade étnica, cultural e econômica. Entre esses migrantes, as mulheres árabes desempenham um papel fundamental na construção e manutenção da comunidade.

Este estudo examina como um curso de português como língua adicional contribui para a integração dessas mulheres na comunidade de Foz do Iguaçu e como elas representam sua geração em um contexto de conscientização feminista, colaborando para a integração contínua na comunidade.

3.1 ORGANIZAÇÃO INICIAL DA PESQUISA DE CAMPO

A fase inicial consistiu na organização para iniciar o processo de análise de conteúdo, que envolveu a implementação de um projeto de ensino-aprendizagem de português, no ano de 2023. Nesse projeto, a comunidade feminina árabe de Foz do Iguaçu e região foi convidada a participar de um curso destinado a transformar

intuições iniciais em procedimentos operacionais e a sistematizar ideias para criar um plano de análise detalhado.

As aulas de português foram oferecidas semanalmente, duas vezes por semana, com duração de três horas cada. As participantes foram diversas, incluindo mulheres árabes e venezuelanas, que buscavam melhorar suas habilidades linguísticas e se integrar melhor na comunidade local. As aulas eram conduzidas de maneira interativa e prática, utilizando métodos como dramatizações, diálogos simulados e atividades baseadas em situações cotidianas.

Ao estabelecer um plano de análise preciso, pude definir objetivos específicos para a pesquisa, identificar os métodos de coleta de dados mais apropriados (como entrevistas, observações participantes, análise de documentos, etc.), e planejar como abordar questões relacionadas à discriminação de gênero e acesso a serviços educacionais.

A hipótese inicialmente era: Mulheres árabes em contextos educacionais diversos enfrentam discriminação e xenofobia devido à sua identidade étnica e cultural. Essas experiências são influenciadas por fatores como percepções negativas da mídia, falta de compreensão cultural e religiosa, e desigualdades de gênero. Além disso, a homossexualidade na comunidade árabe pode ser um tema sensível, sujeito a pressões sociais e religiosas que afetam a liberdade e os direitos humanos das pessoas LGBTQ+.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as participantes do curso que se dispuseram e através da análise das respostas das entrevistadas, busca-se compreender melhor essas dinâmicas sociais e identificar estratégias para combater discriminações, promover a igualdade de gênero e apoiar a diversidade sexual dentro das comunidades árabes.

Após a transcrição das entrevistas e das hipóteses formuladas para análise, as categorias analíticas com base nas perguntas fornecidas foram: Frequência de Experiências de Xenofobia, Percepção da Mídia sobre Árabes, Atitudes em Relação à Sexualidade e Identidade de Gênero, Opiniões sobre o Feminismo Islâmico, Árabe e Direitos Humanos, e Atitudes em Relação à Homossexualidade e Direitos LGBTQ+.

Durante a fase de análise das entrevistas, cada escolha feita durante a pré-análise foi aplicada de forma metódica e cuidadosa. A seleção das entrevistas como documentos para análise foi feita considerando sua relevância para os objetivos da pesquisa e sua representatividade na amostra. Através da participação no curso de português e das entrevistas realizadas, foi possível obter um entendimento profundo das experiências, desafios e aspirações das mulheres árabes migrantes em Foz do Iguaçu.

A análise etnográfica revelou a importância do aprendizado linguístico como ferramenta de integração e a construção de laços sociais como meio de suporte e resistência em um ambiente novo e muitas vezes hostil.

As hipóteses e objetivos estabelecidos guiaram a pesquisa de maneira a fornecer insights valiosos para a implementação de políticas e programas mais eficazes de apoio à integração e à promoção da igualdade de gênero e diversidade sexual dentro das comunidades árabes.

3.2 RELATO ETNOGRÁFICO CURSO ENSINO APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS EM CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO À COMUNIDADE DE FOZ DO IGUAÇU

Na presente dissertação, o relato etnográfico é utilizado para explorar as experiências das mulheres árabes na comunidade de Foz do Iguaçu. Através deste método, buscamos entender como essas mulheres vivenciam sua identidade cultural e enfrentam os desafios de integração em um contexto fronteiriço.

A abordagem etnográfica permite capturar as nuances das interações sociais, culturais e linguísticas, proporcionando uma análise rica e detalhada das práticas e estratégias de resistência dessas mulheres. A experiência no curso de português oferecido pela UNILA foi uma porta de entrada fundamental para compreender a dinâmica da integração das mulheres árabes na cidade de Foz do Iguaçu.

O projeto, intitulado "Curso Ensino Aprendizagem De Português Em Contexto De Integração à Comunidade De Foz Do Iguaçu", visou promover a integração de mulheres árabes migrantes na comunidade local. Foi realizada uma campanha nas

redes sociais da UNILA, no Instagram, Facebook (de escolas e amigos), e também na Mesquita Imam Al-Khomeini, Casa do Migrante de Foz do Iguaçu e entre amigas árabes.

A metodologia adotada nesta dissertação combina um projeto de ensino de português como língua adicional com entrevistas qualitativas para explorar as experiências das mulheres árabes na comunidade de Foz do Iguaçu. Essa abordagem visa não apenas coletar dados detalhados, mas também criar um espaço acolhedor e comunicativo para as participantes.

As etapas da metodologia incluíram a seleção da comunidade de mulheres árabes de Foz do Iguaçu, que está dividida em segmentos religiosos: sunitas, xiitas, drusos, cristãos árabes, além daqueles que seguem a Alá e não a religião e suas regras.

O passo seguinte foi a implementação de um projeto linguístico-cultural focado no ensino e aprendizagem de português, em parceria com uma escola do município experiente no trabalho com migrantes e refugiados.

As aulas de português foram oferecidas semanalmente, duas vezes por semana, com duração de três horas, adaptadas para atender às necessidades específicas das alunas, considerando seus diferentes níveis de proficiência e experiências prévias de aprendizagem.

Ao se matricularem, as alunas preenchem um formulário sobre seu nível de português e objetivos para o curso. A maioria queria melhorar a comunicação e algumas desejavam ingressar no mercado de trabalho.

A metodologia intervencionista envolveu atividades práticas que auxiliaram na aprendizagem do idioma, utilizando situações do cotidiano para tornar o aprendizado mais eficaz e contextualizado. Como ministrante deste curso, fui convidada a mergulhar nas experiências e interações das mulheres árabes que se juntaram para aprender a língua portuguesa e, ao mesmo tempo, compartilhar suas histórias, desafios e aspirações.

Ao longo das aulas, testemunhei não apenas o processo de aprendizado linguístico, mas também a construção de laços sociais e emocionais entre as alunas,

que encontraram apoio mútuo e solidariedade em meio a um ambiente desconhecido. As aulas foram conduzidas de maneira interativa e prática, utilizando métodos como dramatizações, diálogos simulados e atividades baseadas em situações cotidianas. Temas relevantes como direitos das mulheres, saúde e mercado de trabalho foram incorporados ao currículo.

Durante o curso, houve momentos em que as mulheres organizaram apresentações sobre o Ramadã, Eid al-Fitr, Ashura e outras tradições, usando o português para explicar seus costumes às colegas de classe. Essas atividades ajudaram a criar um ambiente de respeito e curiosidade, onde a diversidade era celebrada e as identidades eram fortalecidas através da língua aprendida.

A participação ativa das mulheres no curso revelou sua determinação em se integrar e superar as barreiras linguísticas e culturais. As alunas encontraram um espaço seguro para expressarem suas culturas e tradições enquanto aprendiam a nova língua.

Durante as aulas, as mulheres eram incentivadas a compartilhar histórias pessoais, festividades culturais e práticas religiosas, o que não só facilitou o aprendizado do português, mas também promoveu um entendimento mútuo e uma valorização das diferentes identidades presentes.

Durante o curso, houve um entrosamento significativo entre as participantes, que começaram a compartilhar suas histórias e experiências. As mulheres árabes foram muito receptivas com as venezuelanas, explicando, por exemplo, porque não podiam comer certos lanches devido às restrições culturais, o que promoveu um entendimento mútuo e valorização das diferentes identidades presentes.

Além disso, as alunas formaram laços de amizade e solidariedade, oferecendo suporte emocional e prático umas às outras. Essas conexões foram vitais para o processo de integração, ajudando-as a navegar pelas complexidades da vida em um novo país. As alunas também discutiram abertamente suas experiências de xenofobia e discriminação, criando estratégias coletivas para enfrentar esses desafios e fortalecendo sua capacidade de resistência.

O curso durou três meses e duas semanas, totalizando 80 horas. Entre a aplicação do curso, análise das entrevistas, transcrição e escrita, decorreram nove

meses de trabalho de campo. No final do curso, foi realizado um passeio pedagógico às Cataratas do Iguaçu. Durante as aulas, comentei sobre meu mestrado e meus objetivos de investigação, e todas se ofereceram para participar das entrevistas. O curso proporcionou um ambiente seguro para expressarem suas culturas e tradições enquanto aprendiam a nova língua.

O aprendizado do português foi crucial para a integração dessas mulheres na sociedade brasileira. A aquisição da nova língua facilitou a comunicação no dia a dia e permitiu maior participação na vida comunitária.

No contexto das aulas de português, essas mulheres encontraram um espaço onde podiam desenvolver suas habilidades linguísticas de forma prática e interativa. A habilidade de se comunicar em português facilitou o acesso a serviços essenciais e aumentou sua independência e autossuficiência.

Durante o curso, foram discutidas experiências de xenofobia que algumas participantes enfrentaram. Essas discussões não só serviram para validar as experiências individuais das participantes, mas também para fortalecer os laços entre elas e criar estratégias coletivas para enfrentar esses desafios. As discussões sobre xenofobia revelaram a vulnerabilidade das mulheres árabes em Foz do Iguaçu, mas também destacaram sua resiliência e capacidade de resistência.

Essas conversas facilitaram a criação de um espaço de apoio mútuo, onde as participantes podiam discutir abertamente seus sentimentos e desenvolver uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e preconceito que enfrentaram. Além disso, geraram a elaboração de estratégias para lidar com a xenofobia, como responder a comentários discriminatórios e buscar apoio legal e comunitário.

O curso de português, portanto, não foi apenas um espaço de aprendizado linguístico, mas também um fórum crucial para a construção de resiliência e solidariedade entre as mulheres árabes.

As experiências de xenofobia discutidas nas aulas fortaleceram a coesão do grupo e promoveram uma maior conscientização sobre os direitos das mulheres migrantes, contribuindo para uma integração mais robusta e consciente na sociedade brasileira.

3.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Este subcapítulo visa analisar as entrevistas realizadas com mulheres árabes migrantes em Foz do Iguaçu, a fim de explorar suas experiências de integração, identidade cultural, xenofobia e questões de gênero.

As participantes, com idades entre 25 e 50 anos, representaram uma diversidade significativa de trajetórias. O grupo incluía mulheres nascidas no Líbano e descendentes nascidas e criadas em Foz do Iguaçu, e uma paraguaia que, após se casar com um árabe, converteu-se ao islamismo. Há também a presença de um homem trans que, usou o hijab durante parte de sua vida e teve toda sua educação realizada no Brasil. A participação do homem trans na entrevista enriquece a pesquisa ao trazer uma perspectiva única sobre identidade de gênero dentro da comunidade árabe, ampliando a compreensão das experiências de integração e diversidade cultural na tríplice fronteira.

Algumas dessas mulheres já possuíam formação acadêmica em seus países de origem, enquanto outras buscaram qualificação no Brasil. Um exemplo notável é de uma participante que, apesar de ter nascido no Líbano, realizou toda a sua formação educacional em Foz do Iguaçu. Outras participantes, por sua vez, são nativas de Foz do Iguaçu e completaram sua educação na cidade.

A diversidade cultural e religiosa do grupo também se refletiu na prática do uso do hijab, que variou entre as participantes, indicando a pluralidade de identidades presentes na comunidade. Além disso, a proficiência no idioma português variou, já que nem todas haviam participado do curso de português oferecido pela UNILA. Enquanto algumas mulheres já dominavam o idioma, outras ainda estavam em processo de aprendizado. Esses aspectos foram cruciais para entender como a origem, o tempo de residência, a educação e as práticas culturais influenciam as experiências de integração e formação de identidade dessas mulheres na tríplice fronteira.

A análise foi conduzida com uma sensibilidade decolonial, reconhecendo e valorizando as epistemologias das mulheres árabes e desafiando narrativas

hegemônicas que possam marginalizá-las. Utilizando uma abordagem qualitativa, este estudo emprega entrevistas semi-estruturadas como principal método de coleta de dados. Os documentos analisados incluíram entrevistas transcritas e relatos pessoais; entretanto, as fotografias apresentadas não foram incluídas nesta dissertação para preservar a identidade das entrevistadas.

Durante as entrevistas, as entrevistadas compartilharam abertamente suas experiências pessoais em relação a questões sensíveis como sexualidade, gênero, xenofobia e religião, revelando suas percepções sobre as dinâmicas sociais e culturais da comunidade. Algumas entrevistadas se sentiram desconfortáveis com perguntas sobre sexualidade e a comunidade LGBTQ+ de árabes na fronteira, o que levou a conduzir essas perguntas de maneira a aumentar o conforto das participantes.

A metodologia adotada nas entrevistas foi cuidadosamente planejada para garantir uma coleta de dados robusta e representativa. Estratégias foram adotadas para que as entrevistadas se sentissem mais à vontade ao responder perguntas sensíveis, como sugerir situações hipotéticas em outros contextos geográficos. Mesmo com o anonimato garantido, algumas entrevistadas optaram por não responder a perguntas consideradas irrelevantes para a discussão.

A Regra de Representatividade foi aplicada ao selecionar entrevistas de diferentes origens geográficas, históricos culturais, faixas etárias, níveis de educação e status socioeconômico, garantindo assim uma amostra diversificada e abrangente da população em estudo. Isso permitiu refletir adequadamente as características e a diversidade presentes no conjunto completo de dados.

Na Regra da Homogeneidade, foi fundamental que os documentos escolhidos para análise compartilhassem características semelhantes, tornando-os comparáveis entre si.

Seguir um protocolo padronizado de perguntas nas entrevistas garantiu que os dados coletados fossem consistentes e comparáveis entre os participantes, permitindo a realização de análises comparativas e a identificação de padrões ou tendências consistentes nos dados. Esta abordagem contribuiu significativamente para a validação e a confiabilidade dos resultados da pesquisa.

A Regra de Pertinência estabeleceu que as transcrições das entrevistas selecionadas deveriam estar alinhadas com os objetivos específicos da análise, como identificar e compreender as experiências, percepções e desafios enfrentados pela comunidade feminina árabe em relação a questões específicas como integração social, identidade cultural, discriminação e questões LGBTQ+.

Aplicar essa regra assegurou que os dados coletados fossem significativos e relevantes, fornecendo insights úteis e direcionados para a análise.

A formulação das hipóteses e dos objetivos da pesquisa foi uma etapa crucial, permitindo explorar relações ou fenômenos específicos baseados em observações prévias ou estudos anteriores.

Isso contribuiu para a direção e relevância da pesquisa, bem como para a confiabilidade e utilidade dos resultados obtidos, impulsionando o avanço do conhecimento na área de estudo abordada pela dissertação.

3.3.1 Codificação Das Entrevistas

Encontrar e entrevistar essas pessoas foi uma experiência enriquecedora e cheia de nuances. A maioria das entrevistas aconteceu nas casas das entrevistadas, com três realizadas em seus locais de trabalho e uma por videochamada, com um homem trans¹⁴ que mora em outro estado.

Fui recebida com muita hospitalidade e educação, sendo apresentada às famílias e amigos. Em muitos casos, fui convidada a ver álbuns de família e fotos de casamentos, tanto das entrevistadas quanto de suas mães, o que criou momentos de risadas e emoções ao relembrar a vida no Líbano.

Algumas entrevistas foram concisas, com respostas diretas, enquanto outras se mostraram mais confusas, necessitando de esclarecimentos ou explicações.

¹⁴ A participação de um homem trans nas entrevistas é particularmente relevante no contexto desta pesquisa, pois amplia a compreensão das questões de gênero além do binarismo tradicional. Sua experiência oferece uma perspectiva única sobre a interseção entre identidade de gênero e as dinâmicas culturais e sociais na tríplice fronteira. Ao incluir vozes trans, a pesquisa reconhece e valoriza a diversidade dentro da comunidade LGBTQ+, destacando como as experiências de transição e integração são moldadas por fatores culturais, religiosos e sociais. Isso enriquece o diálogo sobre inclusão e equidade, reforçando a importância de abordagens feministas e decoloniais que sejam sensíveis à multiplicidade de identidades de gênero.

Alguns entrevistados recorreram a histórias e representações de amigos, parentes ou vizinhos que ainda vivem no Líbano para explicar melhor suas respostas, enriquecendo o contexto das entrevistas com suas vivências e memórias compartilhadas.

Pseudônimo	Arquivo de áudio	Idade	Escolaridade	Ocupação
E1	97 min	52	Pós-graduação Completa	REPRESENTANTE . POLÍTICA
E2	72 min	28	Pós-graduação Completa	RELAÇÕES PÚBLICAS
E3	90 min	32	Pós-graduação Completa	ECONOMISTA
E4	63 min	42	Graduação Completa	TURISMÓLOGA
E5	75 min	40	Graduação Completa	DONA DE CASA
E6	55 min	33	Graduação Completa	DONA DE CASA
E7	68 min	36	Ensino Médio Completo	CONFEITEIRA
E8	100 min	32	Ensino Técnico Completo	TÉCNICA EM HOTELARIA
E9	120 min	36	Ensino Técnico Completo	TÉCNICA EM ENFERMAGEM
E10	67 min	38	Ensino Médio Completo	DONA DE CASA
E11	125 min	28	Pós-graduação Completa	ADVOGADO/HOMEM/TRANS

3.4 ANÁLISE DAS CATEGORIAS

Na análise das entrevistas sobre a identidade e integração das mulheres árabes na Tríplice Fronteira, Foz do Iguaçu, emergiram diversas categorias que refletem as complexas dinâmicas sociais e culturais desta comunidade.

Essas categorias incluem Experiências de Xenofobia, onde as mulheres relataram incidentes de discriminação e exclusão; a Percepção da Mídia Sobre Árabes, que aborda como a representação midiática influencia suas vidas; Atitudes em Relação à Sexualidade e Identidade de Gênero, explorando as visões e desafios enfrentados pelas mulheres no contexto árabe; Opiniões Sobre o Feminismo Árabe e Direitos Humanos, destacando a consciência e perspectivas sobre movimentos

feministas; e Atitudes em Relação à Homossexualidade e Direitos LGBTQ+, que revelam as diversas opiniões e experiências dentro da comunidade árabe.

Esses temas serão aprofundados a seguir, proporcionando uma compreensão mais abrangente das vivências dessas mulheres na região.

3.4.1 Experiências De Xenofobia

A categoria "Experiências de Xenofobia" explora a ocorrência e a intensidade dos episódios de preconceito e discriminação enfrentados pelas mulheres árabes em Foz do Iguaçu. Xenofobia refere-se ao medo ou aversão a pessoas de diferentes origens nacionais ou étnicas, frequentemente manifestada através de atitudes e comportamentos hostis.

Entender a frequência dessas experiências é crucial para identificar as barreiras que impedem a plena integração dessas mulheres na sociedade brasileira e para desenvolver estratégias eficazes de apoio e inclusão.

Esta categoria é fundamental para compreender como o preconceito impacta a vida cotidiana e o bem-estar emocional das mulheres árabes, destacando a necessidade de políticas e práticas que promovam a tolerância e o respeito à diversidade cultural. As entrevistadas E1, E2, E7 e E11 são as que relatam mais fortemente a frequência das experiências de xenofobia:

"Nossa, várias vezes, são várias as experiências como no meio político, as questões religiosas não permitem que a mulher cumprimente um homem tocando-o. Só poderia tocar naqueles que fazem parte da sua família, ou abençoado por Deus, como meu esposo. É muito difícil explicar que não posso cumprimentar pessoas de forma usual, já ouvi que não vão votar em mim, porque não cumprimento com beijinhos. Bom se seu voto está condicionado a um beijinho, infelizmente tenho que abrir mão do seu voto. Várias vezes ouvi aqui na Câmara mesmo, sobre mulher bomba, turca, são situações que só de lembrar isso dói. É muito forte isso ainda, eu achava que na adolescência isso ia passar, meus filhos não iam passar por isso,

pois, vão viver em outra época. Mas infelizmente isso continua a acontecer." (E1, 2024).

"Sim, na verdade foi mais de uma vez, mas vou falar da que mais me tocou. Uma vez estava num restaurante eu, minha mãe e algumas amigas da família, minhas tias usam o véu e minha mãe tem um sotaque mais forte, enfim estávamos jantando, quando estávamos saindo, um dos turistas, tinha muitos turistas ali no momento, ouvindo nossa conversa em português, e aí o turista fala: _ Ainda bem que essas bombas estão saindo. Foi uma situação muito chata. Eu virei e disse para ele. _O senhor está sendo xenofóbico, islamofóbico e isso é crime! Aí ele falou que eu tinha errado, que não era para nós e que eu me enganei. Eu, simplesmente virei as costas e fomos embora." (E2, 2024).

"(Dá risada), só as vezes, quando estou dirigindo, eu escuto: _Turco, turco, olha como anda. Mas tirando isso nunca sofri xenofobia, meus vizinhos são todos brasileiros e gente boa." (E7, 2024).

"Sim, infelizmente, já experimentei xenofobia várias vezes. Lembro-me de situações em que fui alvo de olhares hostis e comentários ofensivos simplesmente por ser árabe. Houve também momentos em que fui tratada de maneira diferente em ambientes profissionais ou sociais devido à minha origem étnica." (E11, 2024).

As respostas das entrevistadas revelam que a xenofobia é uma experiência comum e dolorosa em suas vidas, manifestando-se de várias maneiras, desde insultos e comentários ofensivos até tratamento desigual em ambientes profissionais e sociais.

"Menciona especificamente as dificuldades enfrentadas no meio político, onde práticas culturais como não cumprimentar homens com toques físicos são mal compreendidas e resultam em discriminação. Essa experiência destaca a intersecção entre práticas religiosas e preconceitos culturais, que são exacerbados em contextos públicos e políticos." (E1, 2024).

"Relata um episódio explícito de islamofobia em um restaurante, onde a presença visível de mulheres usando véu e um sotaque perceptível levaram a um comentário ofensivo de um turista. A resposta a essa situação ilustra a consciência sobre os direitos e a necessidade de confrontar o preconceito de forma assertiva." (E2, 2024).

"Escreve uma forma mais sutil de xenofobia no trânsito, onde é alvo de comentários devido à sua origem étnica. No entanto, ela também menciona

uma convivência positiva com vizinhos brasileiros, indicando que as experiências de xenofobia podem variar em intensidade e frequência.” (E7, 2024)

“Apresenta uma perspectiva mais abrangente, mencionando olhares hostis e tratamento diferenciado em vários contextos devido à sua origem árabe. Ela destaca a influência negativa dos estereótipos perpetuados pela mídia, que alimentam o preconceito e a desconfiança.” (E11, 2024).

As respostas das entrevistadas confirmam as teorias de discriminação estrutural que sugerem que o preconceito pode ser tanto explícito quanto implícito nas interações diárias e nas práticas institucionais. A xenofobia, conforme descrita pelas entrevistadas, é alimentada por uma falta de compreensão cultural e estereótipos negativos, muitas vezes perpetuados pela mídia.

Segundo os estudos sobre discriminação e integração social, a educação e a conscientização cultural são essenciais para combater esses preconceitos. Como mencionado por E1 e E2, conhecer a cultura árabe e corrigir informações errôneas pode ajudar a reduzir o medo e a desconfiança.

A teoria da aculturação também sugere que um processo bidimensional de adaptação, envolvendo tanto a manutenção da cultura de origem quanto a interação com a nova cultura, pode facilitar a integração. No entanto, como as respostas indicam, essa integração é frequentemente dificultada pela xenofobia e pelos estereótipos negativos.

A análise das respostas sobre a frequência de experiências de xenofobia revela um padrão consistente de discriminação enfrentado pelas mulheres árabes em Foz do Iguaçu. Essas experiências impactam significativamente sua integração, na construção de suas identidades e no bem-estar emocional, sublinhando a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a inclusão e a educação sobre diversidade cultural.

As estratégias sugeridas pelas entrevistadas, como a conscientização cultural e a correção de estereótipos, são essenciais para criar um ambiente mais acolhedor e respeitoso para todas as comunidades.

As entrevistadas destacaram várias dimensões desse tema, evidenciando que o conhecimento é uma ferramenta poderosa para combater estereótipos na Tríplice Fronteira.

“Uma das entrevistadas afirmou que: “Conhecimento é um ponto estratégico para uma mulher. Ao adquirir conhecimento, as mulheres se sentem mais seguras para se rebelar contra normas restritivas, aumentando sua participação ativa na sociedade”. (E1, 2024).

“Outra entrevistada compartilhou sua experiência ao ingressar na faculdade: “Antes de eu entrar na faculdade eu achava que o meu mundo era aquilo que eu aprendi, o que os meus pais me ensinaram... quando entro na faculdade, eu vejo que tem várias realidades. Isso ilustra como a educação formal pode ampliar horizontes e ajudar a desconstruir percepções limitadas, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva das diferentes realidades culturais”. (E2, 2024).

“O papel da comunicação e do diálogo também foi destacado por uma entrevistada, que mencionou que o conhecimento “gera comunicação e união, facilitando a criação de associações de mulheres com diálogos mais abertos”. Esse ambiente de troca e aprendizado mútuo é vital para o empoderamento coletivo, permitindo que as mulheres se organizem e desafiem as estruturas de poder que perpetuam a discriminação. (E3, 2024).

“Adicionalmente, algumas entrevistadas enfatizaram a importância de programas de conscientização cultural e treinamento antidiscriminatório. Elas observaram que “A educação é boa para a sociedade entender a religião, a cultura, as pessoas árabes, não só as mulheres”. Isso indica que a educação é vista como um meio de reduzir barreiras e promover a integração, fornecendo à sociedade um entendimento mais profundo e respeitoso das culturas árabes. (E4, 2024).

“Por outro lado, a falta de conhecimento foi identificada por outra entrevistada como uma fonte de problemas significativos. Ela mencionou que “A falta desse conhecimento pode levar a consequências graves, como a disseminação de fake news e a perpetuação de preconceitos. Isso reforça a necessidade urgente de promover uma representação mais precisa e positiva da cultura árabe na mídia e na educação, a fim de combater a xenofobia e fomentar a inclusão”. (E5, 2024).

As estratégias sugeridas pelas entrevistadas, como a conscientização cultural e a correção de estereótipos, são vistas como fundamentais para criar um ambiente mais acolhedor e respeitoso.

O acesso à educação, a promoção da diversidade e a implementação de programas anti discriminatórios são passos essenciais para alcançar esse objetivo. Ao valorizar e integrar essas estratégias, podemos avançar significativamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para as mulheres árabes na Tríplice Fronteira.

3.4.2 Percepção Da Mídia Sobre Os Árabes

A categoria "Percepção da Mídia sobre Árabes" examina como a mídia retrata as mulheres árabes e o impacto dessas representações na imagem pública e na autoimagem das mulheres árabes em Foz do Iguaçu. A mídia desempenha um papel crucial na formação de opiniões e atitudes, influenciando tanto as percepções externas quanto a autoestima das comunidades retratadas. Compreender como as mulheres árabes são representadas na mídia é essencial para identificar os estereótipos prejudiciais e desenvolver estratégias para promover uma representação mais justa e equilibrada. As entrevistadas a seguir realizaram seus relatos sobre o assunto:

“De maneira pejorativa, passam a mulher árabe como alguém que não tem autonomia, confundem a cultura, a religião e passam ideias erradas e preconceituosas, prejudicando assim a imagem da mulher árabe, desrespeitando o seu ser”. (E1, 2024).

“Prejudica, da forma como a mídia representa as mulheres árabes, como coitadas, oprimidas, fazem com que a sociedade tenha um certo tipo de dó com as mulheres árabes. E isso acaba prejudicando muito, muito, muito a mulher árabe”. (E2, 2024).

“Mostra a gente muito ruim. Prejudica bastante, porque em outros lugares já ouvi: _ Coitada dela, deve sofrer muito com esses homens árabes. (ri). Aí vejo, que as pessoas pensam que apanhamos, sofremos que somos

torturadas. (Ri, mais ainda). Mas não é nada disso. A mídia que passa essa imagem de sofrimento e isso prejudica não só a mulher, mas a família também". (E7, 2024).

"A mídia muitas vezes retrata as mulheres árabes de maneira estereotipada e limitada, focando em imagens de opressão e submissão. Isso prejudica a imagem das mulheres árabes ao perpetuar estereótipos prejudiciais e limitar a compreensão pública de sua diversidade e capacidades". (E11, 2024).

"A mídia muitas vezes retrata as mulheres árabes de maneira estereotipada e limitada, o que prejudica sua imagem e reforça ideias preconceituosas sobre seu papel na sociedade". (E6,2024).

"Muito mal, mas muito mal mesmo. E isso influencia como as pessoas nos vê. Não somos marginalizadas, somos adoradas como provedoras da vida, da família da união". (E9, 2024).

"A mídia descreve as mulheres árabes como uma figurinha submissa que obedece a todas as ordens do homem sem poder se expressar e sem direitos. Isso prejudica muito nossa imagem e não é verdadeira". (E5, 2024).

"Siempre mala, siempre mala, y la gente escucha a los medios y no intenta descubrirnos la verdad. Las midias son un gran villano, nos hacen pasar por malos. Como mujeres bombas". (E3, 2024).

"Sim, muito, toda vez que a mídia se refere aos árabes sempre são palavras que nos despreciam e por isso a mídia influencia as pessoas, que se tornam xenofóbicas em relação aos árabes". (E4, 2024).

As respostas das entrevistadas revelam uma percepção unânime de que a mídia retrata as mulheres árabes de maneira prejudicial, reforçando estereótipos negativos que impactam negativamente tanto a imagem pública quanto a autoestima dessas mulheres.

"Menciona a representação pejorativa das mulheres árabes, onde a falta de autonomia é frequentemente destacada. Ela critica a confusão entre cultura e religião promovida pela mídia, que resulta em ideias erradas e preconceituosas, prejudicando a imagem das mulheres árabes e desrespeitando sua identidade". (E1, 2024).

"Destaca o impacto emocional dessa representação, mencionando que a mídia frequentemente apresenta as mulheres árabes como vítimas coitadas

e oprimidas. Isso gera um sentimento de pena na sociedade que, ao invés de ajudar, prejudica ainda mais as mulheres árabes ao reforçar sua marginalização e falta de agência”. (X2, 2024).

“Aponta para a percepção de sofrimento e opressão que a mídia transmite sobre as mulheres árabes. Ela relata que essa imagem leva as pessoas a acreditar que as mulheres árabes são constantemente abusadas e torturadas, o que não é a realidade. Essa visão distorcida não só prejudica a imagem das mulheres, mas também afeta negativamente a percepção sobre suas famílias”. (E7, 2024).

“Concorda com as outras entrevistadas, observando que a mídia perpetua estereótipos de opressão e submissão, limitando a compreensão pública da diversidade e das capacidades das mulheres árabes. Esta visão unidimensional contribui para uma percepção injusta e desatualizada”. (E11, 2024).

As respostas das entrevistadas confirmam as teorias de representação midiática que sugerem que a mídia frequentemente perpetua estereótipos negativos e simplistas sobre grupos marginalizados. Essas representações limitadas reforçam preconceitos existentes e dificultam a compreensão das complexidades e diversidades dentro desses grupos.

De acordo com Hall (1997), a mídia tem o poder de construir significados e, ao representar constantemente um grupo de maneira estereotipada, solidifica percepções sociais que podem ser prejudiciais. As representações das mulheres árabes como oprimidas e sem autonomia são exemplos clássicos de estereotipagem que contribuem para a marginalização.

A teoria da recepção também sugere que o público internaliza essas representações midiáticas, o que pode levar a atitudes preconceituosas e discriminatórias. Como mencionado por E2 e E7, a percepção de pena e a crença em narrativas de sofrimento são reflexos diretos dessa internalização de estereótipos.

A análise das respostas sobre a percepção da mídia revela que as mulheres árabes em Foz do Iguaçu enfrentam um desafio significativo devido à representação negativa e estereotipada na mídia. Essas representações prejudicam não só a

imagem pública das mulheres árabes, mas também sua autoestima e integração social.

Para combater esses estereótipos, é essencial promover uma representação midiática mais equilibrada e informada, que reconheça e valorize a diversidade e a complexidade das experiências das mulheres árabes. Políticas de mídia mais inclusivas e esforços educacionais para aumentar a compreensão cultural são passos fundamentais para reverter esses efeitos negativos.

3.4.3 Atitudes Em Relação À Sexualidade E Identidade De Gênero

A categoria "Atitudes em Relação à Sexualidade e Identidade de Gênero" explora como as mulheres árabes abordam questões relacionadas à sexualidade, ao corpo feminino e à igualdade de gênero.

Esta categoria é fundamental para entender as normas e expectativas culturais que influenciam a percepção e o tratamento das mulheres dentro da comunidade árabe. Além disso, examina os maiores desafios enfrentados na busca pela igualdade de gênero, destacando as barreiras estruturais e sociais que persistem na região. Ao serem questionadas

"Eu acho que o homem tem que respeitar a mulher, independente da religião. Ela usando um biquíni, ou usando uma roupa que a cobre, ela tem que ser respeitada. Porque a mulher tem que ter a liberdade de ser ela, de poder chegar aos lugares, saber que não vai ser assediada em qualquer lugar, assédio não é só tocar a mulher, as vezes acompanhando a mulher com os olhos, isso também é um modo de assédio." (E1, 2024).

"Ahhh, muitas mulheres têm muita dificuldade de falar sobre isso, porque sexualidade na nossa religião ainda é um tabu muito grande, na nossa cultura é muito, muito grande. Hoje na nossa geração isso já não acontece mais, mas nas gerações passadas era um tabu muito, muito grande." (E2, 2024).

"Na cultura árabe, as mães ensinam as filhas sobre o corpo, como funciona, o que esperar de um casamento." (E7, 2024).

"As mulheres árabes abordam questões relacionadas à sexualidade e ao corpo feminino de maneiras diversas e que refletem uma variedade de crenças, valores e contextos culturais. No entanto, muitas vezes enfrentam desafios devido a normas sociais conservadoras e expectativas de gênero restritivas." (E11, 2024).

"O maior desafio é aquela pessoa que diz que luta pela mulher, que defende a mulher, e faz o contrário. Muitos que se dizem defensores, fazem ao contrário. Eu mesmo digo, que já passei por esses posicionamentos, porque sou uma mulher destemida, e você vê pessoas que querem ocupar o espaço que levou tantos anos para uma mulher conquistar. Aí de repente me fala: _ Dá licença, que seu tempo já foi. São situações isoladas, mas constantes. São catorze homens aqui e três mulheres, mas porque o ataque em cima das mulheres?" (E1, 2024).

"Os maiores desafios, é que assim, ... a gente tem que entender que maioria dos países árabes é o homem que faz as leis, pois, o patriarcado ainda é muito grande, então o maior desafio é colocar mais mulheres em cargos de liderança, que possam criar essas leis. Pois, quando o homem cria as leis as mulheres continuam com o papel de mães de educadoras, ou seja, o papel da mãe é cozinhar, cuidar dos filhos e cuidar da casa." (E2, 2024).

"Entender! A região árabe não entende a igualdade de gênero, e isso deveria ser mais explicado como eles querem que sejam entendidos, porque a mulher árabe tem que ser tratada como princesa, assim diz no alcorão. Se ela é tratada como princesa, então porque ela queria ser tratada igual. (Entrevistadora: _ Mas e se ela não for tratada como princesa o que ela deveria fazer então?). Ela deve procurar o xeique para resolver, porque isto está errado. Nós trazemos a vida ao mundo, então devemos ser muito bem tratadas." (E7, 2024).

"Os maiores desafios para a igualdade de gênero na região árabe incluem normas sociais patriarcais, leis discriminatórias, acesso desigual à educação e oportunidades de emprego, violência de gênero e falta de representação política das mulheres." (E11, 2024).

As respostas das entrevistadas refletem uma variedade de perspectivas e desafios relacionados à sexualidade e à identidade de gênero dentro da comunidade árabe.

“Enfatiza a importância do respeito à mulher, independentemente de suas escolhas de vestimenta, destacando que o assédio pode ocorrer de várias formas, incluindo olhares insistentes. Esta resposta sublinha a necessidade de uma compreensão mais ampla do respeito e da autonomia feminina.” (E1, 2024).

“Menciona o tabu persistente em torno da sexualidade dentro da cultura árabe, especialmente nas gerações passadas. Ela observa que, embora haja progresso na atual geração, ainda existe uma dificuldade significativa em discutir abertamente esses temas.” (E2, 2024).

“Oferece uma visão cultural sobre a educação sexual, onde as mães ensinam suas filhas sobre o corpo e o casamento. Esta abordagem familiar destaca uma maneira prática de transmitir conhecimento, embora limitada pelas normas culturais conservadoras.” (E7, 2024).

“Aborda a diversidade de crenças e valores que influenciam as atitudes em relação à sexualidade e ao corpo feminino, enquanto também reconhece os desafios impostos por normas sociais conservadoras e expectativas de gênero restritivas.” (E11, 2024).

Os desafios para a igualdade de gênero mencionados pelas entrevistadas incluem a persistência do patriarcado, a falta de representação feminina em cargos de liderança e a existência de leis discriminatórias.

“Destaca a hipocrisia daqueles que afirmam defender as mulheres, mas agem de maneira contrária, e a luta contínua das mulheres para manter e expandir seus espaços conquistados.” (E1, 2024).

“Menciona o domínio masculino na criação de leis e a necessidade de mais mulheres em cargos de liderança para promover mudanças legislativas que beneficiem as mulheres.” (E2, 2024).

“Sugere que a falta de entendimento sobre igualdade de gênero é um grande desafio e enfatiza a necessidade de tratar as mulheres com o respeito e a dignidade que merecem, como indicado nos ensinamentos do Alcorão.” (E7, 2024).

“Fornece uma visão abrangente dos desafios estruturais, incluindo normas patriarcais, leis discriminatórias, desigualdade de acesso à educação e

emprego, violência de gênero e a falta de representação política.” (E11, 2024).

As respostas das entrevistadas se alinham com as teorias feministas e de gênero que destacam como as normas patriarcais e as expectativas de gênero influenciam a percepção e o tratamento das mulheres. De acordo com Lima, (2017, p.63-64):

“o significado central do termo gênero é sua oposição ao termo sexo, no sentido de ultrapassar o seu limite biológico. Essas feministas entendiam que o termo sexo se refere especificamente à diferença biológica entre homem e mulher e que o termo gênero abarca também os aspectos culturais e históricos, numa simbiose com o biológico, o que podem resultar nos conceitos dicotômicos feminino/masculino.” (Lima 2017, p.63-64).

As dificuldades mencionadas por E2 e E11 refletem essas construções, que limitam a expressão e a autonomia das mulheres.

A teoria da interseccionalidade, conforme discutida por Lugones, oferece uma lente essencial para entender como múltiplas identidades e formas de opressão se sobrepõem e impactam as vidas das mulheres árabes na Tríplice Fronteira. Lugones destaca como a colonialidade do poder, um conceito desenvolvido por Aníbal Quijano, estrutura as relações sociais de maneira que perpetua a opressão baseada em raça, gênero e classe.

As dificuldades mencionadas por E2 e E11 refletem essas construções, que limitam a expressão e a autonomia das mulheres, demonstrando como as experiências de gênero, raça e etnia interagem para criar barreiras específicas para o empoderamento e a igualdade.

A análise das respostas sobre atitudes em relação à sexualidade e identidade de gênero revela que, embora haja uma diversidade de abordagens dentro da comunidade árabe, as normas sociais conservadoras e as expectativas restritivas ainda impõem desafios significativos.

As dificuldades em discutir abertamente a sexualidade e o corpo feminino, juntamente com a falta de representação feminina em cargos de liderança, perpetuam a desigualdade de gênero. Para promover a igualdade, é essencial

continuar desafiando essas normas e expandindo as oportunidades de educação e liderança para as mulheres árabes.

3.4.4. Opiniões Sobre O Feminismo Árabe E Direitos Humanos

A categoria "Opiniões sobre o Feminismo Árabe" explora as percepções das mulheres árabes sobre o feminismo em suas culturas em comparação com o feminismo ocidental.

Esta categoria é fundamental para entender como as mulheres árabes interpretam e adaptam os conceitos de feminismo às suas realidades culturais e sociais.

"Eu penso que todo feminismo mata, adoece na minha opinião pessoal. É fácil você pegar um título, e colocar feminismo árabe, vejo alguns países com alguns regimes de democracias, totalmente antidemocráticos, que fazem atrocidades, como o Afeganistão, eu não entendo, como o Talibã, como defensor da religião. Se você pegar o nosso Alcorão ele enaltece a mulher, ele é lindo, então esse feminismo não deveria existir, pois, a mulher tem que ser cuidada, protegida, não pode ser cerceada. Então existe uma má interpretação, e os países, interpretam da melhor maneira que lhe convém. Isso é uma luta histórica, de vários países no mundo. Mas temos um feminismo mundial, cujo o principal é a luta das mulheres, é para acabar com o cerceamento dos direitos das mulheres. Elas só buscam isso. Então é muito fácil usar um livro, pra dizer o que eu devo dizer. Não, existe uma regra. Não pode haver cerceamento no direito da mulher." (E1, 2024).

"Conheço em partes sim, e ele difere sim, porque quando você pensa em feminismo ocidental, são aquelas mulheres que têm o direito de ir e vir, de escolher, de vestir o que querem e tá tudo bem. Quando fala do feminismo árabe, a gente pensa: _ Está bom, as mulheres ocidentais têm muitos mais direitos, já a mulher muçulmana não pode usar o véu, porque ela é oprimida. Mas e se isso for escolha dela. Isso também é feminismo, é uma forma de ela se rebelar contra o capitalismo. Por que isso não é normal para o sistema capitalista, a mulher ocidental, é de algo muito comercial. Já a mulher árabe já passa a ideia de que ela é oprimida. Ai, se pensa, nós somos feministas e vamos libertá-las. Quem te garante que ela não quer ser

coberta de cima para baixo. Isso para elas é uma forma de se empoderar perante a sociedade. O feminismo fala sobre isso. O respeito por sua individualidade." (E2, 2024).

"Não conheço, e, acho que não deveria existir, porque a mulher árabe, segundo o Alcorão, deve ser tratada como princesa, então para que feminismo islâmico. Já o feminismo ocidental, acho que ele fala das mulheres da Europa, então não tem sentido falar dele, porque não é das mulheres árabes." (E7, 2024).

"Sim, estou familiarizado com o feminismo árabe, que muitas vezes se concentra em questões específicas enfrentadas pelas mulheres na região árabe, como leis discriminatórias, direitos das trabalhadoras, violência de gênero e acesso à educação e saúde. Embora compartilhe objetivos comuns com o feminismo ocidental, o feminismo árabe muitas vezes aborda essas questões dentro de um contexto cultural e político único, adaptando-se às realidades locais." (E11, 2024).

As respostas das entrevistadas mostram uma ampla gama de perspectivas sobre o feminismo árabe, refletindo as complexidades e as divergências dentro da comunidade árabe.

E1 Expressa uma visão crítica sobre o feminismo, argumentando que ele é frequentemente mal interpretado e usado de maneira inadequada por regimes antidemocráticos. Ela acredita que o Alcorão já enaltece as mulheres e que a luta deveria focar no fim do cerceamento dos direitos das mulheres, sem necessidade de um feminismo específico.

E2 Destaca as diferenças entre o feminismo árabe e ocidental, sugerindo que a escolha de usar o véu pode ser um ato de empoderamento e uma forma de rebelião contra o capitalismo. Ela enfatiza a importância do respeito pela individualidade e pela autonomia das mulheres em suas escolhas pessoais.

E7 Rejeita a necessidade de um feminismo árabe, baseando-se na crença de que o Alcorão já prescreve um tratamento respeitoso às mulheres, comparando-as às princesas. Ela vê o feminismo ocidental como irrelevante para as mulheres árabes.

E11 Reconhece o feminismo árabe como um movimento que aborda questões específicas e locais, diferindo do feminismo ocidental, mas compartilhando objetivos comuns de igualdade e direitos das mulheres.

De acordo com Abu-Lughod (2013), é importante considerar o contexto cultural ao discutir o feminismo em diferentes regiões, reconhecendo as especificidades locais e as diversas formas de resistência e empoderamento que podem não se alinhar perfeitamente com as concepções ocidentais de feminismo.

A teoria da interseccionalidade, conforme discutida por Lugones (2010), oferece uma perspectiva essencial ao considerar como as identidades de gênero, cultura e religião interagem para moldar as experiências das mulheres árabes. Lugones argumenta que as opressões de gênero e raça estão profundamente enraizadas na história colonial e continuam a influenciar as estruturas sociais contemporâneas.

As respostas das entrevistadas indicam uma complexa interação dessas identidades, que afetam como as mulheres percebem e se engajam ou no caso se conscientizam com o feminismo.

A análise das respostas sobre o feminismo árabe revela uma diversidade de opiniões e experiências, refletindo a complexidade das realidades culturais e sociais das mulheres árabes. Enquanto algumas entrevistadas veem o feminismo como uma necessidade contínua para combater a opressão e promover a igualdade, outras acreditam que os valores religiosos já oferecem uma base suficiente para o respeito e a dignidade das mulheres.

Já a categoria “Opiniões Sobre Direitos Humanos” examina a relação entre os direitos humanos e a liberdade da homossexualidade em contextos religiosos.

"Eu acho que os direitos humanos deixam a desejar em algumas coisas, como nas guerras, mas também acho que os direitos humanos não estão tendo apoio, sabe. Principalmente de quem tem o poder. Então, não adianta ter uma associação, uma ONG, uma luta, uma ideologia se você não tem a força para sair daquela bolha. Acredito que os direitos humanos em geral têm falhado, mas não porque quer, tem faltado apoio. Eu não vejo apoio, o que vejo é que querem criminalizar os direitos humanos. Está faltando políticas públicas para isso." (E1, 2024).

"Todas as religiões condenam essas pessoas, e acho que os direitos humanos estão falhando com esse grupo social, por conta do machismo, do patriarcado." (E2, 2024).

"Os direitos humanos deixam de fazer muita coisa, mas acho que ele não deve se meter com essas coisas, a pessoa que deve se preocupar com isso, e a religião ensinar o certo. Que isso, a homossexualidade é errada." (E7, 2024).

"Acredito firmemente que os direitos humanos incluem o direito à liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, independentemente de contextos religiosos. A liberdade de ser quem somos e amar quem escolhemos é um princípio fundamental dos direitos humanos e deve ser respeitado e protegido em todas as culturas e religiões." (E11, 2024).

As respostas das entrevistadas sobre os direitos humanos revelam diferentes percepções e preocupações.

E1 Acredita que os direitos humanos falham por falta de apoio e pela criminalização de suas ações, apontando a necessidade de políticas públicas eficazes.

Já E2 vê as religiões como condenadoras da homossexualidade e considera que os direitos humanos falham devido ao machismo e ao patriarcado. E7 Acredita que os direitos humanos não deveriam se envolver com questões de homossexualidade, deixando isso para a religião.

E11 Defende firmemente que os direitos humanos incluem a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, independente dos contextos religiosos, e que esses direitos devem ser respeitados e protegidos universalmente.

A relação entre direitos humanos e liberdade de orientação sexual é igualmente complexa, com opiniões variando desde a condenação religiosa até a defesa intransigente desses direitos.

De acordo com Frantz Fanon (1961), é fundamental entender os direitos humanos a partir de uma perspectiva decolonial, que reconheça e valorize as lutas específicas e os contextos históricos de cada grupo.

Fanon argumenta que as estruturas coloniais continuam a influenciar as relações de poder contemporâneas, e que a verdadeira emancipação deve abordar essas dinâmicas. Para avançar, é crucial reconhecer e respeitar essa diversidade de perspectivas e buscar estratégias que promovam a inclusão e a igualdade de maneira sensível às realidades locais.

3.4.5. Atitudes em Relação à Homossexualidade e Direitos LGBTQ+

A categoria "Atitudes em Relação à Homossexualidade e Direitos LGBTQ+" explora como a sociedade árabe contemporânea está caminhando em relação à aceitação e acessibilidade da homossexualidade, bem como as mudanças observadas ao longo dos anos.

Esta categoria é crucial para entender as dinâmicas sociais e culturais que influenciam as percepções e os direitos das pessoas LGBTQ+ dentro da comunidade árabe, destacando tanto os progressos quanto os desafios persistentes.

"É uma coisa nova para todos, para as religiões, muitos tabus têm que ser quebrados e ter muita conversa, dentro de casa, com a sua família, não podemos só responsabilizar a religião, devemos ver como essa pessoa foi criada, porque você vai conviver com pessoas LGBTQ+ em todos os lugares, seja na escola, no trabalho, seja onde for, a convivência vai existir, e você tem que respeitar essas pessoas, não pode ensinar uma criança que essa pessoa é doente, é diferente. A base é a família, e na minha opinião os dois devem caminhar juntos." (E1, 2024).

"A homossexualidade ainda é um tabu muito grande para os árabes, acredito que hoje não gera grande surpresa, mas ainda falta muito para isso mudar. Os países árabes entendem a homossexualidade como uma patologia." (E1, 2024).

"Deus não gosta, vocês na Bíblia também não gostam. Então por que aceitar se está errado. Então não houve mudança em nenhum lugar, nem no Líbano e nem aqui no Brasil." (E7, 2024).

"A sociedade árabe contemporânea está passando por mudanças significativas em relação à acessibilidade da homossexualidade, com uma

crescente conscientização e debate sobre direitos LGBTQ+. Embora ainda haja muitos desafios e resistência em alguns setores da sociedade árabe.” (E11, 2024).

As respostas das entrevistadas refletem uma diversidade de opiniões e experiências em relação à homossexualidade e aos direitos LGBTQ+ na sociedade árabe.

“Sugere que a aceitação da homossexualidade é um processo novo e desafiador, que requer a quebra de tabus e muitas conversas dentro das famílias. Ela enfatiza a importância da educação familiar e do respeito às pessoas LGBTQ+, independentemente de onde se esteja.” (E1, 2024).

“Observa que a homossexualidade ainda é amplamente considerada um tabu e vista como uma patologia nos países árabes. Apesar de uma crescente exposição e debate, as mudanças em atitudes são lentas e o progresso é limitado.” (E2, 2024).

“Expressa uma visão conservadora, argumentando que tanto a Bíblia quanto o Alcorão condenam a homossexualidade. Ela não observa mudanças significativas nem no Líbano nem no Brasil, refletindo uma resistência forte e contínua às questões LGBTQ+.” (E7, 2024).

“Destaca que, apesar dos muitos desafios e resistências, há uma crescente conscientização e debate sobre os direitos LGBTQ+ na sociedade árabe contemporânea. Esta visão mais positiva sugere que, embora os progressos sejam lentos, há um movimento em direção a uma maior aceitação e inclusão”. (E11, 2024).

As respostas das entrevistadas se alinham com as teorias de mudança social e de direitos humanos que destacam como as normas culturais e religiosas influenciam as percepções e a aceitação das pessoas LGBTQ+.

De acordo com a teoria da interseccionalidade de Lugones (2010), as identidades de gênero, cultura e religião interagem de maneira complexa, moldando as experiências e as atitudes em relação à homossexualidade. As respostas refletem essa interação, mostrando como as normas religiosas e culturais conservadoras impactam a aceitação da homossexualidade na comunidade árabe.

A teoria dos direitos humanos enfatiza que a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero é um princípio fundamental que deve ser respeitado e

protegido em todas as culturas e religiões. Como mencionado por E11, o reconhecimento e a proteção desses direitos são essenciais para promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

A análise das respostas sobre atitudes em relação à homossexualidade e aos direitos LGBTQ+ revela que, embora haja um progresso gradual em termos de conscientização e debate, a aceitação plena ainda enfrenta muitos desafios. As normas culturais e religiosas conservadoras continuam a ser uma barreira significativa, impedindo mudanças mais rápidas e abrangentes.

No entanto, a crescente discussão e visibilidade dessas questões sugerem que, com o tempo e a educação contínua, pode haver um movimento em direção a uma maior aceitação e inclusão das pessoas LGBTQ+ na sociedade árabe.

3.4.6 Conclusão Das Análises Das Categorias

Neste subcapítulo, apresentamos os resultados de entrevistas realizadas com mulheres árabes participantes, buscando entender como essa iniciativa tem contribuído para sua inserção e integração na comunidade. Também exploramos as evidências das próprias mulheres sobre a importância do projeto linguístico-cultural em suas vidas e experiências cotidianas.

Uma análise detalhada desses dois temas - a consciência feminista entre as mulheres árabes em Foz do Iguaçu e a inserção das mulheres árabes por meio do projeto de ensino-aprendizagem de português - forneceu insights valiosos sobre os desafios e oportunidades enfrentados por essas mulheres na fronteira multicultural de Foz do Iguaçu.

Além disso, essas contribuições são de grande importância para o debate acadêmico sobre a diversidade cultural e questões de gênero, enriquecendo o conhecimento sobre a complexidade das experiências das mulheres árabes nessa comunidade específica.

O capítulo de análise das categorias revela um panorama complexo e multifacetado das experiências das mulheres árabes na tríplice fronteira de Foz do

Iguaçu. Através das entrevistas, emergiram cinco principais áreas de discussão, que aqui se transformaram em categorias analíticas. Estas categorias impactam significativamente a integração e o bem-estar emocional das mulheres árabes.

As entrevistas revelaram que a xenofobia é uma experiência comum entre as mulheres árabes, manifestando-se através de comentários ofensivos, discriminação no mercado de trabalho e hostilidade em espaços públicos.

Essas experiências prejudicam o bem-estar emocional das entrevistadas e dificultam sua plena integração na sociedade brasileira. As entrevistadas destacaram a necessidade de políticas inclusivas e de sensibilização da comunidade local para combater a xenofobia.

A mídia foi percebida como uma força prejudicial, perpetuando estereótipos negativos e imagens distorcidas das mulheres árabes. As representações midiáticas reforçam preconceitos e dificultam a compreensão das complexidades e diversidades dentro da comunidade árabe. Promover uma representação mais equilibrada e informada na mídia é crucial para combater esses estereótipos e apoiar a integração.

As atitudes em relação à sexualidade e identidade de gênero variam amplamente dentro da comunidade árabe. Algumas entrevistadas mostraram maior abertura e aceitação, enquanto outras mantinham visões mais tradicionais.

As mulheres que expressaram visões mais abertas geralmente haviam tido mais contato com diferentes culturas e educações mais inclusivas. Essas variações destacam a complexidade das atitudes em relação à sexualidade e identidade de gênero dentro da comunidade.

As opiniões sobre o feminismo árabe revelam uma divisão entre aquelas que veem o feminismo como uma necessidade contínua para combater a opressão e promover a igualdade, e aquelas que acreditam que os valores religiosos já oferecem uma base suficiente para o respeito e a dignidade das mulheres.

A relação entre direitos humanos e liberdade de orientação sexual também é complexa, com opiniões variando entre a condenação religiosa e a defesa intransigente desses direitos.

A aceitação da homossexualidade e dos direitos LGBTQ+ na sociedade árabe é um processo gradual e desafiador. As entrevistadas destacaram que, embora haja uma crescente conscientização e debate sobre os direitos LGBTQ+, as normas culturais e religiosas conservadoras continuam a ser uma barreira significativa.

As entrevistas destacaram os desafios e sucessos na integração das mulheres árabes. A participação em atividades comunitárias e o aprendizado do português foram citados como fatores cruciais para a integração bem-sucedida.

As mulheres que participaram de grupos comunitários e organizações de apoio relataram uma experiência de integração mais positiva. No entanto, desafios como o preconceito, as barreiras linguísticas e a falta de reconhecimento de qualificações profissionais estrangeiras foram mencionados como obstáculos significativos que precisam ser superados para uma integração plena.

As participantes relataram que o curso de português não apenas melhorou suas habilidades linguísticas, mas também as ajudou a se sentirem mais conectadas e envolvidas na vida comunitária. Essa integração é vista como fundamental para o desenvolvimento da comunidade e para a promoção da igualdade de gênero.

Os resultados indicam que políticas públicas de inclusão e programas educativos são essenciais para apoiar a integração de mulheres migrantes e promover a igualdade de gênero. As entrevistadas foram unânimes em mencionar que a educação é crucial para esclarecer as pessoas em relação aos árabes, desmistificando as representações midiáticas prejudiciais e promovendo uma sociedade mais inclusiva.

O capítulo conclui que, apesar dos desafios persistentes, há um potencial significativo para mudanças positivas através de políticas públicas eficazes, educação contínua e esforços de conscientização.

Adotar uma abordagem interseccional e decolonial, conforme discutido por Lugones, é fundamental para compreender as múltiplas camadas de opressão e resistência enfrentadas pelas mulheres árabes. Ao valorizar e amplificar as vozes das mulheres árabes, podemos promover uma sociedade mais justa e igualitária para todas.

A integração bem-sucedida das mulheres árabes na sociedade brasileira depende da capacidade de reconhecer e abordar essas complexidades, promovendo iniciativas que incentivem a inclusão, o respeito à diversidade cultural e a igualdade de gênero.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi explorado o intrincado e multifacetado universo da consciência feminista árabe na Tríplice Fronteira, investigando as complexidades da integração das mulheres árabes nesta região em função das diversas categorias analisadas. Identificou-se que, embora não haja um movimento feminista árabe organizado na fronteira, existe uma conscientização feminista entre algumas mulheres árabes.

Essa conscientização é construída e frequentemente fragmentada pelas interações entre fatores culturais, religiosos e sociais que permeiam suas vidas. Essas complexidades evidenciam a necessidade de um olhar atento às especificidades locais e às formas variadas de resistência e empoderamento, revelando a profundidade das experiências vividas na interseção entre feminismo transnacional e decolonial.

O capítulo Feminismo Árabe de Beijing à Tríplice Fronteira explorou a convergência do feminismo transnacional, árabe e decolonial. Identificou-se como essas perspectivas se complementam e se tensionam mutuamente, oferecendo novas formas de resistência e empoderamento para as mulheres árabes na Tríplice Fronteira.

Descobri-se que a integração bem-sucedida das mulheres árabes na sociedade brasileira depende da capacidade de reconhecer e abordar as complexidades de suas identidades culturais e religiosas. As entrevistas destacaram tanto os desafios quanto os sucessos na integração, com a participação em atividades comunitárias e o aprendizado do português sendo fatores cruciais.

A Pesquisa de Campo, “Uma Análise da Atuação das Mulheres Árabes na Cidade de Foz do Iguaçu”, revelou que a xenofobia foi uma experiência comum entre as mulheres árabes, prejudicando seu bem-estar emocional e dificultando sua integração na sociedade brasileira. As entrevistas revelaram que a mídia perpetua estereótipos negativos e imagens distorcidas das mulheres árabes, reforçando preconceitos e dificultando a compreensão das complexidades dentro da

comunidade árabe. As atitudes em relação à sexualidade e identidade de gênero variaram, destacando a complexidade dessas questões dentro da comunidade.

A hipótese central deste estudo foi confirmada: mulheres árabes em contextos educacionais diversos enfrentam discriminação e xenofobia devido à sua identidade étnica e cultural. As opiniões sobre o feminismo árabe revelaram uma divisão entre aquelas que veem o feminismo como uma necessidade para promover a igualdade e aquelas que acreditam que os valores religiosos já oferecem uma base suficiente. A aceitação da homossexualidade e dos direitos LGBTQ+ dentro da sociedade árabe foi um processo gradual e desafiador.

A pesquisa enfrentou algumas limitações, como a relutância de algumas participantes em discutir temas sensíveis ou a decisão de não responder a certas perguntas por considerarem o tema irrelevante. Além disso, a natureza qualitativa do estudo significa que os resultados podem não ser generalizáveis para todas as mulheres árabes na Tríplice Fronteira.

A metodologia qualitativa permitiu uma compreensão profunda das experiências individuais das participantes, mas também apresentou desafios, como a necessidade de estabelecer confiança e garantir a confidencialidade. As entrevistas semiestruturadas foram facilitadas pela receptividade de muitas participantes, embora a diversidade de opiniões tenha exigido uma análise cuidadosa para representar cuidadosamente as múltiplas vozes.

Futuras pesquisas podem explorar mais detalhadamente as dinâmicas intergeracionais entre mulheres árabes na região, as influências das novas tecnologias e mídias sociais na consciência feminista, e comparações entre diferentes comunidades árabes em contextos transnacionais. Investigações quantitativas poderiam complementar os achados qualitativos, oferecendo uma visão mais abrangente das tendências e percepções dentro da comunidade.

Esta pesquisa buscou iluminar as interseções complexas entre feminismo árabe, feminismo transnacional e feminismo decolonial na Tríplice Fronteira. Ao explorar esses temas, foi possível entender como as mulheres árabes na região não apenas resistiram às opressões históricas, mas também reivindicaram ativamente suas identidades e espaços sociais. No entanto, ao longo desta pesquisa,

descobriu-se que o feminismo árabe, enquanto movimento organizado, não está presente na fronteira. O que emergiu foi uma conscientização feminista entre algumas mulheres árabes, que se manifestou de maneiras diversas e contextuais. Esta conscientização feminista, embora não estruturada formalmente, indicou uma busca por igualdade e direitos dentro dos parâmetros culturais e religiosos existentes.

O estudo revelou a resiliência das práticas feministas locais, que não se limitaram às fronteiras nacionais ou discursos ocidentais, mas se enraizaram profundamente nas experiências e nas lutas diárias dessas mulheres. Além disso, a análise linguístico-cultural de ensino-aprendizagem de português como um espaço contra-hegemônico destacou a importância de reconhecer e fortalecer as narrativas marginalizadas. Ao oferecer um espaço para o empoderamento linguístico e cultural, o ensino de português não apenas facilitou a coleta de dados, mas também promoveu uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder presentes na região.

Essa abordagem metodológica não apenas enriqueceu o processo de pesquisa, mas também contribuiu para ampliar as vozes das mulheres árabes, desafiando as narrativas hegemônicas e promovendo um diálogo mais inclusivo e equitativo.

Em última análise, este estudo não foi apenas um exercício acadêmico, mas uma chamada à ação para reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres árabes na construção de um futuro mais justo e igualitário. À medida que avançamos, é crucial continuar apoiando e ampliando a presença e a influência dessas mulheres, garantindo que suas lutas e conquistas sejam reconhecidas e celebradas em todas as esferas da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. **As Mulheres Muçulmanas Precisam Realmente de Salvação? Reflexões Antropológicas sobre o Relativismo Cultural e seus Outros**. American Anthropologist, 2012, Tradução: João Henrique Amorim, revisão: Soraya Fleisher.

AHMAD, Ambar. **Islamic Feminism—A Contradiction in Terms? Friedrich Ebert Stiftung**, New Dheli: Fes India Paper, 2015

AHMED, Leila. **A Quiet Revolution. The Veil's resurgence, from The Middle East to America**. Yale University Press, 2011.

_____. **Women and gender in Islam: historical roots of a modern debate**. Yale university press: New haven & London. 1992.

ALBUQUERQUE, M. A. S. **A presença muçulmana no Brasil: história, cultura e religiosidade**. São Paulo: Alameda, 2005.

ALCORÃO. **Alcorão Sagrado**. Tradução de Samir El Hayek. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/alcorao.pdf> >

ALVAREZ, Sonia. A "globalização" dos Feminismos Latino- Americanos. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino- americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000a, p. 383-426.

ANDRADE, Sara Freire Simões de. **(Des) orientes no Brasil: visto de permanência dos libaneses na ficção brasileira contemporânea**. 2007.

ARMSTRONG, K. (2001). **Em nome de Deus: O fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo** (H. Feist, Trad.). Companhia das Letras.

BALDI, César. Feminismo islâmico: notas para um debate. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em gênero e direito**, v.1, n. 2, p. 1-89, 2010.

BALLESTRIN, Luciana. Para uma abordagem feminista e pós-colonial das Relações Internacionais no Brasil. In: TOLEDO, Aureo. (Org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2021, ISBN: 978-65-5630-092-4, p. 179-204.

BALLESTRIN, Luciana. **Para transcender a colonialidade**. IHU Online. Edição 431, 4 nov. 2013

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225.

BATTESTIN, C. M. As mulheres árabes e a sociedade brasileira: experiências de imigração e integração. **Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, p. 61-77, 2014.

CARNEIRO, M. L. C. Xenofobia e racismo. **Revista USP, São Paulo**, n. 44, p. 22-37, dez. 1999/fev. 2000. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/44/02-maria-luisa-carneiro.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CIPOLLA, M. A. **As mulheres na comunidade árabe-muçulmana no Brasil**. In: FERREIRA, F. S. (Org.). **Mulheres, islamismo e direitos humanos**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 115-131.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

El Saadawi, Nawal. **A Face Oculta de Eva: Mulheres no Mundo Árabe**. Zed Books, 2007.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

_____. **Em Defesa Da Revolução Africana**. Lisboa. Sá da Costa Editora. 1980 15 de mar. de 2023. Tradução de Isabel Pascoal. Disponível em: <https://www.cd25a.uc.pt/storage/media/pdf/Biblioteca%20digital/Em%20Defesa%20da%20Revolucao%20Africana%20-%20Frantz%20Fanon.pdf>

FERREIRA, Francirosy C. B. Diálogos sobre o uso do véu (hijab): empoderamento, identidade e religiosidade. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**. UNESP. São Paulo, v.43, p.1-264, jan/jun.2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/issue/view/486/73>

FRANCO. de Clarice. **Feminismo islâmico face ao feminismo secular: uma nova Consciência de gênero de um oriente que rejeita a Ocidentalização** [https://revistas.pucsp.br > article > download](https://revistas.pucsp.br/article/download)

GOLLEY, Nawar Al-Hassan. **Is feminism relevant to Arab women? Third World Quaterly. Sharjah**, v. 25, n. 3, p. 521 - 536, 2004.

GUANAES, A. Senilde; LEDEZMA, G. Gerson. **Cultura: Olhares sob a perspectiva do ICAL e a Linha de Pesquisa Cultura, Colonialidade/Descolonialidade e Movimentos Sociais**. Foz do Iguaçu. Editora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC). V. 02, Ed. Especial, dezembro, 2016, p. 19-41.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora**. Belo horizonte: UFMG, 2003

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). **Perfil dos Migrantes em Foz do Iguaçu**. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/>

LIMA, Cila. **Feminismo islâmico: mediações discursivas e limites práticos**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

_____. **Um recente movimento político-religioso: feminismo islâmico**. Revista dos Estudos Feministas. Vol. 22. Maio/Agosto. 2014. 33

_____. **Feminismo Islâmico: Uma proposta em construção.** Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 10, 2013.

_____. **Mulheres e islamismo: os casos do Egito e da Turquia.** 2012, 141f. Dissertação (mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.

_____. **Feminismo no Oriente Médio: Egito e Turquia.** In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, VII, Universidade do Porto, 2012.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género.** Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n.9, p.73-101, 2008.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. **Mulheres e Muçulmanas.** Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010.

MAHMOOD. Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito.** Etnográfica, vol. 23, n. 1, p. 135-175, 2019.

MERNISSI, Fatima. **Sonhos de transgressão: minha vida de menina num harém.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Las sultanas olvidadas: la historia silenciada de las reinas del Islam.** Barcelona: El Aleph Editores, S.A., 2003.

MILL, John Stuart, TAYLOR, Harriet. **A sujeição das mulheres [recurso eletrônico]** traduzido por Leide Daiane de Almeida Oliveira e Naylane Araújo Matos. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021.

MOGHADAM, Valentine M. (2003), **Modernizing Women: Gender and Social Change in the Middle East (2Sed.).** Boulder, CO, Lynne Rienner Publishers.

MONSHIPOURI, Mahmood. **O Mundo Muçulmano em uma Era Global: A Proteção dos Direitos das Mulheres. Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, vol. 26, n. 1, jan-jun 2004, p. 187-217. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Zr4jTgYbFF43HxkC88WQBrL/?format=pdf&lang=pt>

MOURAD, M. **Migração Árabe e suas influências na região de Foz do Iguaçu.** Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

OLIVEIRA, M. (2020). **Mulheres Migrantes e o Empoderamento Feminino: Um Estudo de Caso em Foz do Iguaçu.** Revista Brasileira de Estudos de Migração, 8(1), 45-58.

Organização Internacional para as Migrações. (2019). **World Migration Report 2020.** Geneva: International Organization for Migration.

Pierucci, A. F. (1992). **Fundamentalismo e integrismo: Os nomes e a coisa.** Revista USP, (13), 144-156. Fonte: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/75318/45751>

PIOVESAN, Flávia. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 70-89, jan.-mar. 2012. Disponível em: www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/.../revista57_70.pdf

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

REINALDO, Gabriela Alejandra Blanco. **La libertad entre los límites de la religión: estudio de caso de la comisión Nuestra Señora de Fátima**. Foz de Iguazu, Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Antropologia. UNILA. Foz do Iguçu. Paraná. 2016.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIBAI, A. S. **La cárcel del feminismo Hacia un pensamiento islámico decolonial**. Edicionesakal, S. A. de C. V. D. R.© 2016.

SOUZA, M. L. **Entre as tendas do Líbano e as águas do Iguçu: a formação da comunidade árabe em Foz do Iguçu**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016.

SOUZA, T. S, MOREIRA, B. J. **O Feminismo Árabe-Muçulmano à Luz da Teoria Feminista das Relações Internacionais**. Revista Conjuntura Austral, v.12, n.59, jul./set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/113864/64278>

SOUZA, R. P. **A comunidade árabe no Brasil: origens e trajetórias**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

VERGÈS, Françoise [1952–] **Um feminismo decolonial** / Françoise Vergès; traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: *Un féminisme décolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZIRBEL, Ilze (2007). **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**. (Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). <https://www.academia.edu/3598911/Estudos_feministas_e_estudos_de_g%C3%AAnero_no_Brasil>.

SITES CONSULTADOS

CILA, Lima. A “PRIMAVERA” PARA AS MULHERES ÁRABES: IDEAIS E REALIDADES (CILA LIMA). 8. ed. São Paulo: Boletim - Malala, 2013. 49 p. Disponível em: <https://sites.usp.br/malala/> Acesso em: 07 jun. 2023.

CILA, Lima. Um recente movimento político-religioso: o feminismo islâmico. Florianópolis -SC: Revista Estudos Feministas, 2014. 675-686 p. Disponível em: <https://usp-br1.academia.edu/cilalima> Acesso em: 28 jul. 2023

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. DIÁLOGOS SOBRE O USO DO VÉU (HIJAB): EMPODERAMENTO, IDENTIDADE E RELIGIOSIDADE. 43. ed. São Paulo: Perspectivas, 2013. 183-198 p. v. 43. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/6617/4864> acesso em: 10 mar. 2023.

FRANCISLENI, Souza. O FEMINISMO ISLÂMICO. Campo Grande - MT: CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE, 2014. 1-10 p. Disponível em: <https://conic-semesp.org.br/anais/files/2014/trabalho-1000018267.pdf> Acesso em: 23 jul. 2023

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 64 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgd/files/2019/08/FI%C3%A1via-Piovesan-Temas-de-direitos-humanos-cap.-12-a-16.pdf> Acesso em 01 jun. 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio . Mulheres não nascidas muçulmanas, mas que decidem seguir o islã, sofrem mais preconceito. São Paulo: Revista USP, 1992. 144-156 p. v. 13. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25620/27360> Acesso em: 23 mai. 2023.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. "Secularização"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/secularizacao.htm>. Acesso em 27 de agosto de 2023.

SAMIR, Al Hayek. O alcorão Sagrado. -2. ed. São Paulo: LCC Publicações Eletrônicas eBooksBrasil.com, 2006. 1322 p. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/alcorao.pdf> Acesso em: 06 jan. 2023.

ANEXOS

ANEXO A: DESCRIÇÃO DOS MÓDULOS DO CURSO

No 1ª. módulo – ABRIGO E ALIMENTAÇÃO – Quando um imigrante chega ao nosso país a primeira coisa que vem à mente é: Onde morar? O lugar onde morar, será de aluguel? Será uma casa emprestada? Ficarei em casa de parentes? Qual o melhor bairro para morar? O que esses bairros oferecem? Qual foi o percurso pelo qual passaram até conseguir uma moradia para habitar? Essa última pergunta foi realizada como uma introdução de um texto oral ou escrito explicando a trajetória até o Brasil. Aqui se introduz os verbos morar e viver. Esse texto foi apresentado no final da unidade temática como tarefa, encerrando assim a unidade.

Utilizando materiais comuns, presentes na rotina de todo cidadão, foram selecionados textos adequados ao tema, utilizados como material de apoio, como folders de supermercados e anúncios de imobiliárias. Em todas as unidades os gêneros escolhidos foram simples (textos informativos, tirinhas, receitas, propagandas), para uma melhor compreensão, podendo ser modificado para se adequar ao nível de proficiência das alunas (como textos de notícias).

O objetivo destes textos foram instigar a estudante a usar a linguagem através de perguntas com dúvidas sobre o tema apresentado permitindo assim o desenvolvimento do diálogo entre as mesmas durante as aulas, e com o apoio da professora, para introduzi-las de maneira correta suas perguntas e até mesmo sanar dúvidas que possam haver no uso da linguagem correta.

O gênero de produção utilizado no final de cada aula, como tarefa, utilizou os recursos de escrita adquiridos nas aulas objetivando a compreensão individual para a produção. Por cada módulo ter 8 encontros de 3 horas, cada aula foi estruturada com cartazes com conteúdo relacionado a aula do dia, slide, textos e tarefas.

Os cartazes tiveram o objetivo de demonstrar e relacionar sons a imagens, slides com o objetivo de análise por parte do educando das situações apresentadas. Os textos tiveram como objetivo principal estimular a oralidade e seu conteúdo, sendo adequado ao momento e podendo ser modificado durante o percurso conforme o grau de desenvolvimento das alunas, e, as tarefas para análise de dificuldades encontradas durante sua realização e esclarecimento após sua entrega.

Para as tarefas, foi enviado para casa de maneira escrita as atividades e no seu retorno analisado o grau de dificuldade encontrado pelas alunas, e, assim podendo ampliar recursos de apoio para as realizações das mesmas.

Durante o primeiro mês de aplicação do projeto foi realizado uma pesquisa nos dois idiomas, árabe e português com perguntas objetivas para a realização de uma pesquisa-ação orientadora para uma melhor adequação das atividades durante o curso, portanto, as atividades aqui relacionadas podem vir a ser modificadas para um melhor aproveitamento de cada módulo.

ANEXO B: MÓDULOS DO CURSO**Plano De Aula**

Docente: Haidê E. G. da Silva	
Língua adicional: Português brasileiro	
Ensino: Jovens e Adultos	Série/turma: Mulheres da comunidade árabe
Hora/aula programadas: 8 encontros de 3 horas	Total de aula mensal: 24 horas

1º. Módulo - MORADIA E ALIMENTAÇÃO.

Nesta unidade foi realizada uma apresentação sobre a alimentação e moradia. Iremos aprender sobre os lugares turísticos da cidade e sua culinária. Também sobre imóveis, e perguntas sobre aluguel e preços.

Recursos gramaticais

- Verbo imperativo e no indicativo morar, viver, conhecer, gostar e ir.
- Numerais e artigo
- Pronome pessoais, oblíquos e Pronome clítico
- Plural e singular. Substantivos e adjetivos

Na 2ª. Módulo - SAÚDE E BEM ESTAR.

Esta unidade foi desenvolvida utilizando informações sobre o SUS Sistema único de Saúde de Foz do Iguaçu, e também os serviços do UPA, UBS, SAMU e SIATE.

Nesta unidade: Como utilizar, endereços e telefones para contato. Trabalhar estruturas gramaticais para explicar sintomas e informações pessoais aos agentes de saúde. Trabalhou-se dois conceitos importantes, como preconceito e amizade.

Recursos gramaticais:

- Linguagem verbal e não-verbal. Metáfora.
- Plural. Preposições.
- Tempo presente, passado perfeito e imperfeito do modo indicativo.
- Conjugação dos verbos: ter, querer, sentir e tomar.

- Elemento linguístico (verbal) e dois extralinguísticos (a melodia e o ritmo).
- Texto Informativo. Vídeos/áudios/canções.
- Texto de opinião

No 3ª. Módulo - LOCOMOÇÃO E EMPREGO

Os conceitos foram destinados a instruir sobre a locomoção na região de Foz do Iguaçu, meios de deslocamentos, informações sobre como montar uma empresa no contexto de Foz do Iguaçu, através de informações coletadas no SENAC de Foz do Iguaçu.

Nesta unidade foi abordada a instrução sobre meios de deslocamento na região de Foz do Iguaçu, como ônibus, táxi, Uber, entre outros. Com o intuito de proporcionar informações, foi destacado mais uma das necessidades fundamentais de todo ser humano, como a mobilidade por meio de textos diversos que se adequaram ao contexto. Isso permitiu que o leitor interagisse, utilizando suas experiências cotidianas. Em relação à temática oportunidades de emprego buscou-se informações junto à instituição SEBRAE sobre a existência de programas voltados à criação de empresas na comunidade de Foz do Iguaçu. Recursos gramaticais:

- Verbos ir e vir (futuro do presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo)
- Vocabulário relacionado a viagens e deslocamentos.
- Advérbio e locução adverbial.
- Textos Descritivos
- Tirinhas
- Instrucional
- Texto de opinião e informativos

ANEXO C: Roteiro De Entrevistas

Nome:

Profissão:

Escolaridade:

BLOCO I - APRESENTAÇÃO

1) Conte para mim um pouco da sua trajetória de sua vida anterior até agora? Estudou? No que trabalhou/atuou? Você tem filhos? Cônjuge? Dificuldades como mulher?

BLOCO II – XENOFOBIA

1) Você já experimentou xenofobia em relação à sua identidade árabe? Se sim, pode compartilhar algumas dessas experiências?

2) Em sua opinião, qual é a principal causa da xenofobia em relação às pessoas árabes?

3) Como você acha que a mídia retrata as pessoas árabes? Isso contribui para a xenofobia?

4) Você acredita que a xenofobia afeta mais as mulheres árabes do que os homens árabes? Se sim, pode explicar por quê?

5) A xenofobia afeta sua identidade árabe? Como você lida com isso?

6) Em sua opinião, quais medidas podem ser tomadas para combater a xenofobia em relação aos árabes?

7) Você acha que as pessoas têm uma compreensão precisa da cultura árabe? Se não, como isso contribui para a xenofobia?

BLOCO III – MULHERES ÁRABES

1) Como você vê a experiência de desafios e superações para as mulheres árabes?

2) Você acredita que as mulheres árabes enfrentam mais barreiras para o empoderamento em comparação com mulheres de outras culturas? Se sim, quais são essas barreiras?

3) Quais são as áreas em que as mulheres árabes precisam de mais elementos para resolução das desigualdades?

- 4) Como você acha que as mulheres árabes podem ser encorajadas a assumir papéis de liderança em suas comunidades?
- 5) Qual é a importância do acesso à educação para o empoderamento das mulheres árabes?
- 6) Como a mídia retrata as mulheres árabes? Isso contribui ou prejudica a sua imagem?
- 7) Você acha que a religião desempenha um papel importante na construção da identidade e da vida das mulheres árabes? Se sim, pode explicar como?
- 8) Como você sente que as mulheres árabes abordam as questões relacionadas à sexualidade e ao corpo feminino?
- 9) Em sua opinião, quais são os maiores desafios para a igualdade de gênero na região árabe?
- 10) Como as mulheres árabes podem se unir para alcançar o empoderamento em nível regional?
- 11) Qual é a sua opinião sobre a representação das mulheres árabes na política? (Você acredita que as mulheres árabes podem alcançar posições políticas de destaque?)

BLOCO IV – FEMINISMO ÁRABE

- 1) Você conhece o feminismo árabe e como ele difere do feminismo ocidental?
- 2) Em sua opinião, qual é a importância do feminismo árabe na luta pela igualdade de gênero na região árabe?
- 3) Qual é a sua perspectiva pessoal sobre a homossexualidade e como ela se relaciona com sua fé ou religião?
- 4) Como a homossexualidade é abordada em sua religião ou em sua comunidade religiosa? Existem diferentes interpretações ou pontos de vista sobre esse assunto?
- 5) Quais são os principais desafios que as pessoas LGBTQ+ enfrentam em sua comunidade ou sociedade em relação à religião?
- 6) Como a sociedade árabe contemporânea está evoluindo em relação à acessibilidade da homossexualidade? Quais mudanças você observou ao longo dos anos?
- 7) Existem organizações ou grupos de apoio LGBTQ+ em sua comunidade ou região? Como eles trabalham para promover a acessibilidade e a compreensão?

- 8) Qual é a sua opinião sobre a relação entre os direitos humanos e a liberdade da homossexualidade em contextos religiosos?
- 9) Como você acredita que as religiões podem se adaptar ou evoluir para melhor acomodar a diversidade sexual?
- 10) Quais ações ou iniciativas você acha que podem ser tomadas para promover um diálogo construtivo entre as comunidades religiosas e a comunidade LGBTQ+?
- 11) Você acha que a mídia e a educação desempenham um papel importante na mudança de atitudes em relação à homossexualidade? Como?
- 12) Como você aconselharia pessoas que enfrentam conflitos entre sua orientação sexual e suas opiniões religiosas?
- 13) Tem alguma pergunta que eu não fiz para você e que você gostaria de falar? Que você acha que é importante, mas eu não te perguntei?

Por fim, esperamos que as entrevistas aqui sejam fontes que possam inspirar outras mulheres e a sociedade a reconhecerem o poder transformador das mulheres árabes, suas lutas externas e o potencial de influência positiva que possuem. Dessa forma, podemos seguir rumo a uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos.